



# PLANO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE 2014-2020

ATUALIZADO EM ABRIL DE 2017

**CCDRn**  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE



[www.norte2020.pt](http://www.norte2020.pt) | [norte2020@ccdr-n.pt](mailto:norte2020@ccdr-n.pt)

## Índice

Introdução .....	5
1. Contexto .....	8
1.1. Objetivos e âmbito .....	8
1.1.1. Objetivo global, objetivos específicos, princípios orientadores .....	8
1.1.2. Âmbito .....	12
1.1.3. Avaliação, Revisão e Atualização do PGA PT2020 .....	14
1.2. Quadro Lógico das avaliações .....	15
1.2.1. Princípios orientadores .....	15
1.2.2. Resultados diretos das avaliações e calendarização .....	16
1.2.3. Método de seleção das avaliações a integrar no PGA PT2020 .....	21
1.2.4. Fundamentação da seleção das avaliações a realizar (evidências) .....	26
2. Sistema de Avaliação .....	36
2.1. Estratégia de Gestão da Qualidade do Processo de Avaliação .....	36
2.2. Gestão do Plano de Avaliação .....	40
2.2.1. Entidades envolvidas e respetivas funções .....	40
2.2.2. Coordenação do PGA PT2020: Rede de Monitorização e Avaliação .....	44
2.3. Processo de avaliação .....	46
2.3.1. Questões de avaliação e Métodos .....	46
2.3.2. Informação de suporte às avaliações .....	48
2.3.3. Modo de realização das avaliações .....	50
2.3.4. Orçamento e Duração das avaliações .....	51
2.3.5. Gestão dos exercícios de avaliação .....	53
2.4. Utilização dos resultados das avaliações e acompanhamento da implementação das recomendações .....	58
2.4.1. A utilização dos resultados das avaliações .....	58
2.4.2. Acompanhamento da implementação das recomendações .....	60
2.5. Comunicação dos resultados das avaliações .....	61

2.6. Capacitação em avaliação .....	66
3. Planeamento das avaliações.....	69
3.1. Listagem e calendarização indicativa das avaliações a realizar .....	69
3.2. Articulação das avaliações previstas com os objetivos específicos dos programas operacionais.....	75
3.3. Especificação das avaliações a realizar .....	75
Bibliografia .....	79
Anexo 1 Matrizes de representação das avaliações a realizar .....	82
Anexo 2 Modelo de ficha de caracterização das avaliações a realizar .....	90
Anexo 3 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:	
Avaliações Globais .....	92
Anexo 4 Ficha de exercício de avaliação que abrange o PO NORTE: Avaliação do Programa	105
Anexo 5 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio da Competitividade e Internacionalização .....	109
Anexo 6 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio da Inclusão Social e Emprego.....	133
Anexo 7 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio do Capital Humano .....	138
Anexo 8 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações temáticas no domínio da Sustentabilidade .....	155
Anexo 9 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Outras avaliações temáticas .....	164
Anexo 10 Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE: Avaliações territoriais .....	167

## Índice de Figuras

Figura 1 - Tipo de avaliações e Critérios de avaliação .....	24
Figura 2 - Tipo de avaliações e Critérios de identificação das avaliações a realizar .....	25
Figura 3 - Estratégia de gestão da qualidade no processo de avaliação .....	37
Figura 4 - Estratégia de gestão da qualidade no processo de avaliação .....	38
Figura 5 - Modelo de gestão do PGA PT2020 e dos Plano de Avaliação dos Programas .....	43

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Programas e Fundos que integram o PGA PT2020 .....	13
Quadro 2 - Produtos que o PGA PT2020 deve alimentar – Quadro regulamentar (FEEL, excluindo especificidades do FEADER e FEAMP) .....	20
Quadro 3 - Orçamento indicativo do PGA PT2020.....	52
Quadro 4 - Principais objetivos da participação dos atores a envolver na avaliação .....	56
Quadro 5 - Principais atores e respetivas funções (síntese) .....	58
Quadro 6 - Produtos e destinatários de comunicação dos resultados das avaliações .....	63
Quadro 7 - Exemplos de ações de divulgação.....	65
Quadro 8 - Síntese das avaliações por fundo, abrangência de PO e tipo de avaliação .....	69
Quadro 9 - Síntese da calendarização das avaliações .....	70
Quadro 10 - Síntese da calendarização das avaliações por tipo de avaliação .....	71
Quadro 11 - Lista das avaliações previstas no PGA PT2020 que abrangem o NORTE 2020 .....	73
Quadro 12 - Lista das avaliações a realizar previstos no PGA PT2020 (continuação).....	74

## Introdução

1. A avaliação das políticas públicas e dos seus programas é uma condição de melhoria e de progresso e um exercício de prestação de contas e de responsabilização, constituindo igualmente um imperativo legal e regulamentar.

Assim, o Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – artigos 56º 1 e 114º 1 do REG (UE) 1303/2013, de 17 de dezembro – e, a nível nacional, o Acordo de Parceria e o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelecem a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de um plano de avaliação global do Portugal 2020 e de um plano de avaliação por cada Programa Operacional (PO).

2. Neste quadro legal e regulamentar, foi elaborado o Plano Global de Avaliação (PGA PT2020), que estrutura a avaliação no Portugal 2020, integrando as avaliações a realizar no âmbito dos FEEI, ou seja, inclui os Fundos da Política da Coesão – Fundos Estruturais (FSE e FEDER) e Fundo de Coesão (FC) –, o FEADER e o FEAMP.

O PGA PT2020, aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, em 5 de agosto de 2015, será complementado por dois outros documentos – “Orientações para o planeamento e a preparação dos exercícios de avaliação do Portugal 2020” e “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)”.

3. O Plano de Avaliação do NORTE 2020 constitui um elemento deste Plano Global, assumindo os princípios, as condições e os calendários comuns e explicitando a intervenção específica do Programa. O decreto-lei acima citado, na alínea s) do n.º 1 do Artigo 27.º, define como competência da Comissão Diretiva “participar na elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020 e elaborar o plano de avaliação do PO” e, na alínea c) do n.º 2 do Artigo 54.º, prevê que a Comissão de Acompanhamento analise e aprove esse plano, bem como eventuais alterações.
4. O período de programação 2014-2020 caracteriza-se pela existência de programas e de intervenções multifundos, pelo carácter transversal e complementar das intervenções, com os PO temáticos e os PO regionais a concorrerem para os mesmos objetivos específicos, e pelo reforço da orientação para os resultados como forma de incrementar a eficácia e a

utilidade destes instrumentos das políticas públicas. Estas três características têm implicações na conceção e na estruturação do Plano Global e na realização dos diferentes processos de avaliação, exigindo o cruzamento de modalidades diversas de avaliação e o reforço da articulação e da coordenação de avaliações.

Assim, apesar de a sua prioridade específica ser a avaliação intercalar do Programa, a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 participará ativamente nas avaliações temáticas, visto que estas permitirão avaliar de forma mais aprofundada a totalidade das prioridades de investimento e dos objetivos específicos, do que podem beneficiar todos os programas que incluem cada uma dessas prioridades ou cada um desses objetivos.

5. A articulação e a coordenação das funções de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 assumem, no atual período de programação, uma importância acrescida. Neste sentido, o Norte 2020 valorizará a sua participação na Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020, constituída pelas entidades responsáveis pela coordenação dos fundos (AD&C, CCN e CCF) e as Autoridades de Gestão dos PO, sob coordenação da AD&C.

Esta Rede é herdeira da experiência e do conhecimento técnico e científico acumulados nas instituições portuguesas ao longo dos sucessivos períodos de programação, em especial do mais recente (QREN 2007-2013). O PGA PT2020 reconhece que “em muito beneficia da experiência em matéria de avaliação acumulada ao longo do QREN, nomeadamente, da dinâmica instituída na Rede de Avaliação do QREN, da existência de um Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais, do modo de funcionamento dos Grupos de Acompanhamento, da partilha eletrónica de informação e da disponibilização de documentos comuns de orientação e as atividades de divulgação das avaliações realizadas”.

6. O Plano de Avaliação do NORTE 2020 está estruturado em três partes: o Capítulo 1. *Contexto* apresenta os objetivos, o âmbito e o quadro lógico subjacente à avaliação no Portugal 2020; o Capítulo 2. *Sistema de Avaliação* é dedicado à descrição das atividades a desenvolver, quer no âmbito do PGA PT2020, quer na realização de cada exercício de avaliação, dos produtos a obter e dos atores a envolver; o Capítulo 3. *Planeamento das avaliações* apresenta a calendarização e a articulação entre avaliações e objetivos específicos, incluindo uma ficha de descrição sumária da avaliação intercalar do NORTE 2020, bem como de outros exercícios de avaliação mais associados ao NORTE 2020.

Como estabelecido a nível nacional, os capítulos 1 e 2 do presente Plano são uma versão adaptada dos capítulos I e II do PGA PT2020, com ligeiras alterações de redação e a supressão de informação que manifestamente não se aplicava a este Programa regional.

7. Além da avaliação intercalar do NORTE 2020 e da participação nos exercícios de avaliação temática que incidem sobre objetivos específicos incluídos neste Programa, haverá lugar à realização de estudos específicos, ao incentivo e à valorização de trabalhos académicos e de outras iniciativas pertinentes e ao apoio à participação de agentes regionais e nacionais em redes europeias e mundiais, sempre na perspetiva da avaliação do Programa.
8. A Autoridade de Gestão do NORTE 2020, em estreita colaboração com a Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020, afetará os recursos necessários ao desenvolvimento deste Plano de Avaliação, tendo em vista a melhoria da aplicação dos Fundos Europeus na Região do Norte e em Portugal. A importância destes Fundos para o desenvolvimento económico e social e para a coesão territorial bem o justifica.



## **1. Contexto**

Este capítulo sintetiza o quadro essencial que orientou a elaboração do PGA PT2020, apresentando, num primeiro momento, os objetivos e os princípios, o âmbito temporal, institucional e geográfico, os procedimentos de avaliação, revisão e atualização do próprio Plano, e, num segundo momento, os resultados diretos esperados, os princípios, os critérios e os métodos de seleção dos diferentes tipos de avaliação e a fundamentação das opções com recurso às conclusões das avaliações realizadas no período de programação anterior.

### **1.1. Objetivos e âmbito**

Neste subcapítulo, apresenta-se (i) o objetivo global, os objetivos específicos e os princípios que orientam o PGA PT2020, (ii) o âmbito temporal, institucional e geográfico de aplicação do Plano, e (iii) os procedimentos de avaliação, revisão e atualização do próprio Plano que permitam o seu sucessivo ajustamento.

#### **1.1.1. Objetivo global, objetivos específicos, princípios orientadores**

O Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) constitui o documento orientador da avaliação do Portugal 2020 (PT2020) e resulta de um consenso entre as entidades responsáveis pela governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Pretende-se que a conceção e a implementação das políticas e dos programas beneficiem de avaliações de qualidade, suportadas em evidências sobre a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções. Este objetivo global enquadra-se na missão de contribuir para a boa gestão e utilização dos FEEI, reforçando a sua orientação para resultados e a qualidade na prestação de contas.

O Plano está alinhado com as orientações e os princípios para o período de programação 2014-2020, inscritos no regulamento geral dos FEEI da União Europeia (UE), onde se realça a necessidade de a avaliação dos FEEI contribuir para “melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas e avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto.” (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 54.º).

### Objetivo Global do Plano de Avaliação do NORTE 2020

**Contribuir para a qualidade da estratégia, da gestão e da execução do NORTE 2020, tendo em conta a programação e os objetivos específicos aí definidos, com vista a melhorar a sua eficácia, eficiência e impacto.**

Este objetivo global tem subjacentes os objetivos comumente associados à função de avaliação, tais como o planeamento/eficiência, a responsabilidade, a implementação e a produção do conhecimento, sem descurar os efeitos relevantes da função de avaliação na capacitação institucional.

### Objetivos da função de avaliação (CE, 2013, EVALSED)

- **Planeamento/eficiência:** justificar a existência de uma política/programa e a utilização eficiente dos recursos.
- **Responsabilidade:** demonstrar em que medida determinado programa alcançou os seus objetivos, e de que forma utilizou os seus recursos.
- **Implementação:** aumentar a eficiência dos programas e a eficácia da sua implementação e gestão.
- **Produção de conhecimento:** aumentar a compreensão sobre como os instrumentos atuam no contexto em que são aplicados e como diferentes medidas e intervenções podem ser mais efetivas.
- **Capacitação institucional:** melhorar e desenvolver as capacidades dos participantes nos programas e as suas redes e instituições.

### Quadro regulamentar

- Devem ser efetuadas avaliações com o objetivo de melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas, e avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 54.º).
- Durante o período de programação, a autoridade de gestão assegura a realização de avaliações, incluindo para determinar a eficácia, a eficiência e o impacto de cada programa, com base no plano de avaliação (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 3 do artigo 56º).
- Compete à Agência, I.P., no âmbito da coordenação técnica geral do Portugal 2020 (...) elaborar e submeter à aprovação da CIC Portugal 2020, em articulação com a CCN e a CCF, o plano global de avaliação do Portugal 2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional (...) (Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alínea k) do artigo 12º).
- FEADER: cada programa de desenvolvimento rural inclui: (...) O plano de avaliação referido no artigo 56.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro (...) (Regulamento (EU) n.º 1305/2013, de 17 de dezembro, alínea g) do n.º 1 do artigo 8º).
- FEAMP: o programa operacional deve incluir: (...) i) Os requisitos de avaliação e o plano de avaliação a que se refere o artigo 56º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro e as medidas a tomar para dar resposta às necessidades identificadas (REG (UE) n.º 508/2014 artigo 18º 1, j).

As novas exigências que se colocam à função de avaliação no período 2014-2020 implicam desafios acrescidos à avaliação nas suas diferentes fases. Com efeito, estas exigências colocam-se na fase de planeamento/preparação, em particular na identificação das avaliações a realizar (tendo em conta a elevada inter-relação entre programas regionais e temáticos e uma orientação para os resultados). Procura-se, igualmente, garantir de forma antecipada a informação necessária à realização das avaliações (de forma a viabilizar, por exemplo, a

realização de avaliações de impacto). Por outro lado, nas fases de implementação das recomendações e de divulgação, reforça-se a necessidade de garantir o uso das avaliações no processo de tomada de decisão.

Principais alterações regulamentares que influenciam o PGA PT2020 (Regulamento (UE) n.º 1303/2013)
<b>Plano de Avaliação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Obrigatoriedade de apresentação de um plano de avaliação (n.º 1 do artigo 56º e n.º 1 do artigo 114º).</li> </ul>
<b>Relatórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Obrigatoriedade de elaboração de um relatório de síntese dos resultados das avaliações em 2022, para cada PO dos Fundos da Política de Coesão (n.º 2 do artigo 114º)</li> </ul>
<b>Focalização nos resultados e impactos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lógica de abordagem que privilegia a aferição dos resultados alcançados e a avaliação da eficácia, da eficiência e dos impactos (n.º 3 do artigo 56º).</li> <li>Necessidade de avaliação do impacto dos programas para o cumprimento das metas da Estratégia da UE (n.º 1 do artigo 54º).</li> </ul>
<b>Incidência das avaliações</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lógica de intervenção que privilegia a aferição do contributo dos FEEI para os objetivos de cada prioridade (Eixo Prioritário/Medida) (n.º 3 do artigo 56º).</li> </ul>
<b>A relevância dos sistemas de informação e dados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A ênfase na aferição do contributo dos FEEI para os objetivos de cada prioridade implica o recurso a métodos de avaliação de impactos, designadamente a avaliação baseada na teoria e a avaliação contrafactual (n.º 3 do artigo 56º).</li> <li>A disponibilização e a atualização de dados, sobretudo microdados, são fundamentais para as avaliações de impacto (alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 125º).</li> </ul>
<b>Acompanhamento da implementação das recomendações</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cada exercício de avaliação é sujeito a um <i>follow-up</i> adequado (alínea b) do n.º 1 do artigo 110º e alínea a) do n.º 4 do artigo 111º).</li> </ul>
<b>Reserva de desempenho</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de reserva de desempenho (artigos 20º a 22º).</li> </ul>

A experiência recente do processo avaliativo da aplicação dos fundos europeus sugere a necessidade de um maior envolvimento das entidades públicas e dos parceiros sociais na avaliação desses fundos, enquanto responsáveis pelas políticas públicas ou com estas relacionadas. Este envolvimento é relevante nas diferentes fases do ciclo avaliativo, nomeadamente, no planeamento e na conceção das avaliações, na realização dos estudos de avaliação, na sua discussão pública e na implementação das recomendações, sobretudo, através da integração daquelas entidades em grupos de acompanhamento das avaliações. O

envolvimento das entidades públicas na avaliação permitirá qualificar o processo e melhorar a cooperação em matérias comuns à gestão das políticas públicas e à gestão dos fundos. Um exemplo desta cooperação será a facilitação do acesso às bases de dados administrativas, geridas por entidades públicas, para efeitos de avaliação dos impactos de políticas públicas cofinanciadas.

A capacitação em avaliação, quer das entidades que constituem o modelo de governação do PT2020, quer das entidades públicas, tem-se revelado igualmente uma necessidade crescente e um fator crítico para a garantia da qualidade e da utilidade do processo avaliativo.

A experiência adquirida sugere, também, a necessidade de aumentar a qualidade e a utilidade das avaliações por via do aprofundamento da reflexão e da discussão pública dos seus resultados, envolvendo os intervenientes relevantes.

A reconhecida experiência positiva da Rede de Avaliação do QREN, enquanto órgão de concertação da estratégia de avaliação e de partilha de experiências, apela à continuação desta parceria, bem como do trabalho conjunto produzido no âmbito da avaliação.

#### Objetivos específicos do PGA PT2020

- Construir um quadro lógico planeado e estruturado das avaliações a realizar no âmbito do PT2020.
- Contribuir para que se garanta um nível elevado de qualidade das avaliações, nas suas diferentes dimensões: termos de referência, métodos utilizados, conclusões e recomendações e implementação das recomendações.
- Assegurar o uso das avaliações através do envolvimento dos interessados no processo avaliativo, da disponibilização das conclusões e recomendações em tempo útil à tomada de decisão e da criação de mecanismos de monitorização da implementação das recomendações (follow-up).
- Garantir uma adequada divulgação e reflexão pública da avaliação do PT2020.
- Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação da Administração Pública, sobretudo através da sua capacitação, bem como de um maior envolvimento desta no processo avaliativo do PT2020.
- Garantir que a avaliação do PT2020 se desenvolva no âmbito de uma parceria entre os principais intervenientes do PT2020, no seio da Rede de Monitorização e Avaliação (M&A).
- Prever atempadamente as necessidades de informação para a avaliação a recolher dos sistemas de informação dos programas, das estatísticas nacionais, das bases de dados administrativas e junto dos destinatários e beneficiários.

#### Princípios orientadores

- Utilidade: garantir a produção de resultados relevantes disponibilizados atempadamente para a tomada de decisão política e de gestão, constituindo-se como suporte fundamental à (re)formulação de políticas e à gestão dos programas.
- Objetividade: garantir assertividade nas questões de avaliação, disponibilidade atempada da informação, acompanhamento adequado das avaliações, aplicação de métodos adequados e credíveis, conclusões suportadas em evidências (distinguindo entre juízos de valor e factos) e recomendações sustentadas, realistas e robustas.

- **Flexibilidade:** na formulação, gestão e implementação do PGA PT2020. Revisão anual deste Plano, com especificação progressiva das avaliações a desenvolver (desde uma apresentação inicial indicativa até à definição mais detalhada três anos antes da sua realização), bem como possibilidade de revisões extraordinárias do mesmo, em função de alterações significativas do contexto da sua aplicação.
- **Independência:** realização das avaliações por peritos internos, externos ou por equipas mistas, funcionalmente independentes dos responsáveis pela conceção e implementação dos programas.
- **Parceria:** envolvimento e comprometimento dos responsáveis pela coordenação e gestão do PT2020 nas diferentes fases de PGA PT2020 (conceção, implementação, divulgação e acompanhamento da implementação das recomendações) e envolvimento de um conjunto alargado de atores nas avaliações (p.e., Administração Pública central, regional e local, parceiros sociais e beneficiários).
- **Transparência:** prestar contas aos cidadãos sobre a utilização dos recursos públicos, partilha dos resultados nas diferentes áreas de intervenção das políticas públicas e promoção do debate público, clareza das conclusões das avaliações e das metodologias utilizadas, constituição de um repositório de evidências para suportar a decisão política.
- **Aprendizagem:** reflexão e autoavaliação do processo de avaliação com o objetivo da sua melhoria contínua. Análise das conclusões e recomendações das avaliações e desenvolvimento de ações de acompanhamento da implementação das recomendações tendo em vista a melhoria dos programas e das políticas.

### **1.1.2. Âmbito**

O PGA PT2020 abrange os doze (12) programas regionais, temáticos e de assistência técnica do Portugal 2020, relativos ao Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, excluindo, deste modo, a cooperação territorial europeia. O PGA PT2020 inclui ainda os Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente e das Regiões Autónomas e o PO MAR. A sua abrangência geográfica corresponde, assim, ao território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e cobre o período de programação 2014-2020.

Não obstante as especificidades de programação e avaliação do FEADER e FEAMP, foi opção nacional a sua inclusão no PGA PT2020.

O quadro institucional do PGA PT2020 é formado pelas entidades responsáveis pela coordenação e gestão dos dezasseis programas do PT2020 considerados, nomeadamente: Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020); Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C); Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER (CCN); Comissão de Coordenação para o FEAMP (CCF); Autoridades de Gestão (AG) dos programas considerados.

O PGA PT2020 abarca os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), que financiam os dezasseis programas considerados:

- Fundos da Política da Coesão, designadamente, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC) e o Fundo Social Europeu (FSE), que se repartem por doze Programas Operacionais (PO), sendo quatro Temáticos, sete

Regionais relativos às regiões NUTS II, do Continente e das Regiões Autónomas (RA) e um de Assistência Técnica.

- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que se reparte por três Programas de Desenvolvimento Rural relativos às regiões NUTS I Continente, RA dos Açores e RA da Madeira.
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), agregado num único Programa Operacional com incidência em todo o território português.

**Quadro regulamentar**  
(Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro)

A autoridade de gestão ou o Estado-Membro define um plano de avaliação que pode abranger mais do que um programa (...) (n.º 1 do artigo 56º)

**Quadro 1 - Programas e Fundos que integram o PGA PT2020**

Programas		Fundos
Programas Operacionais Temáticos (POT)	PO Competitividade e Internacionalização (PO CI)	FEDER e FSE ( <i>Regiões menos desenvolvidas</i> ) FC ( <i>todas as regiões – Transportes</i> )
	PO Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	FSE ( <i>Regiões menos desenvolvidas</i> ) Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) ( <i>em todas as regiões</i> )
	PO Capital Humano (PO CH)	FSE ( <i>Regiões menos desenvolvidas</i> )
	PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	FC ( <i>em todas as regiões</i> )
Programas Operacionais Regionais (POR)	do Continente (POR-Continente)	
	PO Norte ( <i>região menos desenvolvida</i> )	FEDER e FSE
	PO Centro ( <i>região menos desenvolvida</i> )	
	PO Lisboa ( <i>região desenvolvida</i> )	
	PO Alentejo ( <i>região menos desenvolvida</i> )	
	PO Algarve ( <i>região em transição</i> )	
	das Regiões Autónomas (POR-RA)	
	PO Açores ( <i>região menos desenvolvida</i> )	
	PO Madeira ( <i>região desenvolvida</i> )	
Assistência Técnica	PO Assistência Técnica (PO AT)	FEDER
Desenvolvimento Rural	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)	FEADER
	Programa de Desenvolvimento Rural da R.A. Açores (PRORURAL+)	
	Programa de Desenvolvimento Rural da R.A. Madeira 2014-2020	
Assuntos Marítimos e Pesca	Programa Operacional Mar 2020 (PO MAR)	FEAMP

A intervenção dos FEEI no âmbito do PT2020 estrutura-se em torno dos seguintes domínios temáticos: (i) Competitividade e Internacionalização (que inclui os Objetivos Temáticos (OT) OT1, OT2, OT3, OT7, OT8 e OT11); (ii) Inclusão Social e Emprego (OT8 e OT9); (iii) Capital Humano (OT10); (iv) Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (OT4, OT5 e OT6).

Em síntese, o âmbito do PGA PT2020 tem a seguinte cobertura:

- Temporal - Período de Programação 2014-2020;
- Institucional – CIC Portugal 2020, AD&C, CCN, CCF, AG;
- Geográfica – Continente e Regiões Autónomas;
- Programática – 5 Fundos (FEDER, FC, FSE, FEADER e FEAMP), 4 Domínios Temáticos e 16 Programas (4 POT; 5 POR-C; 2 POR-RA; 1 PO AT; 3 PDR; 1 PO MAR).

### **1.1.3. Avaliação, Revisão e Atualização do PGA PT2020**

O PGA PT2020, concretizando o princípio da flexibilidade, deve ser alvo de ajustamentos ao longo do seu período de vigência, de modo a melhor incorporar as diferentes necessidades de avaliação no decorrer da implementação dos programas.

Nesta perspetiva, terá lugar um processo de revisão anual, da responsabilidade da RM&A, sob coordenação da AD&C. Esta revisão ocorrerá durante o último trimestre de cada ano civil de vigência do PT2020. Poderão ainda verificar-se atualizações extraordinárias do PGA PT2020, quando tal se justifique.

Na organização do PGA PT2020 os dois primeiros capítulos têm um carácter mais estrutural, enquanto o terceiro capítulo acomodará as atualizações anuais (ainda que estas possam incidir também sobre os primeiros capítulos), relativas quer à alteração das avaliações previstas, quer ao aprofundamento da especificação da caracterização das avaliações a realizar nos três anos seguintes à data da revisão do Plano.

A identificação da necessidade de alterar as avaliações previstas poderá ter origem na monitorização estratégica, operacional e territorial da implementação dos programas, mas também em propostas apresentadas pelas instituições e redes ou fóruns que constituem o modelo de governação do PT2020.

Será garantido o acompanhamento dos progressos do PGA PT2020, ao longo do seu período de vigência, sendo considerado um elemento fundamental de garantia da sua qualidade. Será

efetuada, igualmente, uma meta-avaliação (avaliação das avaliações), cuja especificação se encontra no Capítulo III. Este processo de acompanhamento e avaliação do PGA PT2020 permitirá introduzir alterações ao longo do seu período de programação de forma a garantir a sua qualidade e eficácia.

## **1.2. Quadro Lógico das avaliações**

Neste subcapítulo, apresenta-se (i) os princípios orientadores da seleção das avaliações, (ii) os resultados diretos esperados e os produtos que o PGA PT2020 deve alimentar, (iii) os critérios e os métodos de seleção dos diferentes tipos de avaliação e (iv) a fundamentação da seleção das avaliações a realizar, com base nas “mensagens” das avaliações realizadas no âmbito do período de programação 2007-2013.

### **1.2.1. Princípios orientadores**

A ênfase na orientação para os resultados no período de programação 2014-2020 influenciará de forma determinante a função de avaliação neste período. Consequentemente, a aferição da eficácia, da eficiência e do impacto das intervenções, com vista a melhorar a qualidade destas, será central no modelo de avaliação a implementar.

O modelo de organização programática prosseguida no PT2020, em que se verifica uma forte interligação entre os PO Temáticos e os PO Regionais, que concorrem para objetivos específicos semelhantes do PT2020, influenciará igualmente o modelo de avaliação aqui proposto, evidenciando a vantagem das avaliações transversais (temáticas) que abrangem diferentes PO (Temáticos e Regionais ou PO Regionais).

Por outro lado, as avaliações temáticas serão necessariamente privilegiadas nas avaliações de impactos, de forma a garantir uma maior focalização da avaliação (tornando-as mais eficazes) e a possibilitar o desenvolvimento de determinadas metodologias de análise de impactos.

#### **Quadro regulamentar (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro)**

Devem ser efetuadas avaliações com o objetivo de melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas, e avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto. O impacto dos programas deve ser avaliado à luz da missão dos respetivos FEEI, tendo em conta as metas da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e, quando apropriado, atendendo à dimensão do programa, em relação ao PIB e ao desemprego na zona geográfica do programa em causa (n.º 1 do artigo 54º).

Durante o período de programação, a autoridade de gestão assegura a realização de avaliações, incluindo para determinar a eficácia, a eficiência e o impacto de cada programa, com base no plano de avaliação, e assegura que



as avaliações estão sujeitas a um acompanhamento adequado em conformidade com as regras específicas dos Fundos. Pelo menos uma vez durante o período de programação, deve ser realizada uma avaliação para determinar de que forma os FEEI contribuíram para os objetivos de cada prioridade [leia-se Eixo Prioritário no caso dos Fundos da Política da Coesão] (...) (n.º 3 do artigo 56º).

### Princípios orientadores na seleção das avaliações

- Orientação para os resultados, que se materializará numa forte incidência nas avaliações que permitam aferir os efeitos das intervenções cofinanciadas, nomeadamente na análise da eficácia, da eficiência e do impacto das intervenções e dos programas. Será atribuída uma especial atenção à análise da eficiência. Não será, contudo, descuidada a análise das vertentes de implementação, tendo em vista eventuais correções ou ajustamentos à gestão dos programas.
- Racionalidade económica, financeira e estratégica, procurando um bom compromisso entre a avaliação de áreas de política pública com elevado financiamento comunitário e áreas estrategicamente relevantes e/ou com significativos impactos esperados.
- Abrangência, sobretudo temática e territorial, garantindo uma adequada cobertura das diferentes áreas temáticas e fundos do PT2020. Considerando os princípios da racionalidade e da abrangência, cada objetivo específico será coberto pelas avaliações, embora com níveis de aprofundamento e extensão distintos. Prevê-se, ainda, a integração de estudos de avaliação no PT2020 promovidos por entidades que não integram a governação do PT2020, desde que tenham como objeto de análise políticas públicas cofinanciadas pelos fundos.
- Respeito pela lógica de intervenção da programação, adequando as avaliações à lógica do PT2020, nomeadamente à forte inter-relação entre os PO Temáticos e os PO Regionais, através da realização de avaliações transversais.
- Preferência por avaliações temáticas, necessariamente transversais, nas situações em que um eixo prioritário / objetivos específicos / intervenções sejam semelhantes e/ou complementares em diversos PO, potenciando desta forma a aferição dos efeitos das intervenções.
- Utilização de meta-avaliações, sempre que possível e adequado, nomeadamente nas avaliações de impacto dos programas. Esta via permitirá conciliar o objetivo de privilegiar a realização de avaliações temáticas (necessariamente focadas numa intervenção<sup>1</sup> ou num conjunto diminuto de intervenções) e avaliações de programas, uma vez que estas poderão usufruir dos resultados de avaliações temáticas realizadas anteriormente, desenvolvendo apenas análises específicas para as áreas dos programas não cobertas por aquelas avaliações temáticas.
- Realização de avaliações de impacto de intervenções cofinanciadas no QREN, e que têm continuidade no PT2020, nas situações em que os impactos das intervenções se fazem sentir decorrido um longo período após a intervenção.

#### 1.2.2. Resultados diretos das avaliações e calendarização

As avaliações a realizar no âmbito do PGA PT2020 têm um papel preponderante no contexto do sistema de monitorização do PT2020, que é tributário das avaliações e simultaneamente uma fonte de informação para a revisão do Plano e formulação das questões de avaliação. Paralelamente, as avaliações constituem um input para os diferentes relatórios de acompanhamento previstos.

Tendo como objetivo último melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas e avaliar a sua eficácia, a sua eficiência e o seu impacto, as avaliações do PT2020 devem contribuir

<sup>1</sup> Neste contexto, entende-se por intervenção uma ação ou um conjunto de ações ou de projetos coerente nos seus objetivos que podem, no limite, coincidir com um Programa ou linha(s) de atuação de uma determinada política.

para os seguintes conteúdos dos reportes de monitorização: (i) progressos no cumprimento e na concretização dos objetivos dos programas; (ii) progressos no contributo efetivo dos programas para a realização da Estratégia Europa 2020 e do compromisso de Portugal no seio dessa estratégia – o Programa Nacional de Reformas; (iii) consequências das alterações verificadas no contexto de aplicação dos fundos e nas necessidades de desenvolvimento do Estado-Membro ao nível da implementação dos programas e da concretização dos seus objetivos; (iv) contributo dos programas para as dinâmicas de desenvolvimento territorial; (v) execução da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ).

As conclusões e recomendações das avaliações do PGA PT2020 deverão contribuir para a elaboração dos seguintes relatórios, da responsabilidade das autoridades nacionais:

- Relatórios Anuais de Execução dos programas e Relatórios Finais (nestes, apenas os aplicáveis aos Fundos da Política de Coesão) - os relatórios de execução anual deverão ser apresentados pelas AG à Comissão Europeia (CE) até 31 de maio do ano seguinte, exceto os relatórios de 2016 e 2018 dos PO dos Fundos e os relatórios dos PDR do FEADER, para os quais a sua apresentação poderá ocorrer até 30 de junho do ano seguinte ao do reporte;
- Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria - no âmbito dos FEEI, Portugal terá que produzir o relatório intercalar da execução do Acordo de Parceria, com reporte até 31 de dezembro de 2016 e de 2018, e submissão à CE até 31 de agosto do ano seguinte<sup>2</sup>;
- Relatório Anual dos Fundos da União Europeia – a AD&C deve elaborar e submeter à aprovação da CIC do PT2020 os relatórios anuais de monitorização estratégica, operacional e financeira do Portugal 2020<sup>3</sup>;
- Relatório de síntese dos resultados das avaliações e dos principais resultados e realizações dos PO (apenas aplicável aos Fundos da Política de Coesão) - as AG têm de apresentar à CE, até ao final de 2022, um relatório de síntese dos resultados das avaliações, que visa disponibilizar informação sistematizada, para que a CE efetue a avaliação *ex-post* do período 2014-2020 relativa ao FEDER, ao FC e ao FSE.

---

<sup>2</sup> Conforme estrutura e conteúdo exaustivo constante do Anexo I do Regulamento de Execução (UE) n.º 215/2014, de 7 de março.

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

De acordo com as suas competências, estes relatórios permitirão à CE elaborar: (i) Relatório estratégico; (ii) Relatório de síntese dos Programas.

A informação reportada nos relatórios anuais de execução dos programas deverá permitir à CE a elaboração dos relatórios de síntese dos programas (anuais). Estes relatórios incluirão os relatórios estratégicos, em 2017 e 2019, os quais serão sustentados nos relatórios intercalares da execução do Acordo de Parceria apresentados pelos Estados-Membros. No FEAMP acresce que tal informação deverá permitir à CE a elaboração, até final de março de 2017, do relatório de avaliação intercalar, que possibilite a efetivação da revisão intercalar até junho do mesmo ano.

As avaliações a realizar terão em consideração, em termos de calendarização, os produtos que irão alimentar. Esta calendarização (apresentada no Capítulo 3) será assim um compromisso entre estes produtos e as necessidades de informação para efeitos de alterações processuais e programáticas dos programas, bem como a expectativa da produção de efeitos pelas intervenções cofinanciadas, de forma a garantir que as avaliações de impacto serão efetuadas no momento em que já exista informação relevante para analisar.

Quadro regulamentar
Relatórios de execução dos Programas
<p>Em todos os relatórios de Execução Anual referentes aos anos 2015 a 2022: 2. (...) síntese das conclusões de todas as avaliações do programa que ficaram disponíveis [nesse ano], outras questões que afetem o desempenho do programa, bem como as medidas adotadas (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, 17 de dezembro, n.º 1 e 2 do artigo 50º).</p> <p>No caso do FSE, (...) avaliar a qualidade das ofertas de emprego recebidas pelos participantes na IEJ, incluindo as pessoas desfavorecidas, pertencentes a comunidades marginalizadas e que abandonaram o ensino sem qualificações. (...) avaliar o seu progresso na formação contínua, na obtenção de empregos duradouros e dignos, ou na participação em estágios de aprendizagem ou de aperfeiçoamento (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, 17 de dezembro n.º 1304/2013 Artigo 19º 4).</p> <p>No caso do FEAMP, (...uma síntese das atividades empreendidas em relação ao plano de avaliação (REG (UE) n.º 508/2014 artigo 144 2b).</p> <p>No caso do FEADER, (...) os relatórios anuais de execução [que se estendem até 2023] devem incluir informações sobre (...) uma síntese das atividades empreendidas relacionadas com o plano de avaliação (REG (UE) n.º 1305/2013 artigo 75º 2).</p> <p>O relatório referente a 2016 inclui: (...)os progressos alcançados na realização dos objetivos do programa, incluindo a contribuição dos FEEI para a alteração do valor dos indicadores de resultados, quando esses dados sejam facultados pelas avaliações (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 50º 4).</p> <p>Os relatórios referentes a 2016 e 2018 incluem: no caso dos Fundos da Política de Coesão do Objetivo Investimento no Crescimento e Emprego, Os progressos realizados na execução do plano de avaliação e do seguimento dado aos resultados das avaliações; (...) e o envolvimento dos parceiros na execução, monitorização e avaliação do programa operacional (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 111º 4 a) e c)).</p> <p>O relatório referente a 2018, no caso do FEADER, inclui: (...) descrição da execução de quaisquer subprogramas incluídos no programa e uma avaliação dos progressos alcançados no sentido de uma abordagem integrada da</p>

utilização do FEADER e de outros instrumentos financeiros da UE a favor do desenvolvimento territorial das zonas rurais, nomeadamente através de estratégias de desenvolvimento local (REG (UE) n.º 1305/2013 artigo 75º 4).

O relatório referente a 2018 e final inclui: (...) progressos relativos ao cumprimento dos objetivos do programa, bem como o seu contributo para a realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 50º 5).

#### Relatório intercalar da execução do acordo de parceria

As alterações verificadas nas necessidades de desenvolvimento do Estado-Membro, desde a adoção do acordo de parceria (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 52º 2a).

Os progressos registados na realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, bem como nas missões específicas por Fundos (...), através do contributo dos FEEI para os objetivos temáticos selecionados, e nomeadamente quanto aos objetivos intermédios adotados no quadro de desempenho para cada programa e ao apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 52º 2b).

(...) informações adicionais sobre a execução da IEJ, bem como uma avaliação dessa execução. (REG (UE) n.º 1304/2013 artigo 19º 5).

#### Relatório de síntese dos resultados das avaliações (apenas para cada PO dos Fundos da Política de Coesão)

Até 31 de dezembro de 2022, as autoridades de gestão apresentam à Comissão, para cada programa operacional, um relatório de síntese sobre os resultados das avaliações efetuadas durante o período de programação e os principais resultados e realizações do programa, com comentários relativos às informações comunicadas (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 114º 2).

Relatório de síntese dos Programas (CE): (...) Relatório de síntese relativamente aos programas dos FEEI, com base nos relatórios de execução anuais do Estados-Membros (...), bem como uma síntese das conclusões das avaliações disponíveis dos programas (...) (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 53º 1).

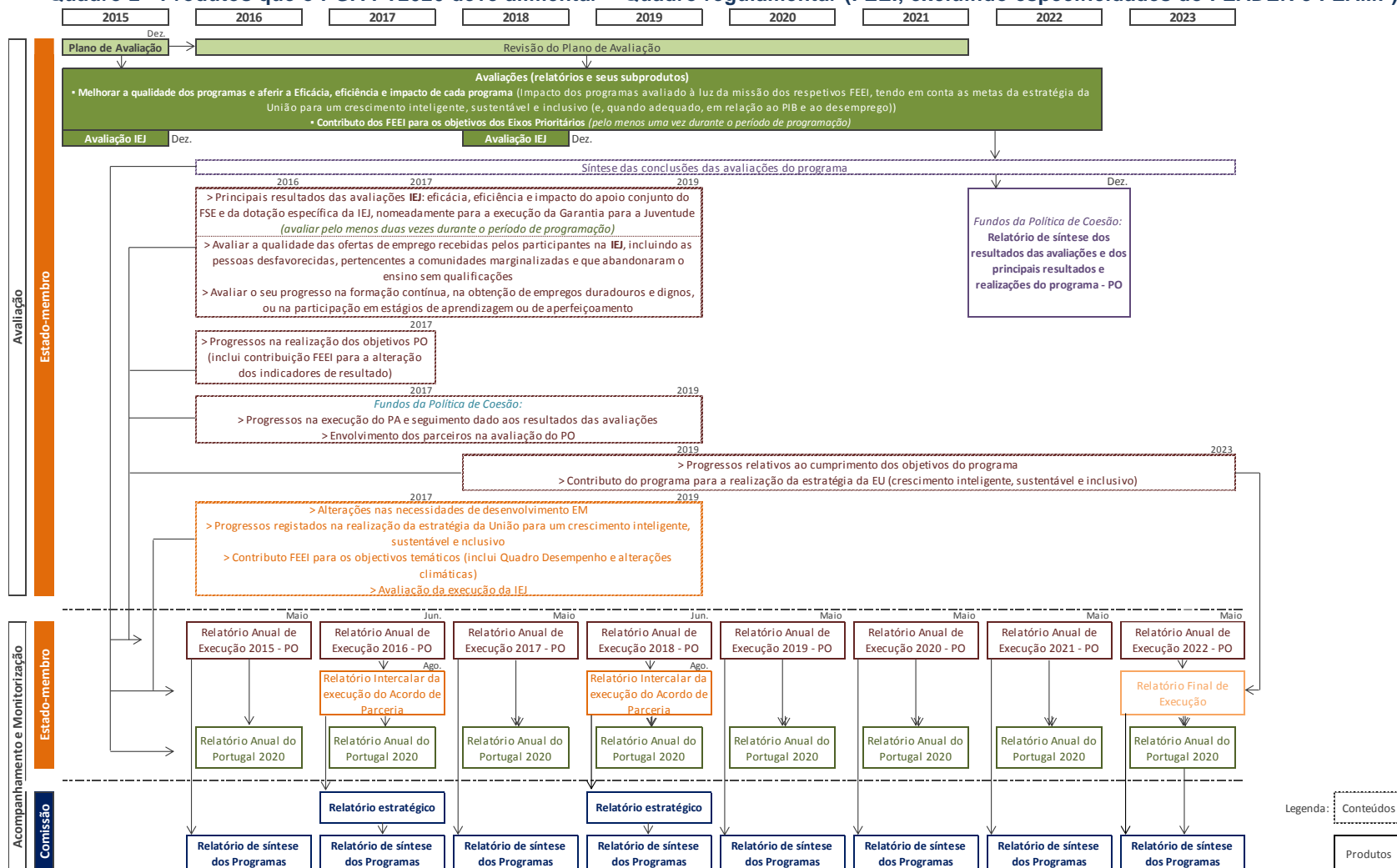
#### Relatório estratégico (CE):

Em 2017 e 2019, a Comissão elabora um relatório estratégico resumindo os relatórios de progresso dos Estados-Membros que será apresentado até 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019 (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 53º 2).

#### Relatório de avaliação intercalar (CE) (apenas FEAMP):

Relatório de avaliação intercalar sobre os resultados obtidos e sobre os aspetos qualitativos e quantitativos do FEAMP (REG (UE) n.º 508/2014, artigo 15º).

**Quadro 2 - Produtos que o PGA PT2020 deve alimentar – Quadro regulamentar (FEEI, excluindo especificidades do FEADER e FEAMP)**



### 1.2.3. Método de seleção das avaliações a integrar no PGA PT2020

O conjunto das avaliações a integrar no PGA PT2020 será estabelecido de acordo com as diretrizes que a se apresentam em seguida.

Serão desenvolvidos dois tipos de avaliações<sup>4</sup>, em função do seu objetivo: de processo e de impacto. Serão também elaboradas meta-avaliações (uma avaliação das avaliações e meta-análises nas avaliações de impacto).

Tipos de avaliações, em função do seu objetivo Fonte: CE, DG Regio (2014); CE, DG Emprego (2012)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Processo:</b> centra-se na implementação dos programas, nomeadamente na forma como as políticas públicas e os programas são operacionalizados, as diferenças entre a população a que se destinam e a população apoiada, o acesso ao programa e as práticas de gestão (de programas e políticas).</li> <li>• <b>Impacto:</b> tem por objetivo distinguir os efeitos de uma intervenção da contribuição de outros fatores e compreender o funcionamento de um programa.</li> </ul> <p>Poderão ser realizadas, igualmente, <b>meta-avaliações</b>, distinguindo-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Avaliação das avaliações:</b> Avaliação de outra avaliação ou de um conjunto de avaliações.</li> <li>• <b>Meta-análise:</b> análises sistemáticas de outras avaliações.</li> </ul>

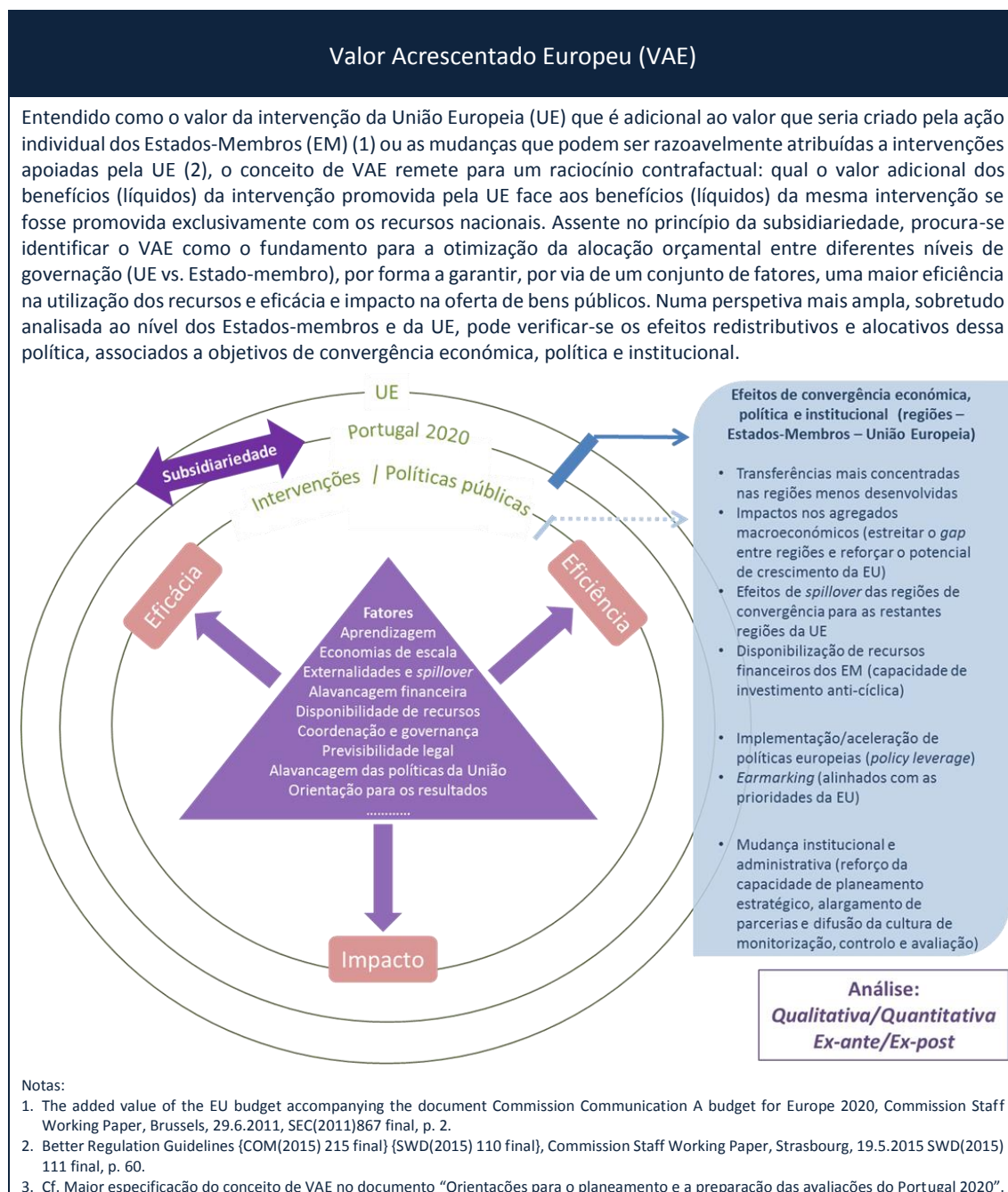
Para cada avaliação serão selecionados os critérios de avaliação mais apropriados à finalidade/foco da avaliação: nas avaliações de processo privilegiar-se-ão os critérios da relevância, coerência e eficiência (sobretudo a operativa), enquanto as avaliações de impacto incidirão, sobretudo, na análise da eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade, podendo contudo englobar a totalidade dos critérios.

CrITÉRIOS de avaliação (CE (2013), EVALSED)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Relevância:</b> adequação dos objetivos explícitos do programa em relação aos problemas socioeconómicos diagnosticados.</li> <li>• <b>Coerência:</b> Coerência externa – correspondência entre os diferentes objetivos de uma intervenção e os objetivos das restantes intervenções inter-relacionadas. A coerência externa pressupõe, para além da necessária confluência para os mesmos objetivos globais, a potenciação dos efeitos de sinergia e de complementaridade entre intervenções e a minimização dos efeitos de concorrência entre elas. Coerência interna – correspondência entre os diferentes objetivos de uma mesma intervenção. A coerência interna pressupõe uma hierarquia clara de objetivos, em que os de nível inferior conferem uma contribuição lógica à realização dos de nível superior.</li> <li>• <b>Eficácia:</b> verificação se os objetivos formulados no programa foram alcançados, ou estão em vias de ser alcançados.</li> <li>• <b>Eficiência:</b> comparação entre os resultados alcançados e os recursos mobilizados. Inclui também a eficiência operativa – verificação se os programas estão a ser bem implementados (nomeadamente, divulgação, seleção, sistema de informação, gestão financeira, acompanhamento da execução), garantindo as condições necessárias para atingir os resultados pretendidos.</li> </ul>

<sup>4</sup> Serão incluídas, quando se justifique, avaliações *ex ante*, nomeadamente as avaliações em curso dos Instrumentos Financeiros.

- **Impacto:** efeitos do programa no contexto socioeconómico.
- **Sustentabilidade:** análise da durabilidade dos resultados da intervenção a longo prazo para além da duração da intervenção.

As avaliações devem ainda considerar, quando pertinente, a aferição do Valor Acrescentado Europeu (VAE) de acordo com o conceito apresentado na caixa abaixo.



Nas avaliações de impacto o enfoque dependerá, sobretudo, (i) da natureza da temática (tipo de resultados, conhecimento disponível sobre as intervenções, o entendimento da importância



do impacto das intervenções para as políticas, etc.); (ii) do tempo necessário para a produção de impactos associados às intervenções; (iii) dos métodos utilizados: e.g. contrafactual e/ou avaliação de impacto baseada na teoria.

Nas avaliações de impacto será privilegiada a aferição do contributo das intervenções (impacto) para os resultados esperados, ou seja, a mudança que pode ser atribuída, com credibilidade, a uma intervenção (CE (2013), EVALSED).

Nas avaliações de impacto serão utilizados dois métodos: Avaliação de Impacto Contrafactual e Avaliação de Impacto Baseada na Teoria.

#### Métodos utilizados nas avaliações de impacto CE, (2015), Guidance Document on Evaluation Plans e CE (2013), EVALSED

**Avaliação de Impacto Contrafactual:** consiste na utilização de grupos de controlo ou de comparação. Este método é utilizado para responder a quanto da mudança observada é devida a uma intervenção. Este método exige:

- Um grupo de controlo ou comparação credível
- Um largo número de participantes ou entidades e um controlo rigoroso da significância estatística
- Informação robusta sobre os participantes e entidades apoiados e não-apoiados, de forma a comparar resultados de forma credível

Podem ser utilizadas as seguintes abordagens:

Experimental:

- Distribuição aleatória (Randomized Controlled Trial)

Não Experimentais ("quasi experimental"):

- Diferença-nas-diferenças (*Difference-in-differences*)
- Emparelhamento da propensão a participar na intervenção (*Propensity score matching*)
- Emparelhamento exato (exact matching)
- Emparelhamento aproximado (Coarsened exact matching)
- Regressão descontínua (*Regression discontinuity ou Discontinuity design*)
- Variáveis instrumentais (*Instrumental variables*)

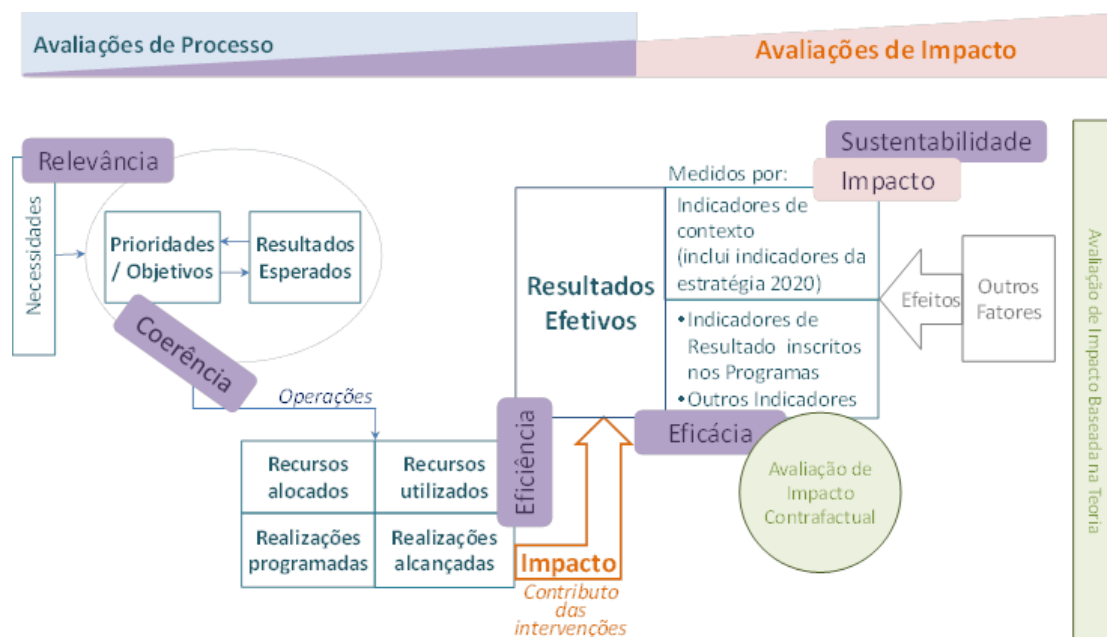
**Avaliação de Impacto Baseada na Teoria:** segue cada etapa da lógica da intervenção, identificando relações causais e mecanismos de mudança, respondendo às questões relativas ao porquê e como a intervenção funciona. Este método produz, fundamentalmente, uma estimativa qualitativa dos impactos. Inclui técnicas como a revisão da literatura, análise de textos, entrevistas, inquéritos, *focus group* e estudos de caso. Podem ser utilizadas as seguintes abordagens:

- Teoria da mudança (Theory of change)
- Avaliação realista (Realist evaluation)
- Análise de processo (Process tracing)
- Análise da Contribuição (Contribution analysis)
- Método de eliminação geral – Modus Operandi (General elimination methodology)
- Análise comparativa qualitativa (Qualitative comparative analysis (QCA))
- Análise de congruência (Congruence analysis)
- Abordagem Científica da Política (Policy Scientific Approach)
- Abordagem de Avaliação Estratégica (Strategic assessment approach)
- Método de eliciação (Elicitation method)
- Avaliação de Síntese Prospetiva (Prospective Evaluation Synthesis (PES))

Cf. Caixa de ferramentas Metodológicas nas "Orientações para planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020", que inclui tabelas com descrição, principais aplicações, vantagens e desvantagens de métodos e abordagens utilizados nas avaliações de impacto.



O seguinte esquema sintetiza as diretrizes apresentadas neste ponto.



**Figura 1 - Tipo de avaliações e Critérios de avaliação**

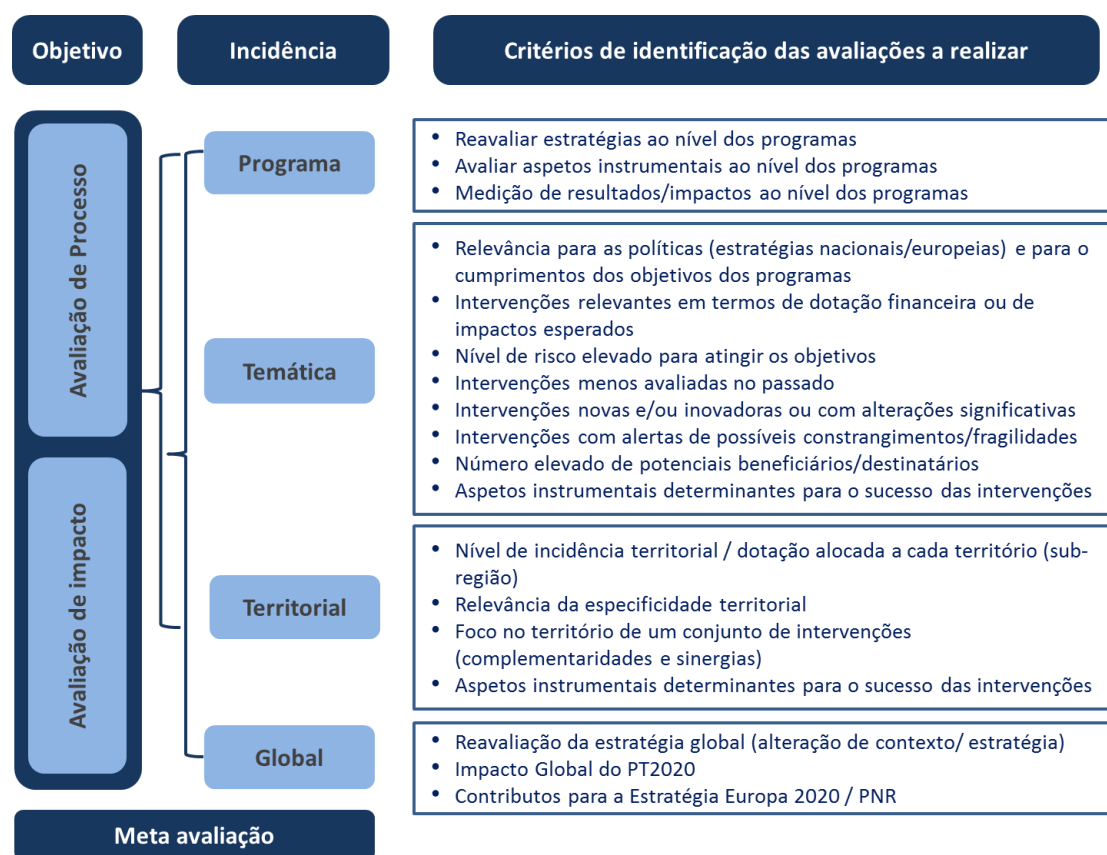
Fonte: Adaptado de CE (2014), Guidance Document on Monitoring and Evaluation – CF and ERDF – Concepts and Recommendations.

No âmbito das avaliações de impacto serão realizadas quatro tipos de avaliações, em função da sua incidência: Programa, Temática, Territorial ou Global. As avaliações de processo incidirão, pela sua própria natureza, em programas (na medida em que apenas estes têm uma gestão comum) ou em temas específicos (Temáticas), no caso de avaliações de carácter instrumental transversais a diferentes programas.

Exemplos de Tipo de avaliações a desenvolver em função da sua incidência
<b>Programas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cada um dos Programas (12)</li> </ul>
<b>Temáticas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenção ou conjunto de intervenções</li> <li>• Domínio Temático (4)</li> <li>• Objetivo Temático (11)</li> <li>• Prioridade de Investimento (47)</li> <li>• Eixo Prioritário (DT CI: 6; DT ISE: 3; DT CH: 5; DT SEUR: 4)</li> <li>• Objetivos específicos (DT CI: 20; DT ISE: 26 DT CH: 8; DT SEUR: 17)</li> <li>• Instrumentais</li> <li>• Outros temas (p.e. princípios da igualdade entre homens e mulheres, da não discriminação e da acessibilidade)</li> </ul>

Territoriais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções de âmbito territorial</li> <li>• Conjuntos de intervenções num ou em mais territórios</li> </ul>
Globais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal 2020</li> </ul>

Os critérios de identificação das avaliações a realizar variam consoante a incidência da avaliação e centram-se, sobretudo, na relevância das intervenções, nas suas diferentes dimensões: montantes envolvidos e impactos esperados nos beneficiários, bem como nas estratégias e nos territórios em que se inserem. O carácter inovador ou o risco das intervenções pode justificar, igualmente, a realização de avaliações.



**Figura 2 - Tipo de avaliações e Critérios de identificação das avaliações a realizar**

#### 1.2.4. Fundamentação da seleção das avaliações a realizar (evidências)

As evidências, apresentadas em seguida, que justificam a necessidade das avaliações a realizar no âmbito do PT2020, suportam-se, sobretudo, nas avaliações realizadas no âmbito do período de programação 2007-2013.

#### Domínio da Competitividade e Internacionalização

Apoios a atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis	
Mensagens das Avaliações 2007-2013	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de apoios abrangente e maduro, fortemente alinhado com os objetivos prosseguidos (em particular, o fortalecimento da economia baseada no conhecimento e na inovação, a articulação entre empresas e entidades de investigação e divulgação de conhecimento, e a orientação para bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis).</li> <li>• Modelo de governação em Rede que favorece o alinhamento com os objetivos prosseguidos e a aprendizagem institucional.</li> <li>• Papel muito relevante dos projetos de natureza colaborativa.</li> <li>• Projetos apoiados no âmbito do capital de risco têm uma forte orientação para a internacionalização e a inovação de produto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grau de simplificação administrativa ainda insuficiente.</li> <li>• Dispersão excessiva no volume de projetos.</li> <li>• Insuficiente acompanhamento dos projetos aprovados.</li> <li>• Falta de clareza sobre o modelo de implementação dos “vales”.</li> <li>• Número reduzido de projetos apoiados no âmbito do capital de risco (devido a: lançamento tardio dos instrumentos, imaturidade do mercado e crise económica).</li> <li>• Insuficiente expressão de ações coletivas para o empreendedorismo tecnológico e para a atração de IDE.</li> <li>• Insuficientes estímulos à prestação de serviços indutores de inovação comercial ou organizacional.</li> </ul>
Critérios de identificação das avaliações a realizar	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevância para a estratégia nacional - estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, visando a criação de emprego e a dinâmica de convergência com as economias mais desenvolvidas da União Europeia.</li> <li>• Os apoios às empresas concentram mais de 25% do total da dotação financeira atribuída aos FEEI em Portugal.</li> <li>• A importância da Estratégias de Especialização Inteligente na seleção de apoios a conceder bem como o seu caráter inovador na programação.</li> <li>• O reforço da dotação associada aos instrumentos financeiros.</li> </ul>	
Observações	
Apesar dos apoios às empresas terem sido objeto de avaliação no passado a sua centralidade na programação dos FEEI em Portugal justifica a continuação do investimento avaliativo.	
Produção, difusão e valorização económica de conhecimento científico e tecnológico	
Mensagens das Avaliações 2007-2013	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada seletividade na aprovação de projetos, baseada em critérios de avaliação do mérito científico dos projetos e das equipas de investigação.</li> <li>• Contributo muito relevante para a produção científica referenciada internacionalmente e para a inserção do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização económica do conhecimento ainda insuficiente;</li> <li>• Fraca absorção pelas empresas de quadros com formação avançada (profissionais altamente qualificados).</li> <li>• Fraca intensidade de apoios a ações de demonstração de resultados de projetos apoiados e projetos-piloto e provas</li> </ul>

<p>sistema científico nacional em plataformas e redes de conhecimento internacionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parte relevante dos projetos aprovados prevê a valorização económica dos resultados da investigação sob diferentes formas.</li> <li>• Importante contributo para a criação, o desenvolvimento e/ou consolidação de infraestruturas fortemente vocacionadas para a internacionalização das atividades de I&amp;D em que Portugal revela um desempenho de excelência e com um impacto potencial relevante na competitividade do país.</li> <li>• Lançamento de uma política de clusterização e de eficiência coletiva com alguma ambição, com um processo de reconhecimento e um quadro de medidas globalmente adequados.</li> </ul>	<p>de conceito que promovam uma atuação mais alargada ao ciclo de inovação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca intensidade de apoios a ações de demonstração de resultados e de transferência de conhecimento e tecnologia de projetos empresariais de I&amp;D&amp;I apoiados.</li> <li>• Necessidade de reforçar o alinhamento das prioridades de investigação com as estratégias de I&amp;I para uma especialização inteligente.</li> <li>• Insuficiente articulação entre o subsistema de C&amp;T e o sistema de inovação como um todo.</li> <li>• Apoios à investigação excessivamente fragmentados e centrados em horizontes temporais pouco alargados.</li> <li>• Insuficiente quadro de acompanhamento e coordenação política da iniciativa de clusterização.</li> <li>• Excessivo enfoque no apoio a clusters e ações coletivas enquadradas no alinhamento tradicional dos principais setores exportadores.</li> </ul>
<p><b>Critérios de identificação das avaliações a realizar</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A valorização da eficiência coletiva no Sistema de I&amp;I constituiu uma área à qual foi conferida especial incidência na programação, com o intuito de potenciar a consolidação de uma rede entre as entidades do Sistema de I&amp;I, reforçando a relação entre empresas e entidades de investigação.</li> <li>• Número elevado de beneficiários diretos e indiretos e diversidade de tipologias de beneficiários envolvidas (entidades do Sistema de I&amp;I e empresas).</li> </ul>	
<p><b>Observações</b></p>	
<p>Apesar dos apoios nestas áreas terem sido objeto de avaliação no passado, a necessidade de aferir se os novos instrumentos são adequados à procura e se permitem atingir os objetivos a que se propõem justifica a continuação do investimento avaliativo.</p>	
<p><b>Transporte de mercadorias com repercussão na redução dos custos e tempos de operação para as empresas</b></p>	
<p><b>Mensagens das Avaliações 2007-2013</b></p>	
<p><b>Aspetos mais positivos</b></p>	<p><b>Aspetos a melhorar</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contributo relevante para o reforço do sistema marítimo – portuário e para o aumento da atratividade dos portos beneficiados, direta ou indiretamente (acessibilidade ferroviária).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permanecem alguns constrangimentos de conectividade internacional do país, promovendo a sua interoperabilidade em todos os modos de transportes.</li> </ul>
<p><b>Critérios de identificação das avaliações a realizar</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções com uma tónica reforçada no contributo dos transportes para aumentar a competitividade das exportações nacionais através da redução dos custos de transporte de mercadorias, em especial por modo ferroviário e marítimo em concordância com o Plano Estratégico das Infraestruturas e Transportes PETI3+ 2014-2020.</li> </ul>	
<p><b>Observações</b></p>	
<p>O faseamento das intervenções entre períodos de programação, nomeadamente no setor do transporte ferroviário de mercadorias, reforça a necessidade de avaliar o impacto dos apoios relativos ao reforço da rede ferroviária integrada em RTE-T, agora com enfoque na dimensão de reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa.</p>	

## Reforma da Administração Pública

### Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos relevantes para a redução dos custos públicos de contexto das atividades económicas (nomeadamente, no domínios da fiscalidade, justiça, registos e notariado) concentram parte significativa do fundo aprovado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande parte dos projetos está mais focada na eficiência e redução de custos da Administração pública do que na diminuição de custos de contexto.</li> <li>O impacto deste investimento pode estar a ser limitado por níveis de utilização insuficientes dos serviços disponibilizados online, exigindo maior atenção às questões da divulgação e da infoexclusão.</li> <li>Implementação dos projetos dificultada pela ausência de orçamentação plurianual.</li> </ul>

### Crítérios de identificação das avaliações a realizar

- Relevância para a Estratégia Europa 2020/PNR – a reforma da Administração Pública assume grande relevância enquanto dimensão chave da mudança estrutural do país.
- Novas dimensões de apoios através dos FEEI na promoção de mudanças no modelo institucional e organizacional da administração pública, incluindo o seu modelo de organização espacial.
- Intervenções menos avaliadas no passado.

### Observações

A importância crescente dos apoios à reforma da administração pública no âmbito dos Fundos Estruturais e a inexistência de avaliações no passado, especificamente dedicadas às intervenções de apoio às reformas da Administração pública, justificam a importância da realização de avaliações dedicadas a esta temática.

## Domínio da Inclusão Social e Emprego

### Apoios à transição/ inserção/ manutenção no mercado de trabalho

### Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>As intervenções avaliadas (Estágios, Medidas ocupacionais, Apoio à contratação, Apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego) apresentam efeitos positivos e, em certos casos, de forte intensidade sobre a probabilidade de emprego dos participantes no médio prazo (3 anos): a probabilidade de emprego dos participantes é, ao fim de um ano e devido à participação, superior em 10 a 25 p.p. à probabilidade de emprego de um não-participante (avaliação contrafactual).</li> <li>As medidas com efeitos estimados mais positivos são os apoios à contratação e os apoios ao empreendedorismo, correspondendo estas às medidas que estabelecem uma ligação direta e imediata entre o trabalhador e os empregadores.</li> <li>Ainda que evidenciando sinais de aprisionamento significativos nos primeiros doze meses após o início da participação, os estágios são igualmente medidas de emprego com efeitos muito positivos sobre a probabilidade de emprego no médio prazo.</li> <li>A avaliação Intercalar do PO Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RA da Madeira concluiu que é positivo o contributo dos estágios profissionais para os objetivos de empregabilidade: 56% dos beneficiários está empregado 6 meses após a conclusão do estágio. O grupo de ex-estagiários tem uma probabilidade de 63,3% de obter emprego após seis meses contra 46,5% do grupo de controlo (avaliação contrafactual).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequar as respostas dos serviços de emprego à alteração no perfil de desempregados registados: i) mais jovens com escolaridade acima da média ou superior; ii) mais velhos, mais experientes e com escolaridade abaixo da média.</li> <li>Melhorar a formação técnica dos promotores das iniciativas empresariais ou de criação do próprio emprego e a dimensão de apoio consultivo durante e após o lançamento da iniciativa, com vista a melhorar a taxa de sobrevivência e de sucesso.</li> <li>Medidas mais centradas em objetivos específicos, em alternativa a objetivos múltiplos de forma a possibilitar uma melhor coordenação com outros objetivos de política.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>O contributo da tipologia formação-emprego para o objetivo de empregabilidade é igualmente positivo: 77% está empregado em entidades privadas 6 meses após a conclusão do processo.</li> </ul>	
<b>Critérios de identificação das avaliações a realizar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Relevância para a estratégia Europa 2020/PNR – Aumento da taxa de emprego da população dos 20 aos 64 para 75%, nos termos da meta do PNR e da Estratégia 2020 e Redução do desemprego jovem.</li> <li>Intervenções com alterações significativas, nomeadamente a nova abordagem integrada do empreendedorismo.</li> <li>Existência de algum risco para atingir os objetivos associados ao empreendedorismo na medida em que estas intervenções dependem fortemente da iniciativa dos destinatários.</li> <li>Relevância financeira das intervenções, a cofinanciar pelos fundos comunitários, associadas aos estágios e aos apoios à contratação (inclui Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)) e à promoção do empreendedorismo (inclui IEJ).</li> </ul>	
<b>Observações</b>	
<p>Apesar desta temática ter sido avaliada no passado, a sua centralidade no Acordo de Parceria, e na estratégia europeia e nacional de promoção do emprego, exige a continuação do investimento avaliativo nesta matéria.</p>	
<b>Desenvolvimento das competências (certificadas) dos ativos para o mercado de trabalho</b>	
<b>Mensagens das Avaliações 2007-2013</b>	
<b>Aspetos mais positivos</b>	<b>Aspetos a melhorar</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>As Formações Modulares Certificadas (FMC) têm associadas vantagens relevantes para o desenvolvimento das qualificações dos adultos, que são reconhecidas pelos empregadores e pelas entidades formadoras: i) a possibilidade de definir ações de formação à medida das necessidades de cada momento; ii) a flexibilidade dos percursos formativos, pela sua natureza modular e pela curta duração, possibilitando a realização de percursos formativos completos de forma intermitente; iii) a atribuição de certificação escolar e/ou profissional e total ou parcial (acumuláveis para uma certificação total); iv) a possibilidade de adquirir competências específicas (com certificação parcial); v) dispensar ausências prolongadas do local de trabalho para a frequência de formação; vi) permitir a entrada dos formandos a meio do percurso formativo, não exigindo que se frequente o percurso completo.</li> <li>O perfil de formandos abrangidos pelas FMC corresponde aos objetivos desta medida, uma vez que abrange pessoas com baixas qualificações (a maioria dos formandos tem habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico) e empregadas.</li> <li>Identifica-se uma relação positiva entre a evolução das remunerações e a conclusão de FMC.</li> <li>O efeito após inscrição é positivo nas FMC, mas inferior ao dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) (3% para os homens e 1% para as mulheres), sendo este efeito mais reduzido justificado pela reduzida duração média destas formações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apesar do elevado número de abrangidos pelas FMC, são limitados aqueles que frequentam as mesmas no quadro de um percurso qualificante.</li> <li>As FMC, pela sua reduzida duração média (cada formando realiza dois módulos/50 horas) não são suficientes para combater fragilidades mais acentuadas dos trabalhadores no que diz respeito à sua integração no mercado de trabalho e também à sua qualificação de base.</li> <li>Acesso limitado a FMC de trabalhadores de empresas de menor dimensão, entre outras razões, pela dificuldade que estas empresas têm em constituir um grupo de trabalhadores com o número mínimo de formandos exigido para uma ação.</li> </ul>
<b>Critérios de identificação das avaliações a realizar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Relevância para a estratégia Europa 2020/PNR: aumento da taxa de emprego para 75%, nos termos da meta do PNR e da Estratégia 2020.</li> <li>Intervenções com alterações significativas: prevê-se que a implementação das modulares venha a sofrer uma alteração significativa no sentido do reforço dos percursos formativos através de um conjunto de módulos.</li> <li>Existência de algum risco para atingir os objetivos: capacidade de dar resposta aos fatores negativos identificados nas avaliações, de forma a melhorar a eficácia da intervenção.</li> <li>Relevância financeira das intervenções.</li> </ul>	
<b>Observações</b>	
<p>Apesar desta temática ter sido avaliada no passado, a sua relevância no quadro das políticas ativas de emprego e a tentativa de no futuro se verificarem alterações nesta intervenção com vista a potenciar as suas vantagens e colmatar os seus pontos fracos (identificados nas avaliações efetuadas), justificam a continuação do investimento avaliativo nesta matéria.</p>	

## Intervenções em territórios fragilizados e/ou junto de grupos vulneráveis

### Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Resultados muito positivos na autonomização e capacitação dos indivíduos em risco ou situação de exclusão residentes em territórios urbanos problemáticos: 76% dos destinatários finais de intervenções apoiadas pelo QREN reforçaram as competências técnicas e 66% aumentaram as qualificações escolares e profissionais.</li> <li>89% dos destinatários finais considera que houve uma melhoria da imagem dos territórios problemáticos como resultado das intervenções do QREN. Esta melhoria teve efeitos na redução da estigmatização, no reforço do sentido de pertença e na dinamização do tecido social e económico local.</li> <li>As intervenções para a valorização da diversidade étnica e cultural das comunidades contribuíram para a melhoria da integração da população imigrante: 77% dos imigrantes destinatários finais de intervenções do QREN reconhecerem ganhos na sua integração nas comunidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Persistir no reforço das medidas de promoção da empregabilidade complementadas com instrumentos que facilitem o acesso e a criação do próprio emprego, a fim de melhorar os níveis de empregabilidade que permanecem elevados.</li> <li>Necessidade de promover estratégias locais de longo prazo capazes de contrariar as debilidades estruturais dos territórios urbanos problemáticos.</li> <li>Prosseguir com intervenções de promoção da autoestima e motivação para a aprendizagem a fim de aumentar os níveis de mobilização da população para processos de qualificação.</li> </ul>

### CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar

- Relevância para estratégia europeia e nacional: redução de pelo menos 200.000 pessoas em situação de pobreza até 2020.
- Relevância da especificidade territorial: determinadas especificidades territoriais (p.e. áreas de baixa densidade, centros urbanos, áreas costeiras, territórios com situações críticas de pobreza e/ou especialmente afetados por desemprego) configuraram a opção no PT2020, em linha com as estratégias da UE, de implementar abordagens integradas de desenvolvimento territorial específicas cujos, resultados deverão ser avaliados.
- Foco no território de um conjunto de intervenções: a concentração em determinados territórios de diversos tipos de vulnerabilidades e/ou potencialidades determina a possibilidade de serem mobilizados diferentes instrumentos de desenvolvimento territorial que se pretende que criem sinergias e complementaridades que necessariamente deverão ser avaliadas (p.e. intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e de Regeneração Urbana).
- Intervenções novas e/ou inovadoras referentes à Inovação Social.
- Intervenções menos avaliadas no passado.

### Observações

As abordagens territoriais integradas assumem uma maior relevância neste período de programação incidindo em territórios com características socioeconómicas e demográficas diversificadas e com objetivos diferenciados, mas sempre apelando à participação ativa dos atores relevantes, procurando complementaridades e sinergias entre intervenções no mesmo território e, frequentemente, implicando a implementação de modelos de governação multinível.

A avaliação de intervenções de carácter territorial assume, por esta razão, destaque no atual PGA. Apesar de no passado ter havido alguns exemplos, este tipo de avaliação constitui um elevado desafio na seleção de metodologias que apurem: i) se os instrumentos criados para a concretização das abordagens integradas de desenvolvimento territorial produzem os resultados esperados; ii) se os modelos de operacionalização (por ex. processos concursais, contratualização, atores mobilizados, governação, apoio técnico e acompanhamento) são adequados para atingir os resultados propostos; iii) os fatores-chave de sucesso das intervenções integradas de desenvolvimento territorial; iv) os fatores dos contextos territoriais que determinam diferentes resultados e impactos.



## Domínio do Capital Humano

### Qualificação de jovens (abandono escolar precoce e aproximação dos sistemas ensino e formação ao mercado de trabalho)

#### Mensagens das Avaliações 2007-2013

Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Impacto positivo dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Profissionais (CP) na redução do abandono escolar precoce, por redução das taxas de desistência e de retenção, e aumento das taxas de transição e conclusão. A título exemplificativo, nos CEF de nível básico os resultados apresentam um diferencial na taxa de conclusão superior em cerca de 65 pontos percentuais (pp) face à via regular e nos CP do secundário este diferencial é de cerca de 20 pp. (análise contrafactual).</li> <li>Os TEIP assumem um contributo positivo, sobretudo, na interrupção precoce do percurso escolar e na redução da indisciplina.</li> <li>Entre os ex-alunos do ensino secundário (que responderam ao inquérito do Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário – OTES) que optaram por não prosseguir estudos, a proporção dos que se encontram a trabalhar, ao fim do tempo normal de conclusão, é superior para os que frequentaram um CP (53,3%), face a 28,5% dos alunos que frequentaram o ensino regular, sendo também mais favorável em termos contratuais (e.g. maior peso dos vínculos laborais sem termo – 29,1% nos CP e 26,3% na via regular), bem como na proporção dos que trabalham a tempo inteiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nos últimos anos, estagnação das taxas de transição/conclusão; ou seja, o impacto das ofertas de dupla certificação é agora mais evidente no aumento das taxas de escolarização do que no aproveitamento escolar dos alunos.</li> <li>Os TEIP apresentam resultados menos evidentes nas taxas de conclusão, ao nível do aproveitamento escolar e na interação com a comunidade local. A sustentabilidade dos resultados alcançados na redução de abandono escolar requer estratégias de prevenção e de recuperação dos jovens adultos (18-24 anos) que já se encontram fora da escola.</li> </ul>

#### Critérios de identificação das avaliações a realizar

- Meta inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020: redução do abandono escolar para 10% em 2020; relevância, no âmbito da estratégia nacional e europeia, da redução dos NEET.
- Relevância financeira das intervenções, a cofinanciar pelos fundos comunitários, de promoção do sucesso educativo.
- Existência de algum risco para atingir os objetivos: cada vez é mais exigente fazer diminuir de forma acentuada a taxa de abandono escolar uma vez que os públicos a atingir são cada vez mais complexos.
- Elevado número de beneficiários.

#### Observações

Apesar da redução acentuada nos últimos anos do abandono escolar precoce, e da identificação da relação causal entre as medidas cofinanciadas e esta tendência, importa continuar a acompanhar os efeitos das ofertas no sucesso escolar. Com efeito, para além da necessidade de analisar a sustentabilidade da diminuição do abandono, importa acompanhar a instabilidade nas variáveis associadas ao sucesso escolar (taxas de desistência e de retenção), com impactos na taxa de abandono escolar a prazo. Revela-se fundamental avaliar, igualmente, o desempenho escolar – competências adquiridas (matéria não avaliada no âmbito do QREN), bem como as intervenções específicas de combate ao abandono escolar precoce (e.g., TEIP), que apresentaram algumas fragilidades e que serão alvo de alterações no PT2020.

### Ensino Superior e formação avançada

#### Mensagens das Avaliações 2007-2013

Não foi realizada qualquer avaliação nesta temática no âmbito do QREN.

#### Critérios de identificação das avaliações a realizar

- Meta inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020: aumento para 40% da população entre os 30-40 anos com o ensino superior.
- Intervenção nova: TeSP; e intervenção com alterações significativas: doutoramentos.



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevância financeira das intervenções, a cofinanciar pelos fundos comunitários, associadas ao reforço do ensino superior e da formação avançada.</li> <li>• Intervenções não avaliadas no passado, no âmbito dos fundos europeus.</li> <li>• Elevado número de beneficiários.</li> </ul>	
<b>Observações</b>	
<p>Importa avaliar em que medida as bolsas de ensino superior e os TeSP (ação nova) contribuem para a obtenção do diploma do ensino superior, e a possibilidade de alcançar a meta da Estratégia 2020. Esta temática, assim como as bolsas de doutoramento, para além de não terem sido avaliadas no âmbito do QREN, mantêm uma elevada dotação financeira.</p>	
<b>Qualificação de Adultos</b>	
<b>Mensagens das Avaliações 2007-2013</b>	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados positivos dos processos RVCC: nas qualificações e aprendizagens (ao nível das literacias, do uso das TIC e da capacidade para aprender a aprender); na vida pessoal (aumento da autoestima e melhoria das relações familiares); na propensão à continuação de atividades de formação e na transmissão para as gerações mais novas das vantagens da qualificação escolar e/ou profissional.</li> <li>• Após a conclusão do curso EFA, a probabilidade de transição do desemprego para o emprego aumenta (em 14% para os homens e 2% para as mulheres) (contrafactual).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os resultados revelam efeitos menos favoráveis na vida profissional, no caso dos RVCC (isolados ou em combinação com EFA ou com FMC), nomeadamente, na probabilidade dos participantes transitarem de uma situação de desemprego para emprego e no aumento das remunerações.</li> </ul>
<b>Critérios de identificação das avaliações a realizar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da taxa de emprego para 75%, nos termos da meta do PNR e da Estratégia 2020.</li> <li>• Relevância política do aumento da escolaridade de nível secundário da população portuguesa.</li> <li>• Intervenções com alterações significativas: ensino recorrente (não cofinanciado no QREN) e CQEP com alterações relevantes.</li> </ul>	
<b>Observações</b>	
<p>Apesar do PO CH incluir apenas uma parte da qualificação de adultos – aquela diretamente relacionada com a certificação, refletindo-se na dotação financeira atribuída a esta matéria, a sua importância para o desenvolvimento social, económico e territorial do país, a introdução de alterações nos processos de RVCC e o facto do ensino recorrente passar a ser cofinanciado pelos fundos comunitários (para além de se perspetivar um aumento substancial do peso desta oferta formativa, assim como de alterações de funcionamento), justifica uma análise avaliativa.</p>	
<b>Qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação e Ajustamento das qualificações das pessoas com o mercado de trabalho</b>	
<b>Mensagens das Avaliações 2007-2013</b>	
Aspetos mais positivos	Aspetos a melhorar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de mecanismos de estruturação da oferta formativa que resultaram da criação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), nomeadamente, o Catálogo Nacional de Qualificações (e dos Conselhos Sectoriais).</li> <li>• Medidas implementadas com impacto no desempenho e na eficiência dos sistemas educativo/formativo: alteração no modelo de gestão das escolas (introdução da figura do diretor de escola); Projeto metas de aprendizagem; Programa educação 2015 (estabelecimento de objetivos para as escolas); avaliação externa das escolas; Sistema nacional de avaliação de professores; expansão dos indicadores de educação nacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de centros de racionalidade estratégica (de âmbito regional e nacional) orientados para a avaliação prospetiva de necessidades de formação.</li> <li>• O perfil da oferta surge fortemente influenciado pelas preferências da procura dos jovens e pelo perfil de dotação de recursos das entidades formadoras.</li> <li>• Persistência de debilidades ao nível da orientação e encaminhamento de jovens e adultos para formações adequadas às suas preferências e às necessidades do tecido produtivo.</li> <li>• Ausência de um modelo de avaliação integrado do sistema educativo (alunos, professores, escolas, processos de aprendizagens).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de existência de um sistema de acreditação das entidades formadoras com base em critérios de qualidade do desempenho destas entidades.</li> </ul>
<b>CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções novas e inovadoras, no caso das medidas específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação/formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar.</li> <li>Intervenções não avaliadas no passado.</li> <li>Nível de risco para atingir os objetivos quer pelo seu carácter inovador, quer pelo risco de canibalização por parte dos sistemas formativos.</li> </ul>	
<b>Observações</b>	
Apesar de esta temática ter uma dotação financeira reduzida, assume elevada relevância na garantia da qualidade, eficácia e eficiência dos investimentos a efetuar na generalidade das intervenções do PO CH.	

## Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

<b>Transição para uma economia de baixo teor de carbono</b>	
<b>Mensagens das Avaliações 2007-2013</b>	
<b>Aspetos mais positivos</b>	<b>Aspetos a melhorar</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>As intervenções apoiadas permitiram uma redução de 17,6% do consumo de energia primária, em toneladas equivalentes de petróleo (tep), e de 16,9% em redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE).</li> <li>Os apoios financeiros contribuíram para o cumprimento dos compromissos internacionais de Portugal em matéria de redução do consumo energético e redução das emissões de gases de efeito de estufa.</li> <li>Os recursos financeiros alocados, no âmbito da eficiência energética, permitiram apoiar os grupos de beneficiários com os desafios mais urgentes neste domínio, nomeadamente o setor público, nos diversos níveis da Administração Pública, empresas de todos os setores de atividade e entidades do terceiro setor.</li> <li>Os efeitos indiretos dos apoios permitiram a melhoria do conforto térmico das habitações em bairros sociais e a redução da fatura energética em famílias de baixos rendimentos, a melhoria da qualidade do ar e a consciencialização social sobre estas matérias.</li> </ul>	<p>É necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma maior articulação entre os recursos financeiros e os instrumentos de política, identificando necessidades específicas do setor e do território.</li> <li>Promover uma maior articulação <i>on going</i> com os restantes instrumentos financeiros e operacionais nacionais que visam o aumento da eficiência energética.</li> <li>Assegurar que os mecanismos processuais para aplicação dos fundos são ajustados às especificidades das tipologias e dos beneficiários.</li> <li>Melhorar a definição dos critérios de seleção, dos custos padrão, da avaliação do mérito das operações, bem como a capacitação das estruturas técnicas das AG e dos OI nesta matéria.</li> <li>Desenvolver procedimentos específicos, orientações de gestão e de instrumentos próprios para o acompanhamento e avaliação das intervenções, bem como construir um sistema de indicadores mensuráveis que permita o seu acompanhamento.</li> </ul>
<b>CrITÉRIOS de identificação das avaliações a realizar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Relevância para estratégia nacional e europeia: a meta comunitária para 2020 estabelece a obrigatoriedade de redução do consumo de energia primária em 20%, sendo de 25% no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e de 30% para a administração pública; os objetivos do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) para 2020 preveem a incorporação de 31% de fontes de energia renovável (FER) no consumo final bruto de energia e 10% no setor dos transportes; os compromissos assumidos relativos às emissões de gases de efeito de estufa para 2020 de +1% face a 2005, tendo por base a partilha de esforços de redução ou limitação do aumento das emissões entre os estados-membros.</li> <li>Intervenções novas: apoio à produção e distribuição de energia de fontes renováveis com tecnologias testadas e que não estejam disseminadas no território e respetiva integração na rede; desenvolvimento e implementação de redes inteligentes através de projetos-piloto.</li> <li>Intervenções pouco avaliadas e relativamente novas, nomeadamente, produção de energia a partir de fontes renováveis, construção de redes energéticas inteligentes em cidades, evolução para um sistema de transportes mais ecológico através do desenvolvimento de uma rede de abastecimento e da aquisição e conversão de frotas de transportes públicos.</li> <li>Intervenções relevantes em termos financeiros.</li> </ul>	

Observações
<ul style="list-style-type: none"> <li>O domínio da energia ganhou um destaque neste quadro comunitário face ao anterior, quer em termos de dotações colocadas para apoio, quer em termos de tipologias de ações possíveis, que justificam uma avaliação focada que cubra as diversas áreas desta temática, a que se junta a necessidade de articulação entre as várias entidades, o setor e o território. A sua dimensão financeira face ao anterior quadro, a escassez de avaliações, bem como o apoio de intervenções pouco disseminadas no território ou em fase de projeto-piloto, reforça a necessidade de uma avaliação que, por um lado, avalie a sua implementação e as metas propostas e que por outro verifique o seu contributo líquido para a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores.</li> <li>O compromisso de Portugal em termos de planos nacionais e metas europeias reforça a necessidade de um acompanhamento e avaliação próximos tendo em conta o leque de ações em causa, a abrangência de beneficiários e a fragilidade de capacitação técnica nestas matérias com a consequente adequação e avaliação do mérito das intervenções a apoiar.</li> </ul>
Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos
Mensagens das Avaliações 2007-2013
Não foi realizada qualquer avaliação nesta temática no âmbito do QREN.
Critérios de identificação das avaliações a realizar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Relevância para a estratégia nacional: vulnerabilidade de pessoas e território e alinhamento das intervenções a apoiar com a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral e outros documentos de planeamento que lhes sucedam.</li> <li>Intervenções que não foram objeto de avaliações no passado.</li> </ul>
Observações
<ul style="list-style-type: none"> <li>A grande vulnerabilidade do país aos impactos das alterações climáticas, com fenómenos climáticos extremos, com riscos naturais e antrópicos, com o aumento das secas, das ondas de calor, com riscos para a saúde pública, com perdas financeiras e materiais, é por si só o motivo mais relevante da necessidade de uma avaliação que se centre nos resultados e benefícios das intervenções apoiadas sem perder de vista a imprevisibilidade dos fenómenos em causa.</li> <li>No anterior quadro comunitário, para além dos apoios ao desenvolvimento de infraestruturas de defesa no litoral com vista à minimização do risco de erosão costeira, foram também apoiadas infraestruturas que contribuíram para a valorização do litoral, no entanto, no atual quadro de apoio há uma concentração do foco para as áreas mais vulneráveis da proteção do litoral, em especial a erosão, concentração essa que tendo em conta as vastas necessidades do território e a dotação financeira em causa, justificam uma avaliação focada e articulada no território sobre os resultados a atingir.</li> <li>No que respeita ao fenómeno das secas e fogos, e tendo Portugal registado anualmente uma área ardida superior quer à média europeia, quer à média dos países da bacia mediterrânea, os apoios futuros preveem o reforço da gestão face aos riscos, bem como a capacitação das instituições envolvidas, pelo que, e dado o alargado volume de atores em causa e a necessidade de articulação entre os mesmos e o setor, se torna evidente uma avaliação que também demonstre a melhoria ao nível da resposta e da capacitação face aos diagnósticos identificados.</li> <li>Por último, avaliar esta área justifica-se face aos critérios de relevância para a estratégia nacional e por outro face à inexistência de avaliações anteriores.</li> </ul>
Proteção do ambiente
Mensagens das Avaliações 2007-2013
<p>Está em curso o estudo sobre as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados do QREN e afetação dos ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza, o qual visa o apuramento de indicadores de monitorização ambiental estratégica, bem como analisar a contribuição do QREN para os seguintes objetivos: reduzir a taxa de perda de biodiversidade, reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.</p> <p>Prevê-se a sua conclusão no segundo semestre de 2015.</p>
Critérios de identificação das avaliações a realizar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Relevância para as estratégias nacionais: no domínio das águas a relevância justifica-se pelo alinhamento das intervenções a apoiar com o PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais – com os Planos de Gestão de Região Hidrográfica e com a Diretiva Águas Residuais Urbanas.</li> <li>Intervenções que não foram objeto de avaliações no passado: nenhum dos domínios foi objeto de intervenção anterior.</li> </ul>

- Número de potenciais beneficiários: em ambos os domínios destaca-se uma complexa rede de atores e de diferentes territórios.
- Intervenções relevantes em termos financeiros.

## Observações

- No domínio das águas, as futuras intervenções irão abranger estudos que contribuam para a melhoria da qualidade das massas de água e investimentos que permitam a otimização e a gestão dos recursos hídricos e das infraestruturas existentes, nomeadamente, para controlo e redução de perdas e melhoria da qualidade de água fornecida, bem como para a reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais. A abrangência de apoios, a complexidade temática e a articulação da diversidade dos atores, assim como a dotação financeira em causa, justificam uma avaliação que permita analisar os resultados a atingir nas diversas esferas de atuação.
- No domínio dos passivos ambientais e reabilitação urbana, dar-se-á continuidade à recuperação dos passivos prioritários, em linha com o QREN, sendo eles 8 passivos ambientais industriais e 74 antigos locais de exploração mineira. Devido ao risco de contaminação com elevada penalização para a saúde pública, ecossistemas e território, bem como ao nível químico e radiológico, justifica-se a necessidade de avaliar esta área sensível e urgente que ainda não foi objeto de avaliações. Ao nível dos PO Regionais a reabilitação urbana incluirá também a qualificação do espaço público e o desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável, ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano e infraestruturas verdes. Neste caso, justifica-se a avaliação desta temática pela intervenção territorial destas ações, pela necessidade de estabelecimentos de parcerias e de estratégias integradas, pela necessidade de articulação com outros instrumentos de revitalização urbana e pela diversidade de diferentes atores do território.

## 2. Sistema de Avaliação

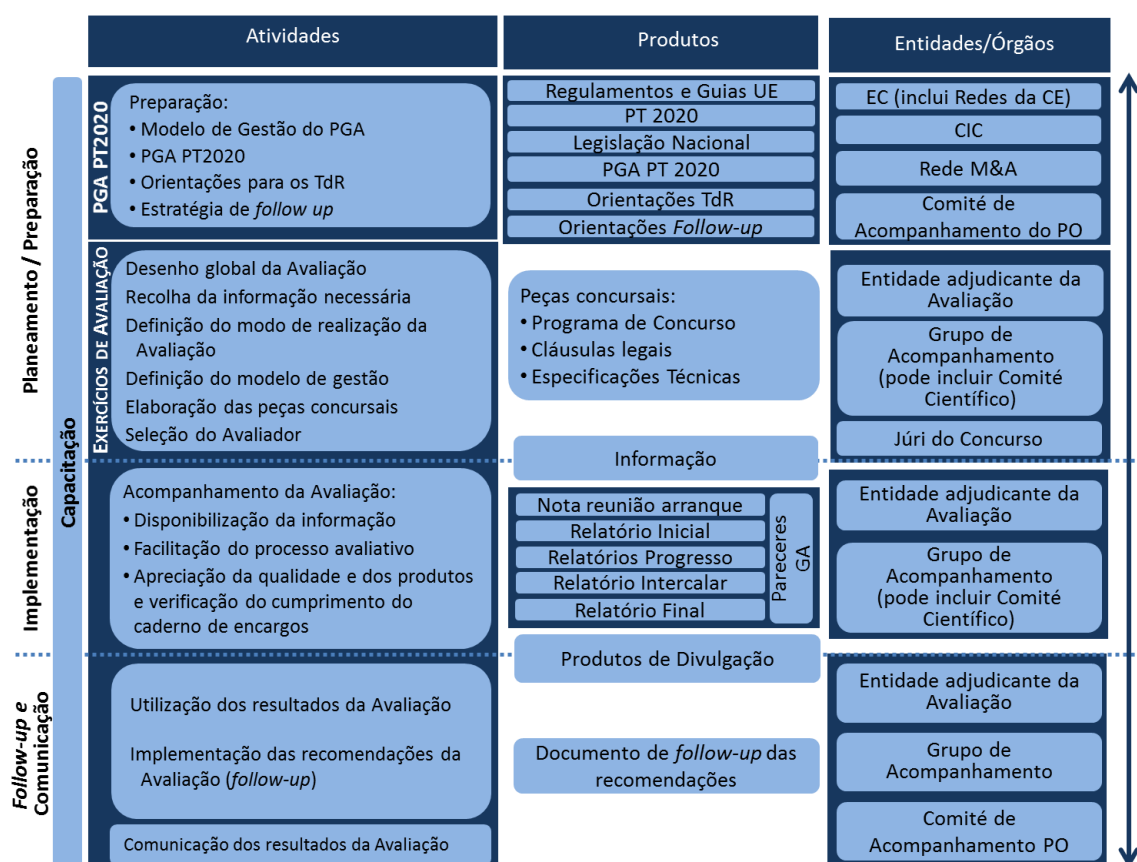
Neste capítulo pretende-se apresentar o sistema de avaliação que engloba, em primeiro lugar, a estratégia de gestão da qualidade do próprio processo avaliativo e a gestão do PGA PT2020. Seguidamente são explicitados o processo de avaliação, a utilização dos resultados dos estudos de avaliação e o acompanhamento das suas recomendações, a comunicação dos resultados das avaliações efetuadas e a capacitação das equipas das entidades que acompanharão os estudos de avaliação.

### 2.1. Estratégia de Gestão da Qualidade do Processo de Avaliação

A estratégia de gestão da qualidade do processo de avaliação sustenta-se na combinação de três fatores: um conjunto de atividades, planeadas e desenvolvidas dentro de um quadro lógico; a definição dos produtos a desenvolver, de acordo com *standards* qualitativos previamente definidos; o estabelecimento do modelo de gestão, designadamente os atores envolvidos e suas atribuições e responsabilidades. Os mecanismos de articulação dos atores, para além de garantirem a qualidade do trabalho desenvolvido, permitirão uma adequada partilha de conhecimento e o acréscimo da capacitação técnica dos envolvidos.

O esquema seguinte sistematiza estes três fatores, apresentando as principais atividades a desenvolver, quer no âmbito da realização do PGA PT2020 quer de cada exercício de avaliação; considera-se ainda os produtos a desenvolver e os atores a envolver ao longo do processo avaliativo. O esquema encontra-se dividido em três fases:

- planeamento e preparação (que inclui a elaboração do PGA PT2020 e a preparação de cada exercício de avaliação, uma vez que o planeamento de cada exercício de avaliação se inicia na fase de elaboração do PGA PT2020, quer na definição dos princípios orientadores quer na identificação das avaliações a efetuar e das suas características);
- a realização das avaliações;
- a divulgação e o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações (follow up).



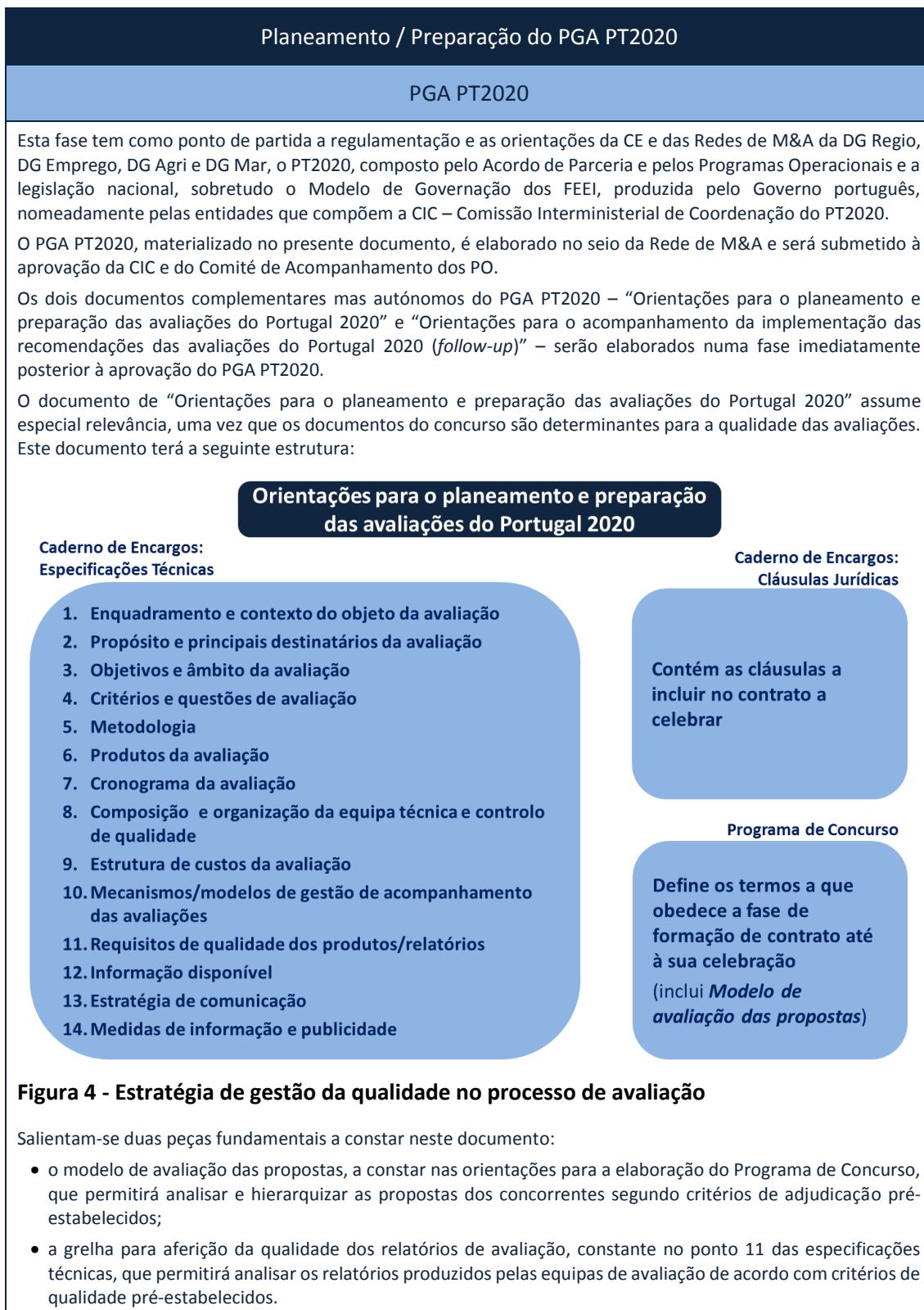
**Figura 3 - Estratégia de gestão da qualidade no processo de avaliação**

Considera-se que o planeamento rigoroso desta estratégia, o seu cumprimento e a sua revisão, quando necessária, a meta-avaliação e retroação periódica garantirão a qualidade do processo de avaliação.

A explicação e o aprofundamento deste esquema encontra-se:

- nas caixas seguintes, que apresentam uma breve explicação de cada uma das fases;
- nos restantes pontos do Capítulo 2 – Sistema de avaliação, que estabelecem os princípios comuns orientadores para a definição dos elementos constantes no esquema, aprofundando, quando necessário, alguns deles;
- nos dois documentos autónomos do PGA PT2020 – “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020” e “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)” – que complementam o documento do PGA PT2020, detalhando as matérias relativas à

elaboração dos documentos do concurso e do follow-up, em conformidade com os princípios orientadores constantes neste capítulo.





### Exercícios de Avaliação

Esta fase decorre desde a definição global da avaliação até à seleção do avaliador (no caso de avaliações externas ou mistas) que irá realizar a avaliação.

O desenho global da avaliação consiste na revisão e no aprofundamento da ficha da avaliação constante no PGA PT2020, que contém os principais elementos de uma avaliação: Objetivo(s); Tipo de avaliação; Âmbito; Contextualização/Justificação; Critérios e Questões de avaliação; Utilizações específicas dos resultados da avaliação; Métodos a considerar; Objeto de avaliação; Informação a disponibilizar no início da avaliação; Procedimento de contratação; Responsabilidade pelo(a): Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação, Acompanhamento das recomendações e Divulgação dos resultados; Constituição do: Grupo de Acompanhamento, Júri do Concurso e Comité Científico; Calendário: Lançamento do concurso Início da Avaliação, Duração da Avaliação, Fonte de financiamento, Estimativa de custo.

Nesta fase destaca-se a relevância dos seguintes elementos:

- construção definitiva das questões de avaliação;
- compilação da informação a disponibilizar quer no Caderno de Encargos quer aquando da adjudicação da avaliação. Na maioria das situações, a fase de identificação e recolha de informação inicia-se com a elaboração das fichas de avaliações constantes no PGA PT2020, quando necessário, prolonga-se até ao início da preparação da avaliação e termina com a disponibilização final de informação solicitada pelos avaliadores;
- determinação do modo de realização das avaliações (externo, interno ou misto) e do procedimento de contratação do avaliador, no caso das avaliações externas ou mistas;
- definição dos atores efetivos a acompanhar o estudo e das suas atribuições e início do seu envolvimento (caso não tenha ocorrido anteriormente), no âmbito da participação do Grupo de Acompanhamento na elaboração dos documentos do concurso;
- produção dos documentos do concurso da avaliação, seleção e convocação do júri do concurso e seleção da equipa que realizará o estudo.

Esta fase será detalhada nos pontos seguintes deste capítulo e no documento de “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”.

### Implementação dos Exercícios de Avaliação

Na fase de realização das avaliações, cabe à entidade adjudicante e ao Grupo de Acompanhamento a disponibilização da informação necessária à realização do estudo (que ainda não foi disponibilizada no Caderno de Encargos) e a solicitada diretamente pelo avaliador, o esclarecimento de questões colocadas pelo avaliador, o apoio à equipa de avaliação no estabelecimento de contactos com entidades ou outros interlocutores, bem como a apreciação dos produtos entregues pelo avaliador previstos no Caderno de Encargos.

A estrutura dos relatórios constará nas “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”. A qualidade dos relatórios, que se pretendem objetivos e com conclusões devidamente fundamentadas, será aferida pelo recurso a uma Grelha para aferição da qualidade dos relatórios de avaliação, constante no mesmo documento.

Nesta fase são ainda elaborados os produtos de divulgação da responsabilidade da equipa de avaliação.

Esta fase será detalhada nos pontos seguintes e no documento de “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”.

### Acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações (follow-up) e Comunicação

Os exercícios de avaliação culminam no seu follow-up e na comunicação dos resultados de forma a potenciar a sua utilização.

Esta fase será detalhada nos pontos seguintes e no documento “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal (follow-up)”.

### Capacitação

A estratégia de capacitação, transversal a todas as fases de elaboração do PGA PT2020 e de planeamento, realização e follow-up e divulgação das avaliações, é apresentada no ponto 6 deste capítulo.



## **2.2. Gestão do Plano de Avaliação**

Pretende-se neste subcapítulo expor o modelo de governação previsto para a elaboração e implementação do PGA PT2020.

### **2.2.1. Entidades envolvidas e respetivas funções**

Considerando a experiência adquirida na conceção e implementação do PGA do período de programação 2007-2013, definem-se como princípios orientadores do modelo de gestão do PGA PT2020 os seguintes:

- responsabilização partilhada – diferentes responsabilidades assumidas pelos órgãos de coordenação política, técnica e de gestão do PT2020 nas diversas fases do PGA PT2020;
- coordenação em Rede – a Rede M&A como espaço privilegiado de conceção, acompanhamento e avaliação do PGA PT2020, bem como de interligação com outras redes de articulação funcional criadas no âmbito da coordenação do PT2020 e a nível internacional;
- partilha de experiências – consolidar e harmonizar as experiências em matéria de planeamento estratégico e operacionalização das avaliações dos diferentes fundos (FEDER, FC, FSE, FEADER, FEAMP).

O modelo de gestão do PGA PT2020 atribui à AD&C, em articulação com a Comissão de Coordenação Nacional (CCN) e a Comissão de Coordenação para o FEAMP (CCF), a elaboração e submissão do PGA à apreciação e aprovação da CIC Portugal 2020. A elaboração do PGA PT2020 e dos documentos de orientação autónomos que o complementam é efetuada no âmbito da Rede de Monitorização e Avaliação (M&A), que inclui as autoridades de coordenação técnica dos FEEI e as AG. As revisões do Plano seguem o mesmo modelo da sua preparação.

Por sua vez, a elaboração dos Planos de Avaliação dos PO (que decorrem diretamente do PGA PT2020) é da responsabilidade das AG, as quais devem concluir e submeter o Plano de Avaliação dos PO para aprovação do Comité de Acompanhamento (CA) até um ano após a adoção da decisão dos programas pela UE.

No FEADER e FEAMP o Plano de Avaliação é elaborado durante a fase de programação, constando num capítulo do texto da decisão da UE dos respetivos programas. Nestes fundos o modelo de governação assume, igualmente, contornos específicos:

- A coordenação técnica do FEADER cabe à Comissão de Coordenação Nacional (CCN), coordenada pelo Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), que assegura a representação, entre outras entidades, de cada um dos órgãos de gestão dos PDR.

O Grupo de Coordenação da Avaliação (GCA), funcionalmente dependente da CCN, assegura a coordenação das atividades de avaliação e a harmonização de orientações no âmbito do FEADER, bem como a coordenação com os procedimentos de avaliação ao nível de outros fundos. O GCA é constituído pelo GPP, as AG dos três PDR, as equipas de avaliação, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP) (enquanto organismo pagador) e a Rede Rural Nacional (RRN).

Ao contrário dos restantes fundos, as AG do FEADER assumem a responsabilidade da própria avaliação ex post do PDR, pelo que esta consta do Plano de Avaliação.

- No FEAMP, a coordenação técnica é confiada à Comissão de Coordenação para o FEAMP (CCF), presidida pelo Diretor-Geral da Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM), que assegura a representação.

O modelo de governação dos FEEI está consagrado nas decisões dos programas 2014-2020, bem como no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, complementado, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, pela Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014 e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/M.

O presente enquadramento nacional visa assegurar o cumprimento das obrigações dispostas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, que estabelece as disposições comuns dos FEEI e prevê especificidades dos Fundos da Política da Coesão (FEDER, FC e FSE), complementado com as obrigações dos Regulamentos Específicos do FSE, FEADER e FEAMP, respetivamente Regulamentos (UE) n.ºs 1304/2013, 1305/2013 e 508/2014.

#### Quadro regulamentar

FEEI - A autoridade de gestão ou o Estado-Membro define um plano de avaliação que pode abranger mais do que um programa. O plano de avaliação é apresentado em conformidade com as regras específicas dos Fundos (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 56º).

FEDER/FC/FSE - A autoridade de gestão ou o Estado-Membro elaboram um plano de avaliação para um ou vários programas operacionais. O plano de avaliação é apresentado ao comité de acompanhamento até um ano a contar da adoção do programa operacional (Regulamento (UE) n.º 1303/2013 de 17 de dezembro, n.º 1 do artigo 114º).

CIC Portugal 2020 Compete à CIC Portugal 2020 - (...) apreciar e aprovar, sob proposta da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.), o plano global de avaliação do Portugal 2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional (...). (Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alínea h) do n.º 2 do artigo 10º).

AD&C - Compete à Agência, I.P., no âmbito da coordenação técnica geral do Portugal 2020 (...) e) Coordenar e desenvolver, em articulação com a CCN e a CCF, o sistema de avaliação do Portugal 2020, na perspetiva da sua contribuição para a concretização das políticas públicas cofinanciadas; (...) k) Elaborar e submeter à aprovação da CIC Portugal 2020, em articulação com a CCN e a CCF, o plano global de avaliação do Portugal 2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional; (...) t) Participar na elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020 e dos respetivos programas (...) (D.L. n.º 137/2014, artigo 12º).

AD&C, CCN e CCF - Compete à Agência, I.P., à CCN e à CCF, enquanto órgãos de coordenação técnica dos FEEI: (...) b) Contribuir para a elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020, a submeter à aprovação da CIC Portugal 2020; (...) d) Coordenar a elaboração do plano global de avaliação dos respetivos PO e PDR, que contempla avaliações de âmbito estratégico e operacional e inclui uma lista indicativa dos exercícios de avaliação previstos para o período 2014 -2020, a sua natureza e calendário (...) (D.L. n.º 137/2014, artigo 13º).

Autoridades de gestão dos POT, POR-C e AT - Compete às comissões diretivas dos PO temáticos, regionais do continente e de assistência técnica: (...) s) Participar na elaboração do plano global de avaliação do Portugal 2020 e elaborar o plano de avaliação do PO (D.L. n.º 137/2014, artigo 27º 1).

Comités de Acompanhamento dos PO FEDER, FSE e FC: (...) O plano de avaliação é apresentado ao comité de acompanhamento até um ano a contar da adoção do programa operacional (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 114º 1); (...) O comité de acompanhamento examina, em especial: (...) b) Os progressos realizados na aplicação do plano de avaliação (...) (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 110º 1); (...) O comité de acompanhamento examina e aprova: (...) c) O plano de avaliação do programa operacional e eventuais alterações, inclusive quando faz parte de um plano de avaliação comum nos termos do artigo 114.º , n.º 1 (...) (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 110º 2); (...) Compete ainda às comissões de acompanhamento [dos PO temáticos e regionais do continente] analisar e aprovar: (...) c) o plano de avaliação dos PO e as suas eventuais alterações (D.L. n.º 137/2014, artigo 54º 2).

Autoridades de gestão do PO RA dos Açores e da Madeira:

RA Açores (...) São competências do Gestor do PO Açores 2020: (...) c) Representar o programa operacional nos órgãos nacionais de Gestão, Monitorização, Avaliação e Acompanhamento do “Portugal 2020”, bem como nas demais instituições nacionais, europeias e internacionais (...). (Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014 da Presidência do Governo da RAA, artigo 6º 1).

RA Madeira (...) São competências da Autoridade de Gestão: (...) r) Participar na elaboração do plano global de avaliação do “Portugal 2020” (...). (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/M, artigo 4º 1).

Autoridades de gestão dos PDR (...) As autoridades de gestão devem elaborar o plano de avaliação do respetivo PDR, incluindo os indicadores específicos e comuns no quadro de desempenho (...). (D.L. n.º 137/2014, artigo 30º 5).

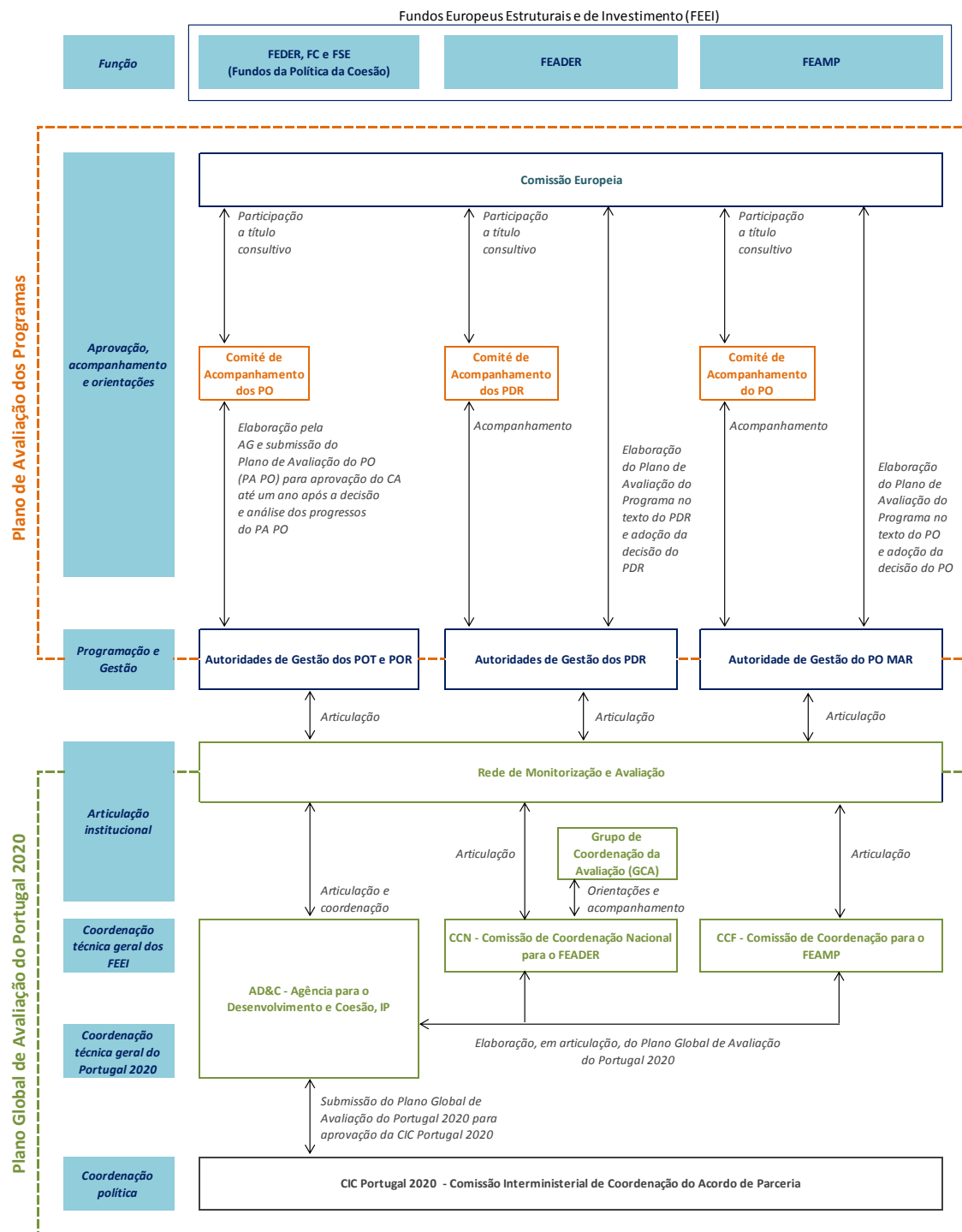
Comité de Acompanhamento dos PDR: O comité de acompanhamento (...) b) Examina as atividades e as realizações ligadas aos progressos registados na execução do plano de avaliação do programa (...) (REG (UE) n.º 1305/2014, artigo 74º ).

Autoridade de gestão do PO MAR (...) Elaborar um plano de avaliação do Mar 2020 (...). (D.L. n.º 137/2014 artigo 33º 1f).

Comité de Acompanhamento do PO MAR:

(...) o comité de acompanhamento verifica o desempenho do programa operacional e a eficácia da sua execução. Para esse efeito, o comité de acompanhamento: (...) b) Examina as atividades e realizações ligadas ao plano de avaliação do programa (...) (REG (UE) n.º 508/2014 Artº 113).

(...) Examinar as atividades e realizações ligadas ao plano de avaliação do programa (...). (D.L. n.º 137/2014 artigo 58º b).



**Figura 5 - Modelo de gestão do PGA PT2020 e dos Plano de Avaliação dos Programas**

### **2.2.2. Coordenação do PGA PT2020: Rede de Monitorização e Avaliação**

A Rede de M&A, constituída pelos organismos de coordenação técnica dos FEEI e pelas Autoridades de Gestão (AG) dos programas, sob coordenação da AD&C, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento das atividades de M&A de modo a garantir a excelência do sistema de M&A do PT2020.

A articulação e coordenação das funções de M&A assumem, no atual período de programação, uma importância acrescida devido não só à presença de programas e intervenções multifundos, como à elevada transversalidade e complementaridade de intervenções, nomeadamente entre os PO temáticos e os PO regionais. Com efeito, estes programas, ao contribuírem para objetivos comuns, implicam a necessidade de privilegiar a realização de avaliações temáticas e territoriais cujo valor estratégico deve ser consensualizado para servir as necessidades do conjunto e de cada uma das organizações da Rede.

A Rede de M&A dá continuidade à Rede de Avaliação do QREN, acrescentando-lhe a dimensão da monitorização. A experiência desta Rede e a reflexão sobre o seu balanço serviram de base à definição do processo de avaliação no período 2014-2020.

No âmbito da avaliação, a missão primeira da Rede de M&A é a de construir uma proposta de PGA PT2020 a apresentar à CIC Portugal 2020, monitorizar a sua execução, propor alterações e a sua atualização periódica, potenciar o uso das avaliações, nomeadamente junto dos decisores de política, e promover um debate público alargado sobre a relevância da avaliação e sobre os resultados dos exercícios de avaliação. Com efeito, pelas razões apontadas anteriormente, a Rede M&A assume uma importância vital na construção do PGA PT2020, garantindo a produção de um documento estratégico unificado e a definição de um conjunto de avaliações que reflitam os princípios apresentados neste Plano.

No seu papel instrumental, o coletivo da Rede deverá igualmente zelar pela qualidade das funções de M&A do PT2020, criando instrumentos que facilitem a seleção e a aplicação de critérios de qualidade às várias fases da monitorização e da avaliação.

Como suporte daquelas funções, a rede tem igualmente uma função de aprendizagem e de capacitação dos seus membros, das organizações parceiras e ainda das entidades públicas implicadas no PT2020. Esta função deverá ser concretizada através de ações de informação e formação de carácter e âmbito diversos, potenciando desde logo o espaço de interação da rede

como veículo de partilha de informação sobre, nomeadamente, o que de importante se debate e se decide nas redes de avaliação da CE e sobre o interesse da participação em eventos ou ações de formação sobre metodologias e resultados de avaliações.

A Rede M&A, enquanto fórum de articulação e coordenação da M&A do PT2020, tem os seguintes atributos:

Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• promover e articular o desenvolvimento das atividades de M&amp;A de modo a garantir o funcionamento e a eficácia no sistema de M&amp;A do PT2020;</li> <li>• promover o intercâmbio de experiências e de boas práticas entre os membros da rede, a fim de fortalecer a capacidade de M&amp;A de políticas públicas em Portugal.</li> </ul>
Membros
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organismos de Coordenação Técnica dos FEEI;</li> <li>• Autoridades de Gestão.</li> </ul>
Modo de Funcionamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• reuniões periódicas, sempre que se justifique, de preferência no mínimo três por ano, e workshops temáticos;</li> <li>• grupos de trabalho para tratamento de questões específicas;</li> <li>• partilha de documentos de trabalho em área reservada de uma plataforma informática.</li> </ul>
Áreas de atuação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• preparar uma proposta de Plano Global de Avaliação a apresentar à CIC do PT2020 e acompanhar a sua execução;</li> <li>• contribuir para a preparação de instrumentos de apoio à Monitorização do PT2020 e acompanhar a sua execução;</li> <li>• produzir orientações e instrumentos que contribuam para a qualidade dos exercícios de avaliação;</li> <li>• debater assuntos de relevo em matéria de M&amp;A (e.g. orientação para resultados);</li> <li>• potenciar o uso dos resultados das avaliações, criando instrumentos de monitorização da implementação das recomendações (follow up);</li> <li>• promover o debate público sobre os resultados das avaliações e o conteúdo dos relatórios de monitorização, propondo públicos e formatos adequados e participando ativamente na sua divulgação;</li> <li>• garantir a aprendizagem organizacional, encontrando formas adequadas de transferir as aprendizagens dos membros da rede para as respetivas organizações;</li> <li>• instituir práticas formativas nas reuniões da Rede, como apresentações temáticas de membros da rede e/ou peritos e exposição sobre participações em eventos (conferências, seminários, reuniões sobre avaliação);</li> <li>• elaborar um diagnóstico de necessidades de formação em M&amp;A que sirva de suporte a um plano de capacitação adequado aos membros da Rede e a outras entidades da administração pública e, subsequentemente, elaborar um plano de formação/capacitação.</li> </ul>
Quadro regulamentar
Decreto-Lei. n.º 137/2014, de 12 de setembro
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A coordenação do PT2020 e a sua capacitação institucional são garantidas através da criação e dinamização de redes de articulação funcional, sem prejuízo das competências das autoridades de gestão.</li> <li>2. São criadas as seguintes redes de articulação funcional: (...) b) Rede de M&amp;A;</li> <li>3. As redes referidas nas alíneas a) a d) do número anterior são coordenadas pela Agência, I.P.</li> <li>4. As redes referidas nas alíneas a) e b) integram todas as entidades com competências na governação dos FEEI, nas respetivas matérias (...) (artigo 61º).</li> </ol>

## 2.3. Processo de avaliação

### 2.3.1. Questões de avaliação e Métodos

A importância das questões de avaliação (QA) na qualidade das avaliações justifica que se inscreva no PGA PT2020 um conjunto de princípios a atender na sua definição, bem como uma lista de questões de avaliação tipo, por critério de avaliação. Esta lista serve de apoio à construção das QA em cada exercício de avaliação, sendo contudo questões genéricas que podem ser especificadas em função do que se pretende analisar em cada avaliação. Foi dado um maior peso às questões da eficácia, da eficiência e do impacto, pela relevância que assumirão nas avaliações do PT2020. No entanto, o peso das questões de avaliação por critério deverá variar de acordo com os objetivos de cada avaliação.

Princípios Orientadores à construção das questões de avaliação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer um encadeamento lógico entre os objetivos específicos, as dimensões de análise do objeto e as questões de avaliação.</li> <li>• Este encadeamento deve corresponder a uma real necessidade de conhecimento, identificação de novas soluções, correspondente à necessidade de um input para uma tomada de decisão.</li> <li>• Definir as QA em função dos critérios de avaliação, priorizados tendo em conta as necessidades dos “stakeholders” e o racional orientador da avaliação.</li> <li>• Identificar os métodos possíveis para responder às QA e verificar a existência da informação necessária para o desenvolvimento desses métodos.</li> <li>• Os temas de maior preocupação devem ser abordados por questões de avaliação específicas.</li> <li>• As QA devem: i) ser suscetíveis de gerar uma resposta, uma vez que todas as QA devem ser respondidas pela avaliação, ii) ser específicas e focalizadas no objeto de avaliação de forma a possibilitar retirar conclusões objetivas, iii) ser equilibradas em número de acordo com o objetivo da avaliação, iv) decorrer diretamente do(s) objetivo(s) da avaliação.</li> </ul>
Questões de Avaliação Tipo
Relevância
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida os objetivos da intervenção dão resposta às necessidades dos beneficiários?</li> <li>• Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do território?</li> <li>• Houve mudanças de contexto que justifiquem alterações nos objetivos da intervenção?</li> <li>• Em que medida os objetivos da intervenção são relevantes face às prioridades das políticas públicas associadas?</li> </ul>
Coerência externa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre a intervenção avaliada e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território?</li> </ul>
Coerência interna
<ul style="list-style-type: none"> <li>• As ações da intervenção constituem um conjunto coerente entre si e adequado para atingir os objetivos a que se propôs?</li> <li>• As diferentes atividades da intervenção complementam-se de uma forma lógica para alcançar os objetivos?</li> </ul>



Eficácia
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A intervenção alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro por efeito da sua realização?</li> <li>• Que fatores externos influenciaram, positiva ou negativamente, o alcance dos resultados?</li> <li>• Ocorreram efeitos imprevistos (positivos ou negativos)?</li> <li>• A intervenção produziu os efeitos esperados?</li> <li>• Poderiam ter sido alcançados mais efeitos se tivessem sido utilizados outros instrumentos?</li> <li>• Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos da intervenção?</li> <li>• Porque é que a mudança ocorreu? (Avaliação baseada na teoria)</li> <li>• Como é que a intervenção causou essa mudança? (Avaliação baseada na teoria)</li> <li>• Em que medida as mudanças observadas podem ser atribuídas à intervenção? (Contrafactual)</li> <li>• Os resultados obtidos com a intervenção variam segundo os diferentes subgrupos do grupo-alvo principal? (Contrafactual)</li> <li>• O que pode ser feito para que a intervenção possa ser mais eficaz?</li> </ul>
Eficiência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• As componentes da intervenção foram concretizadas com o mínimo de recursos?</li> <li>• Os resultados da intervenção foram alcançados com o mínimo de recursos?</li> <li>• Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos?</li> <li>• A intervenção foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis?</li> <li>• Foram desenvolvidos procedimentos racionais, nomeadamente, de gestão financeira e de recursos humanos? (Eficiência operativa)</li> </ul>
Impacto
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais são os efeitos globais da intervenção no contexto socioeconómico (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos ou negativos)?</li> <li>• Que fatores externos influenciaram, positiva ou negativamente, o alcance dos objetivos globais?</li> <li>• Porque é que a mudança ocorreu no contexto socioeconómico? (Avaliação baseada na teoria)</li> <li>• Como é que a intervenção causou essa mudança no contexto socioeconómico? (Avaliação baseada na teoria)</li> </ul>
Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os resultados são duráveis no tempo para além do período da intervenção?</li> <li>• Quais os fatores que determinam a durabilidade/sustentabilidade dos resultados e impactos observados?</li> </ul>
Valor Acrescentado Europeu
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a vantagem de utilizar os recursos da UE no apoio a uma determinada intervenção?</li> <li>• Qual o valor adicional resultante da intervenção da UE, face ao que seria alcançado ao nível da ação individual do Estado-Membro e/ou respetivas regiões?</li> <li>• Em que medida do problema a que a intervenção visa responder requer a continuação da intervenção ao nível da UE? Quais as consequências da interrupção da intervenção da UE?</li> </ul>

Os métodos de avaliação deverão ser escolhidos em função do objetivo/objeto da avaliação e de cada uma das questões de avaliação. Os Cadernos de Encargos serão construídos de forma a garantir a apresentação, nas propostas técnicas, dos métodos mais adequados ao que se pretende analisar em cada avaliação. Em função da especificidade de cada avaliação, poderão ser adotadas uma das seguintes hipóteses relativamente ao grau de explicitação no Caderno de Encargos dos métodos a utilizar:



- a entidade adjudicante define no Caderno de Encargos (para a totalidade ou parte do estudo) os métodos que preferencialmente devem ser desenvolvidos. Nesta hipótese deve solicitar-se que as propostas dos concorrentes fundamentem a adequabilidade dos métodos e como estes vão ser combinados entre si na resposta às diferentes questões de avaliação; as propostas devem, igualmente, apresentar uma análise sucinta da informação existente e necessária para a aplicação dos respetivos métodos, os pontos fortes e fracos dos dados, e os enviesamentos potenciais associados a cada método. Devem igualmente apresentar uma descrição das técnicas de recolha de dados a utilizar;
- os concorrentes propõem, na proposta técnica, os métodos que considerem mais adequados, fundamentando as opções tomadas com base em critérios objetivos de pertinência, robustez e proporcionalidade face ao âmbito, ao tipo e aos objetivos da avaliação, bem como as técnicas de recolha de informação.

O documento “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020” explicitará os métodos existentes e as suas principais características (descrição do método, vantagens, desvantagens, requisitos e situações de aplicação).

O Caderno de Encargos deve fornecer a informação necessária ao desenvolvimento de uma proposta adequada aos objetivos do estudo.

### **2.3.2. Informação de suporte às avaliações**

A exigência de informação requerida para alimentar os indicadores dos programas e para o desenvolvimento de metodologias de análise de impactos (p.e., microdados), bem como o potencial existente atualmente nas bases administrativas dos diversos sistemas da Administração Pública e nos sistemas de informação de suporte à gestão dos fundos da UE, impõem exigências acrescidas à preparação prévia e atempada da informação necessária à realização dos exercícios de avaliação.

Estas condicionantes colocam cada vez mais o enfoque da recolha de informação quantitativa numa fase prévia à realização dos estudos (quer com o recurso a bases de dados existentes, quer através da realização de questionários específicos ou comuns a diferentes avaliações), em alternativa à produção desta informação no decurso da realização das próprias avaliações, como acontecia no passado. Com efeito, a quantidade de registos e o detalhe da informação exigida obriga: i) à recolha administrativa de dados determinantes à avaliação logo na fase inicial das

candidaturas; ii) ao cruzamento destes dados com outras bases de dados administrativas sectoriais, que exigem procedimentos técnicos e de proteção de dados complexos; ou iii) à recolha de informação através de inquéritos próprios, cuja complexidade e dimensão apenas se coaduna com a realização de questionários que deem resposta a diferentes avaliações. Qualquer uma destas opções exige que o processo de planeamento e de recolha de informação se realize com períodos longos (anos) de antecedência.

Consideram-se como passos relevantes, para providenciar a informação necessária às propostas (a disponibilizar nas especificações técnicas) e para desenvolver as avaliações (a disponibilizar no início dos exercícios):

- o preenchimento da Ficha de avaliação inscrita no PGA PT2020 que contém a informação requerida para o desenvolvimento da avaliação;
- assegurar que o sistema de informação do PT2020 é eficaz para efeitos de avaliação, ou seja, que a informação quantitativa responderá cabalmente aos imperativos metodológicos das avaliações (p.e., abordagens contrafactuais);
- desenvolver inquéritos específicos para recolha de informação comum a diferentes estudos de avaliação;
- assegurar o acesso a microdados de fontes administrativas e eventuais cruzamentos de bases de dados, de forma a garantir a caracterização exaustiva dos destinatários e a informação longitudinal que possibilite a constituição de grupos de análise e de controlo;
- assegurar que a interação com as entidades produtoras de informação – designadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Segurança Social – possa assegurar a construção de indicadores relevantes para a avaliação do PT2020;
- garantir os requisitos da proteção de dados nos diferentes processos de recolha de informação referidos nos passos anteriores.

A palavra-chave deste processo é “atempadamente”, uma vez que se trata de mecanismos morosos e que importa garantir que deem os seus resultados a tempo de efetuar as avaliações no período em que estão previstas e em que serão úteis.

#### Quadro regulamentar

(...) Compete aos Estados-Membros garantir os recursos necessários para efetuar as avaliações, bem como os procedimentos a aplicar para a produção e recolha dos dados necessários a essas avaliações, incluindo os dados relativos aos indicadores comuns e, quando apropriado, aos indicadores específicos dos programas (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 2 do artigo 54º).

### 2.3.3. Modo de realização das avaliações

As avaliações previstas no Plano de Avaliação serão efetuadas sobretudo com recurso a peritos externos. Em determinadas situações poderão ser constituídas equipas mistas ou internas, nomeadamente nas análises contrafactuais e na elaboração de inquéritos que contribuam para a realização de diferentes avaliações, por estas requererem conhecimentos aprofundados residentes nas entidades adjudicantes, nomeadamente o domínio das bases de dados e a lógica de programação, e também para permitir a capacitação da administração pública em determinados métodos (p.e., contrafactuais). Será utilizado, igualmente, o recurso a equipas mistas e/ou internas em situações de experimentação de métodos inovadores ou de divulgação/utilização ainda restrita.

Será assegurada a independência necessária das pessoas que participam na realização das avaliações do PT2020 face às funções de conceção e/ou de execução das políticas e do programa objeto de análise, de forma a garantir a objetividade e imparcialidade nas conclusões e recomendações da avaliação. Mesmo que, excecionalmente, se encontrem funcionalmente incluídos em departamentos com funções de implementação, essas pessoas estarão adstritas, exclusiva e formalmente, à função de avaliação e de monitorização.

No caso dos avaliadores externos, será assegurada a ausência de conflito de interesses (no Programa de Concurso), garantindo que os elementos que constituem a equipa de avaliação não participaram na fase de programação ou de implementação da política/programa objeto da avaliação.

#### Quadro regulamentar

A realização das avaliações é assegurada por peritos internos ou externos funcionalmente independentes das autoridades responsáveis pela execução do programa. A Comissão fornece orientações sobre as modalidades de realização das avaliações, imediatamente após a entrada em vigor do presente regulamento (Regulamento (UE) 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 3 do artigo 54º).

Na seleção de peritos externos serão utilizados os procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), designadamente: Concurso público, Concurso limitado por prévia qualificação ou Ajuste direto. Contudo, será privilegiada a adoção de um dos dois primeiros procedimentos mencionados.

Os documentos do concurso especificarão as regras e os critérios de submissão, exclusão, seleção e adjudicação das propostas, nomeadamente o Modelo de avaliação das propostas com

os respetivos critérios de adjudicação. Serão privilegiados critérios de adjudicação associados à qualidade da proposta técnica, em detrimento da proposta financeira (que terá um peso inferior) e do prazo (que não será um critério de adjudicação).

Será garantido que o avaliador detém as competências necessárias para o desenvolvimento da avaliação – nomeadamente, experiência em avaliação, nos métodos requeridos/propostos e nas temáticas, contexto institucional e regional objeto de avaliação – sobretudo através de:

- concurso limitado por prévia qualificação, quando se pretende garantir a contratação de uma entidade com determinadas características/competências;
- inclusão no Modelo de avaliação das propostas do critério de experiência dos elementos que compõem a equipa do avaliador;
- avaliação da qualidade da proposta técnica (como critério de avaliação de propostas);
- demonstração de sistemas de garantia de qualidade por parte dos avaliadores.

Por fim, serão desenvolvidas ações no sentido de trazer para a avaliação de políticas públicas cofinanciadas outras entidades avaliadoras, nomeadamente centros de estudos e instituições de ensino superior, de forma a evitar a concentração das adjudicações num leque limitado de entidades.

#### **2.3.4. Orçamento e Duração das avaliações**

A duração da realização de cada avaliação deverá ser planeada pela entidade adjudicante, considerando o seguinte:

- o prazo de realização da avaliação será fixo, não constituindo um fator de pontuação na seleção das propostas dos concorrentes;
- a definição do prazo de realização das avaliações, desde a adjudicação até à entrega do relatório final, deverá situar-se entre os seis a doze meses, em função da complexidade da avaliação, nomeadamente, dos métodos utilizados;
- o tempo de disponibilização da informação solicitada pelo avaliador;
- a contagem do tempo associado à elaboração do parecer do Grupo de Acompanhamento está incluída no prazo;
- assunção de perspetiva realista para a duração da realização das avaliações.

O preço base, ou seja, o preço máximo a alocar a cada avaliação, será definido pela entidade adjudicante, por referência a custos padrão, tendo em consideração os objetivos e o âmbito da avaliação, bem como a sua complexidade em termos do método requerido para o desenvolvimento do estudo e da duração temporal da execução da avaliação.

A definição do preço deverá, assim, considerar:

- Avaliações de processo vs. Avaliação de impacto
- Análise contrafactual vs. Avaliação baseada na teoria
- Programas/multiprograma
- Dimensão dos PO
- Inclusão ou não das Regiões Autónomas
- Duração das avaliações
- O recurso ou não a recolha de informação primária

Apresenta-se nos quadros abaixo o orçamento indicativo de implementação do Plano de Avaliação.

**Quadro 3 - Orçamento indicativo do PGA PT2020**

Orçamento indicativo da realização das avaliações	Custo (€)
Avaliações previstas no PGA PT2020 <sup>1</sup>	4.892.565
Avaliações que abrangem o PO Norte	3.482.565
Orçamento indicativo da capacitação em avaliação	
Ações de Capacitação com recurso a peritos nacionais e internacionais (12 sessões de 1 dia para 25 pessoas)	60.000
Participação em Ações de Formação /Conferências Internacionais (47 participações/16 AG + AD&C/ 2014-2020, inclui inscrição e despesas de deslocação)	115.000
Participação em Ações de Formação /Conferências Internacionais (133 participações/16 AG + AD&C/ 2014-2020, inclui despesas de deslocação)	135.000
Tradução de documentação técnica	10.000
2 Conferências Internacionais sobre Avaliação <sup>2</sup>	40.000
Reuniões Rede de M&A (3 reuniões/ano) e Redes Europeias de Avaliação (4 reuniões/ano) 2014-2020	90.000
<b>Total das ações de capacitação</b>	<b>450.000</b>

Orçamento indicativo da comunicação das avaliações do PGA PT2020	
21 Seminários de apresentação de resultados das avaliações (1/2 dia – 100 pessoas)	55.000
Produção de material de divulgação (Publicações, Brochuras e outros matérias de divulgação)	30.000
Aquisição de serviços de comunicação (Infográficos; Posters; linguagem não técnica)	50.000
<b>Total da comunicação</b>	<b>135.000</b>
Aquisição de Informação	200.000
<b>Total Global</b>	<b>5.677.565</b>

<sup>1</sup> Somatório dos valores máximos previstos para cada exercício de avaliação, ou os valores já contratados no caso dos estudos de avaliação já iniciados.

<sup>2</sup> Inclui uma conferência realizada em Maio 2015

Os custos acima orçados serão suportados pelo Programa Operacional Assistência Técnica (PO AT) ou pela Assistência Técnica (AT) dos Programas. Note-se a este propósito que, no caso dos exercícios de avaliação, só a Avaliação Intercalar do PO Norte é seguramente uma despesa da AT. No entanto, também outras despesas poderão ser imputadas a este programa desde que relacionadas com ações complementares referidas no ponto 3.1.

### 2.3.5. Gestão dos exercícios de avaliação

O planeamento e a gestão dos exercícios de avaliação requerem um modelo de gestão específico, que contemple quer a definição dos atores e suas responsabilidades, quer os mecanismos de envolvimento destes. Pretende-se que o processo de avaliação do PT2020 seja de responsabilidade partilhada – envolvendo um conjunto alargado de “stakeholders”, de forma a garantir a utilidade e uma elevada qualidade técnica do processo, com o contributo de diferentes competências e perspetivas – e que se constitua como uma oportunidade de capacitação dos “stakeholders”.

Neste sentido, a definição do modelo de gestão assentará nos seguintes princípios orientadores:

- Subsidiariedade – quando uma avaliação incide apenas num programa a coordenação é garantida pela respetiva AG; quando incide em mais do que um programa é assegurada por uma das entidades de coordenação técnica e/ou temática ou, quando se justifique, por uma AG.
- Envolvimento de atores – garantir mecanismos de participação ativa dos atores nas diferentes fases da avaliação através da constituição de Grupos de Acompanhamento. Estes devem reunir, para além dos organismos diretamente implicados na gestão do

processo da avaliação, outras entidades públicas, parceiros sociais e/ou outras AG não diretamente envolvidas na avaliação em causa, cujas diferentes competências técnicas e perspetivas contribuam para assegurar a qualidade e a utilidade das avaliações.

- Capacidade técnica – existência de unidades técnicas/pessoas com responsabilidade na avaliação e dedicadas prioritariamente a esta área nas AG.

O planeamento e a preparação dos exercícios de avaliação inicia-se com a elaboração do PGA PT2020 e do plano específico de avaliação do Norte 2020, no seio da Rede M&A, que inclui as autoridades de gestão dos PO e as coordenações técnicas dos fundos. Desta forma, a Rede M&A estabelece os princípios orientadores para o processo avaliativo e emite orientações (no PGA PT2020 e nos documentos autónomos) que orientem as entidades adjudicantes no processo de avaliação. Estas orientações permitirão assegurar a harmonização do processo de avaliação, bem como garantir o nível de qualidade pretendido. Realça-se, ainda, a definição, no Capítulo III, das avaliações a efetuar e as respetivas fichas de caracterização. Estas fichas são elaboradas pelas autoridades de gestão e de coordenação técnica, com a participação, sempre que se justifique, de outros atores com responsabilidades nas matérias abordadas.

A CIC e o Comité de Acompanhamento dos PO aprovam, respetivamente, o PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO, que inclui as referidas fichas, e respetivas revisões.

Compete à entidade adjudicante coordenar a avaliação em todas as suas fases, assegurando: i) o lançamento do concurso (destacando-se a elaboração dos documentos do concurso por forma a garantir a participação dos concorrentes em condições de igualdade e a promoção da concorrência); ii) a verificação do cumprimento do Caderno de Encargos/contrato durante a realização das avaliações; iii) o acompanhamento da implementação das recomendações; iv) e a divulgação dos resultados da avaliação, nomeadamente da componente sob a sua responsabilidade.

Dando cumprimento ao estabelecido no quadro regulamentar e de forma a concretizar o PGA PT2020 aprovado pela CIC, as Autoridades de Gestão e de Coordenação Técnica deverão mobilizar as competências necessárias para o bom desempenho da função de avaliação.

Para o cumprimento das suas funções, a entidade adjudicante deverá designar dois representantes (um efetiva e outro suplente) como responsáveis pela avaliação e como pontos

de contacto com o avaliador, de forma a garantir uma contínua capacidade de resposta às solicitações do avaliador.

#### Quadro regulamentar

(...) Compete aos Estados-Membros garantir os recursos necessários para efetuar as avaliações (...) (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 2 do artigo 54º).

(...) Compete aos Estados-Membros garantir uma capacidade de avaliação adequada (Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, n.º 2 artigo 56º).

Compete ainda à entidade adjudicante a mobilização e coordenação do Grupo de Acompanhamento da avaliação, onde deverão estar representadas entidades ou órgãos com relevância no objeto da avaliação e, caso se considere adequado, poderão participar peritos.

O Grupo de Acompanhamento da avaliação deverá assegurar a função da representação institucional dos parceiros envolvidos na avaliação, aliada à função da supervisão técnica e metodológica da avaliação. Este Grupo desempenhará um papel relevante ao longo de todo o processo avaliativo, sobretudo no contributo para a elaboração das Especificações Técnicas, no acompanhamento dos estudos (garantindo o cumprimento do contrato), através da emissão de pareceres aos relatórios, e na divulgação e follow-up. O Grupo de Acompanhamento reunirá sempre que se justifique, por convocatória da entidade adjudicante.

Estas duas entidades – entidade adjudicante e Grupo de Acompanhamento – terão um papel determinante na análise e elaboração conjunta dos pareceres aos relatórios entregues pelos avaliadores. Estes pareceres, elaborados através de contributos escritos de cada membro do Grupo de Acompanhamento e sistematizados num único parecer pela Entidade adjudicante, farão o controlo de qualidade dos relatórios, que beneficiará das diferentes perspetivas que os elementos do Grupo de Acompanhamento têm das temáticas em causa. A entidade adjudicante aprecia os relatórios com base no parecer do Grupo de Acompanhamento, aprovando o relatório ou exigindo a sua revisão. Os relatórios serão analisados em função do Caderno de Encargos, da proposta técnica e da Grelha para aferição da qualidade dos relatórios da avaliação. Serão exigidas versões dos produtos finais até ao cumprimento destes requisitos e o pagamento de cada relatório dependerá da aprovação do mesmo.

O Caderno de Encargos estabelecerá mecanismos de garantia de qualidade, nomeadamente a possibilidade de aditamento e de cancelamento do contrato em caso de incumprimento, bem



como a definição de uma cláusula de rescisão antecipada do contrato condicionada à qualidade do trabalho desenvolvido.

**Quadro 4 - Principais objetivos da participação dos atores a envolver na avaliação**

Entidade		Objetivo
Grupo de Acompanhamento	Decisores políticos (CIC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assinalar momentos-chave em que são necessários resultados de avaliações para a decisão política</li> <li>Formular questões de avaliação, nomeadamente relativas a impactos</li> <li>Utilizar os resultados das avaliações nas suas tomadas de decisão</li> </ul>
	Autoridades de coordenação e Autoridades de gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenar todo o processo avaliativo, assegurando a sua qualidade (nomeadamente, elaboração dos Cadernos de Encargos incluindo a formulação das questões de avaliação, o lançamento do concurso, a coordenação dos Grupos de Acompanhamento, a aprovação dos Relatórios, o <i>follow-up</i> e a divulgação das recomendações)</li> <li>Implementar os respetivos processos de <i>follow-up</i></li> </ul>
	Representantes da administração pública sectorial e/ou regional que implementam as políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formular as questões de avaliação</li> <li>Disponibilizar informação relevante para a avaliação</li> <li>Incorporar nos pareceres técnicos o conhecimento que detêm sobre a temática em avaliação potenciando a sua qualidade</li> <li>Implementar os respetivos processos de <i>follow-up</i></li> </ul>
	Representantes dos beneficiários e dos destinatários (parceiros sociais e outras associações relevantes)	
	Comité Científico (Peritos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar o Grupo de Acompanhamento com conhecimento sobre a temática em avaliação e/ou sobre metodologias de avaliação</li> </ul>
Avaliadores		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar as avaliações e apresentá-las ao Grupo de Acompanhamento</li> <li>Dar conta das dificuldades no desenvolvimento do processo e encontrar soluções no Grupo de Acompanhamento</li> <li>Refletir sobre os pareceres técnicos do Grupo de Acompanhamento tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos da avaliação</li> </ul>

Poderá ser constituído um Comité Científico que apoie as atividades do Grupo de Acompanhamento da avaliação em matérias que requeiram conhecimentos técnicos e/ou metodológicos específicos. Este comité deverá pronunciar-se sobre a adequação da metodologia utilizada e a qualidade das análises efetuadas, assim como efetuar recomendações.

O Júri do Concurso será, preferencialmente, constituído por representantes de três entidades integradas na Rede de M&A e envolvidas no objeto da avaliação. Em situações concretas, quando se revelar adequado, o órgão competente para a decisão de contratar poderá designar peritos ou consultores, para apoiarem o júri do concurso no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri. O júri hierarquizará as propostas através da aplicação do Modelo de avaliação das propostas com os respetivos critérios de adjudicação e apresentará uma proposta de adjudicação.

Na última fase do processo avaliativo, cabe à entidade adjudicante elaborar os produtos de divulgação que forem definidos na estratégia de comunicação, estabelecida durante a elaboração do caderno de encargos, como sendo da sua responsabilidade e construir a sua própria interpretação das conclusões do estudo e divulgar estes produtos e os elaborados pelo avaliador (incluídos no Caderno de Encargos ou propostos pelo próprio avaliador) ou de responsabilidade mista. A entidade adjudicante tem ainda como responsabilidade o envio à CE das avaliações e a disponibilização nos respetivos sítios web. Cabe-lhe igualmente conduzir o processo de follow-up de cada avaliação (sob coordenação geral da AD&C), nomeadamente, junto de outras entidades igualmente destinatárias de recomendações da avaliação. O Grupo de Acompanhamento, enquanto conjunto de entidades interessadas na avaliação e principais destinatários das conclusões e recomendações, é o principal responsável pelo seu uso sistemático, implementando os mecanismos de follow-up nas respetivas entidades e potenciando a divulgação dos resultados junto dos seus públicos específicos.

O Comité de Acompanhamento dos programas analisa as avaliações e efetua o adequado acompanhamento das conclusões e recomendações, monitorizando as medidas adotadas pela AG.

#### Quadro regulamentar

FEEI (...) O comité de acompanhamento pode fazer observações à autoridade de gestão sobre a execução do programa e a sua avaliação, incluindo ações relacionadas com a redução dos encargos administrativos dos beneficiários. Compete ao comité de acompanhamento monitorizar as medidas tomadas na sequência dessas observações (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 49º 4).

(...) Todas as avaliações são analisadas pelo comité de acompanhamento (...). (REG (UE) n.º 1303/2013, artigo 56º 3).

(...) Durante o período de programação, a autoridade de gestão (...) assegura que as avaliações estão sujeitas ao acompanhamento adequado em conformidade com as regras específicas dos Fundos. (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 56º 3).

FEDER/FC/FSE (...) O comité de acompanhamento examina, em especial: (...) b) o seguimento dado às conclusões das avaliações (...) (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 110º 1).

Compete à Agência, I.P. (...) Participar no acompanhamento dos exercícios de avaliação do Portugal 2020 e dos respetivos programas (D.L. n.º 137/2014 artigo 12º u).

FEADER Compete à CCN (...) b) Emitir orientações técnicas sobre os exercícios de avaliação referidos na alínea d) do artigo 13.º, participar no processo de seleção das entidades que as vão realizar, acompanhar os exercícios de avaliação e emitir parecer sobre os correspondentes relatórios intercalares e finais (...) (D.L. n.º 137/2014 artigo 16º).

FEAMP Compete à CCF (...) Pronunciar -se sobre os relatórios intercalares e finais de avaliação do Mar 2020 (...). (D.L. n.º 137/2014 artigo 18º).

**Quadro 5 - Principais atores e respetivas funções (síntese)**

	Entidades/Órgãos	Funções
Planeamento / Preparação	EC (inclui Redes da CE)	Emitir orientações para a elaboração e implementação do PGA PT2020)
	CIC	Aprovar o PGA PT2020
	Rede M&A	Coordenar e articular a elaboração do PGA PT2020
	Comité de Acompanhamento PO	Aprovar e analisar a elaboração do PGA PT2020
	Entidade adjudicante da Avaliação	Assegurar a coordenação da avaliação. Elaborar as peças concursais e assegurar todas as atividades associadas ao lançamento do concurso.
	Grupo de Acompanhamento (pode incluir Comité Científico)	Contribuir para a definição das especificações técnicas. Caso necessário, será constituído um Comité Científico que apoie o grupo de acompanhamento em aspetos técnicos e metodológicos.
	Júri do Concurso	Apresentar uma proposta de adjudicação do avaliador
	Entidade adjudicante da Avaliação	Assegurar os esclarecimentos e prestar o apoio necessários à realização da avaliação. Coordenar o Grupo de Acompanhamento.
	Grupo de Acompanhamento (pode incluir Comité Científico)	Contribuir para o garante do cumprimento das especificações técnicas. Prestar, caso se revele adequado, apoio ao Grupo de Acompanhamento da avaliação em aspetos técnicos e metodológicos
Follow-up e Comunicação	Entidade adjudicante da Avaliação	Assegurar o adequado acompanhamento da implementação das recomendações e a componente que lhe for atribuída de divulgação dos resultados das avaliações
	Grupo de Acompanhamento	Em articulação com a entidade adjudicante, acompanhar o follow up das recomendações e divulgação o resultado das avaliações
	Comité de Acompanhamento PO	Analisar as avaliações Acompanhar o seguimento da implementação das recomendações

## 2.4. Utilização dos resultados das avaliações e acompanhamento da implementação das recomendações

### 2.4.1. A utilização dos resultados das avaliações

O objetivo primordial do processo avaliativo é assegurar o uso alargado e sistemático dos resultados das avaliações, promover a aprendizagem e apoiar a tomada de decisão, tendo em vista a melhoria dos processos e das intervenções. Medir o nível de utilização da avaliação significa encontrar evidências de mudanças nas práticas das organizações e nas políticas induzidas pelos conhecimentos adquiridos nas avaliações.

Deste modo, a implementação do PGA PT2020 e, em especial, do Plano de Avaliação do NORTE 2020 deverá considerar que a utilização eficaz dos resultados das avaliações depende, entre outros, dos seguintes fatores:

- a relevância da avaliação para quem a contrata é um fator que influencia o nível de utilização da avaliação, considerando que a avaliação não é um mero exercício administrativo de resposta a exigências legais, mas que os seus resultados respondem a necessidades de informação para a tomada de decisão. Os resultados da avaliação merecem, assim, reflexão, respostas adequadas e disseminação por parte dos responsáveis da organização adjudicante;
- a importância relativa da avaliação no processo de decisão política, pois a avaliação é considerada uma das fases relevantes do processo de decisão, por parte dos decisores políticos e de gestão. Os resultados da avaliação, mesmo que reconhecidamente úteis, bem comunicados e debatidos, concorrem com outros fatores na decisão política. É obrigação das entidades que encomendam a avaliação não só construir um bom argumentário que sustente a utilidade dos resultados para a decisão política mas também encontrar complementaridades e compromissos com outros fatores concorrentes;
- o sentido de oportunidade da avaliação, visto que a decisão política tem tempos de oportunidade que devem ser tidos em conta na definição dos tempos da avaliação. Importantes resultados das avaliações podem deixar de ser utilizados se não forem disponibilizados de acordo com a oportunidade determinada pela necessidade da tomada de decisão;
- o sentido de apropriação dos resultados da avaliação, pois os resultados serão tanto mais apropriados e utilizados quanto maior for o grau de envolvimento dos “stakeholders” (incluindo os decisores políticos) ao longo do processo de avaliação, tendo em conta que cada um dos intervenientes no processo tenderá a influenciar o exercício de avaliação para responder às suas necessidades de tomada de decisão;
- a construção de conhecimento derivado dos estudos de avaliação. A uma realidade social e económica e a uma intervenção política complexa, a avaliação tem vindo a responder com avaliações de programas ou temáticas na tentativa de melhor compreender os efeitos causais das intervenções. No entanto, tendo em vista a informação a colocar à disposição dos responsáveis e decisores políticos, este processo deve ser complementado com outros produtos que incluam, nomeadamente, a sistematização das evidências e das principais mensagens resultantes das diferentes avaliações sobre uma determinada temática, a meta-análises, a conjugação das

conclusões das avaliações com outros estudos de investigação ou fontes estatísticas. Este exercício permitirá igualmente a identificação da necessidade da realização de novas avaliações.

#### 2.4.2. Acompanhamento da implementação das recomendações

Um dos fatores de sustentação do uso das avaliações reside no processo de acompanhamento da implementação das recomendações (follow-up) que se pretende valorizar no PGA PT2020 através da criação de instrumentos específicos para o efeito. Será implementada a seguinte estratégia.

Objetivo geral
Responsabilizar, monitorizar e prestar contas sobre o uso (quem, como e quando) das conclusões e recomendações das avaliações e promover a aprendizagem organizacional, tendo em vista contribuir para a melhoria dos programas e das políticas públicas.
Medidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição da entidade responsável pelo follow-up das recomendações de cada avaliação.</li> <li>Elaboração de uma grelha de follow-up, na qual se descreve, entre outras, a recomendação, a interpretação da recomendação pela entidade responsável pelo follow-up, a decisão de aceitação e respetiva justificação.</li> <li>Elaboração de um plano de ação para a implementação das recomendações aceites, que inclua, entre outras, iniciativas de implementação da recomendação a promover, o seu estado de concretização, as entidades responsáveis pela implementação destas iniciativas, calendarização e orçamento/recursos.</li> <li>Inclusão dos resultados do follow-up nos Relatórios Anuais dos PO.</li> </ul>
Entidades envolvidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidade responsável pela gestão do follow-up das avaliações do PT2020: AD&amp;C, na qualidade de coordenadora da Rede M&amp;A.</li> <li>Entidade responsável pelo follow-up da avaliação: entidade adjudicante.</li> <li>Entidades responsáveis pela implementação das recomendações: a definir de acordo com cada recomendação.</li> </ul>
Quadro regulamentar
FEDER/FC/FSE O comité de acompanhamento examina (...) b) (...) o seguimento dado às conclusões das avaliações (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 110º 1).

O processo de *follow-up* está desenvolvido no documento autónomo “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)”.

## 2.5. Comunicação dos resultados das avaliações

A comunicação das conclusões e recomendações das avaliações tem um papel fundamental na concretização dos princípios da utilidade, da transparência e da aprendizagem.

Uma sistemática comunicação interna entre todos os “stakeholders” integrantes do Grupo de Acompanhamento, ao longo do processo de avaliação, permite que as tomadas de decisão sejam informadas e refletidas e que a aprendizagem contínua se reflita na melhoria do processo avaliativo.

A utilidade de uma avaliação cumpre-se quando os seus resultados são conhecidos, compreendidos e utilizados. Uma cuidada comunicação externa sobre os resultados da avaliação, com suportes comunicacionais, mensagens, tecnicidade e linguagens adaptadas a diferentes destinatários, permite uma melhor compreensão dos propósitos e resultados da avaliação, potenciando a sua utilização e dando resposta ao princípio da transparência na prestação de contas aos cidadãos. Não menos importante, permite uma maior responsabilização dos decisores e responsáveis das políticas e dos programas públicos pelos resultados alcançados face aos objetivos inicialmente estabelecidos e prometidos, fruto sobretudo de um debate público mais informado.

### Quadro regulamentar

(...) Todas as avaliações são tornadas públicas (REG. (UE) n.º 1303/2013 artigo 54º 4).  
(...) Todas as avaliações são (...) transmitidas à Comissão (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 56º 3).  
(...) Todas as avaliações são tornadas públicas e apresentadas nas comissões de acompanhamento dos PO abrangidos, devendo ser implementados mecanismos de seguimento das recomendações das avaliações (D.L. n.º 137/2014 artigo 51º 3)  
Sistema de avaliação da aplicação dos FEEI – Contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação e prestação de contas e para a afirmação da importância dos resultados das avaliações dos programas e das intervenções na tomada de decisão política, serão promovidas avaliações de impacto (multi-método) em áreas consideradas estratégicas e aprofundados os mecanismos de divulgação e debate público (no Acordo de Parceria – capítulo sobre Coordenação operacional entre FEEI).

Neste contexto, para além de ser aconselhável estabilizar, entre os “stakeholders” do Grupo de Acompanhamento, os procedimentos de comunicação interna a observar ao longo do exercício de avaliação, importa que se reflita sobre a comunicação dos resultados da avaliação na fase de planeamento/preparação das avaliações: a quem se destina a avaliação? Que tipos de questões da avaliação são importantes para cada tipo de destinatários? Que tipo de produtos devem ser produzidos para que destinatários? Quem é responsável pela produção dos produtos de comunicação (equipa de avaliadores, adjudicante, “stakeholders”)? Como pretendem os

diferentes interessados na avaliação utilizar interna e externamente os resultados da avaliação?  
Que ações de divulgação e se pretende realizar e com que destinatários?

É esta reflexão inicial que permitirá introduzir no caderno de encargos as solicitações específicas relativas a produtos e ações de comunicação adequados a diferentes destinatários. A estratégia global de comunicação no âmbito do PGA PT2020 tem os atributos que se seguem.

Objetivo geral
Divulgar os resultados das avaliações ao nível político, institucional e público, potenciando o debate sobre os mesmos, a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação e de prestação de contas e para a valorização dos processos de avaliação na tomada de decisão e na ação para a mudança.
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potenciar o uso das avaliações nos processos de decisão política e de gestão dos programas.</li> <li>• Divulgar os resultados das avaliações através de diversos meios de comunicação, de ações de informação/formação e com suporte em produtos de comunicação apropriados aos públicos a que se destinam.</li> <li>• Promover um debate público alargado sobre o processo e os resultados das avaliações, aberto ao questionamento e ao contraditório por pares, peritos e responsáveis de política.</li> <li>• Aprofundar conhecimento através da criação de um repositório de conclusões e evidências sobre as temáticas avaliadas.</li> </ul>
Princípios orientadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrangência e adequação: produzir produtos/ações de natureza diversa adequados a públicos-alvo distintos.</li> <li>• Legibilidade e utilidade: investir na simplificação da linguagem técnica e em formatos atrativos de comunicação para melhorar o entendimento e a utilidade das avaliações.</li> <li>• Coerência: consensualizar e conferir uma lógica de conjunto aos produtos e às ações de divulgação pública das avaliações produzidas no âmbito dos FEEI.</li> </ul>
Processo a implementar por exercício de avaliação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir, incorporando os contributos dos “stakeholders” integrados no Grupo de Acompanhamento, as especificidades de comunicação de cada exercício de avaliação (produtos e ações por destinatário).</li> <li>• Especificar, no caderno de encargos da avaliação, a estratégia de comunicação pretendida e solicitar aos avaliadores o aprofundamento da mesma e a especificação da participação da equipa de avaliadores em ações de divulgação e debate (podendo este aprofundamento ser um dos critérios de seleção das propostas).</li> <li>• Promover ações de divulgação dos resultados de avaliação, com base nos produtos de comunicação desenvolvidos, ponderando o recurso a especialistas de comunicação, nomeadamente para tornar o conteúdo, em termos de linguagem, adequado aos públicos-alvo.</li> </ul>
Destinatários
<p>No âmbito de cada exercício de avaliação serão identificados os destinatários específicos para a divulgação dos resultados da avaliação, considerando deste já os seguintes segmentos de destinatários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoridades de Gestão e de Coordenação dos FEEI</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Comitês de Acompanhamento</li> <li>• Decisores políticos (Governo e Ministérios)</li> <li>• Assembleia da República (Comissões Parlamentares)</li> <li>• Organismos Intermédios</li> <li>• Administração Pública central, regional e local</li> <li>• Cidadãos</li> <li>• Comunicação social/jornalistas</li> </ul>



- Instituições de ensino superior e centros de investigação
- Avaliadores
- Parceiros Sociais
- Destinatários e beneficiários dos programas

### Produtos

A adequação dos produtos de comunicação aos destinatários a abranger é um fator chave para potenciar a compreensão e, como consequência, a utilidade e a utilização dos resultados da avaliação.

Na estratégia de comunicação do PGA PT2020 consideram-se como produtos de base os que se apresentam na tabela seguinte. O Relatório Final, o Sumário Executivo e o “Policy Brief” são produtos comuns à comunicação das diversas avaliações, enquanto os restantes serão selecionados consoante a especificidade de cada avaliação. Existe, no entanto, flexibilidade para poderem ser definidos outros produtos para dar resposta a necessidades específicas.

**Quadro 6 - Produtos e destinatários de comunicação dos resultados das avaliações**

Tipo de produtos de comunicação	Características	Principais destinatários
<b>Relatório final (incluindo anexos)</b>	Documento base do estudo donde sairão todos os outros documentos de comunicação. Deve especificar-se no caderno de encargos os conteúdos e formato exigido. Desenhado de modo a que diferentes partes do relatório se dirijam a diferentes públicos (especificados no índice – interativo no caso da publicação digital).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adjudicante(s) da avaliação</li> <li>• “Stakeholders” (membros do Grupo de Acompanhamento)</li> <li>• Decisores políticos</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Responsáveis de entidades públicas interessadas</li> </ul>
<b>Sumário Executivo e Executive Summary</b>	Documento autónomo do Relatório com uma importância central – divulgação abrangente e operacional. Importante documento para decisores políticos. Deve ser sintético e evidenciar as recomendações. Deve apresentar um encadeamento lógico entre: contexto, metodologias e condicionantes, conclusões e recomendações.  O <i>Executive Summary</i> assegura uma difusão mais extensa e permite uma utilização global, nomeadamente por parte dos outros Estados-Membros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adjudicante (s) da avaliação</li> <li>• “Stakeholders”</li> <li>• Decisores políticos</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Responsáveis de entidades públicas interessadas</li> <li>• Comunicação social</li> <li>• Cidadãos</li> </ul>
<b>“Policy briefs”</b>	Documento (1/2 páginas) que deriva do sumário executivo mas mais condensado e com uma linguagem menos técnica. Apresenta a relevância e pertinência do objeto da avaliação, os principais resultados e as principais recomendações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisores políticos</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Comunicação social</li> <li>• Cidadãos</li> </ul> (Documento para distribuir em sessões de divulgação)
<b>Comunicado de imprensa</b>	Documento para servir de base à publicação de notícias ou divulgação de eventos ligados à avaliação. Pode transcrever os conteúdos do “policy briefs” mas com linguagem apropriada aos <i>media</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação social</li> </ul>
<b>Notícias</b>	Notícias com as principais conclusões e recomendações para divulgar nas <i>newsletters</i> e boletins internos dos “stakeholders”. Os	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Stakeholders” internos e externos</li> </ul>



	conteúdos derivam dos “policy briefs” mas com linguagem acessível.	
<b>PowerPoint</b>	Documento de suporte a apresentações públicas sobre os resultados da avaliação. Pode ser construído para servir vários níveis de público.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adjudicantes das avaliações</li> <li>• “Stakeholders”</li> </ul>
<b>Infográficos</b>	Documentos nos quais a informação é transmitida com uma linguagem rigorosa mas não técnica, transposta para gráficos e imagens (desenhos) de fácil leitura e perceção o mais ampla possível. Os Infográficos para a <i>web</i> podem ser animados e com voz.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação Social</li> <li>• Cidadãos (p.e. através da divulgação em <i>websites</i>)</li> </ul>
<b>Posters</b>	Cartaz de grande formato (p.e.: 1,20cmx90cm), usual nas apresentações científicas. Apresenta uma informação sucinta mas mais desenvolvida que os “policy briefs”. Têm um carácter predominantemente académico. Interessa descrever a metodologia. Podem servir de apoio a apresentações públicas mas também podem estar em exposição sem mediação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adjudicantes das avaliações</li> <li>• “Stakeholders”</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Académicos</li> <li>• Avaliadores</li> <li>• Especialistas na temática</li> </ul>
<b>Vídeos</b>	Documento para apresentação de resultados das avaliações de uma forma mais viva e com possibilidade de ser ilustrada com testemunhos ou casos concretos ( <i>story telling</i> ). São bons materiais para divulgação nomeadamente em <i>websites</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidadãos</li> </ul>
<b>Repositório de evidências</b>	Documento em aberto ao qual se vão juntando os resultados, as evidências, as principais mensagens e as lições resultantes dos exercícios de avaliação e estabelecendo interligações com outras investigações e dados estatísticos, de forma a consolidar conhecimento que informe a decisão política e identifique áreas temáticas com défices de avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisores políticos</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Responsáveis de entidades públicas interessadas</li> <li>• Académicos</li> <li>• Avaliadores</li> <li>• Especialistas na temática</li> </ul>

A estratégia de comunicação de cada exercício de avaliação deverá explicitar quem são os responsáveis pelos produtos: i) determinados produtos (caso dos relatórios, dos sumários executivos) são necessariamente da responsabilidade das equipas de avaliação, que ao longo do processo terão em consideração o parecer conjunto do Grupo de Acompanhamento, embora mantendo a independência dos seus juízos de valor; ii) outros produtos serão fundamentalmente da responsabilidade dos adjudicantes, que devem elaborar e priorizar as suas próprias conclusões e recomendações a partir da sua interpretação das conclusões dos avaliadores (caso, p.e., dos “policy briefs” e dos comunicados de imprensa); outros ainda poderão ser de responsabilidade mista e concertada.

#### **Ações de divulgação e debate público:**

Dando continuidade à estratégia de comunicação do QREN, apresenta-se no quadro seguinte um conjunto de ações de divulgação a desenvolver no período 2014-2020. As primeiras ações serão desenvolvidas para todos os exercícios de avaliação, enquanto as seguintes serão

definidas para cada avaliação, em função da sua adequabilidade face ao exercício de avaliação e aos públicos a que se pretende dar a conhecer os resultados da mesma.

**Quadro 7 - Exemplos de ações de divulgação**

Ação	Características	Principais destinatários
<b>Reuniões</b>	Apresentação e debate sobre resultados e recomendações, tendo em vista potenciar a importância dos estudos de avaliação no processo de decisão política e implicar os órgãos políticos, nomeadamente, nos mecanismos de acompanhamento da implementação das recomendações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisores políticos</li> <li>• Responsáveis de entidades públicas</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Comissões parlamentares pertinentes</li> </ul>
<b>Divulgação nos websites pertinentes</b>	Divulgar os produtos produzidos pelo estudo a fim de possibilitar a utilização alargada da informação e servir de base para estudos posteriores sobre a temática (à semelhança do que foi desenvolvido durante a vigência do QREN).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os destinatários</li> </ul>
<b>Apresentação pública (conferência, seminário...)</b>	Apresentações feitas pelos avaliadores, promotores da avaliação, peritos na temática, responsáveis da política (à semelhança dos <i>workshops</i> temáticos de divulgação de resultados de avaliações do QREN). Pode realizar-se em formato de painel de discussão com a participação de “Critical Friends” (peritos na matéria encarregues de colocar as questões mais críticas e pertinentes).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoridades de Gestão dos FEEI</li> <li>• Decisores políticos</li> <li>• Comissão Europeia</li> <li>• Responsáveis de entidades públicas</li> <li>• Investigadores</li> <li>• Avaliadores</li> <li>• Cidadãos</li> </ul>
<b>Outras conferências</b>	Apresentação do estudo em outras conferências sobre a temática (nacionais e/ou internacionais).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidades/Investigadores</li> </ul>
<b>Workshops</b>	<i>Workshops</i> informativos e formativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destinatários e beneficiários de projetos cofinanciados pelos FEEI</li> </ul>
<b>Ações de divulgação promovidas pelos “stakeholders”</b>	Incentivar os “stakeholders” integrados no Grupo de Acompanhamento da avaliação a promoverem ações de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destinatários pertinentes para os “stakeholders”</li> </ul>
<b>Comunicado de imprensa</b>	Envio de comunicado de imprensa (com convocação de conferência de imprensa se for caso disso), para divulgação do estudo e/ou divulgação da conferência de debate público;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação social</li> </ul>
<b>Entrevistas</b>	Demonstrar o interesse da temática à comunicação social e a disponibilidade para o aprofundar através de entrevistas (e.g., a atores-chave das intervenções; a responsáveis da política avaliada; a responsáveis pelo estudo de avaliação) em órgãos de comunicação escrita, TV e rádio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação social</li> <li>• Cidadãos</li> </ul>
<b>Divulgação em redes sociais</b>	Divulgação do estudo (principais conclusões e recomendações) nas redes sociais (Facebook; Twiter; Blogs) dos adjudicantes da avaliação e restantes “stakeholders”.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os destinatários</li> </ul>

As ações que implicam a participação da equipa de avaliadores serão especificadas no caderno de encargos. A programação das ações deve ser realizada em interligação com os responsáveis pela comunicação das entidades adjudicantes.

Importa ainda considerar a Comissão Europeia como um destinatário relevante da comunicação do processo e dos resultados das avaliações do PT2020. Considerando as avaliações como uma fonte importante de conhecimento, a comunicação do PGA deve contribuir para um repositório ao nível da UE (alimentado pelos Estados-Membros através do SFC) de relatórios de avaliação, de termos de referência, de metodologias de avaliação inovadoras, de processos participados, de resultados de políticas com evidências credíveis e robustas, permitindo enriquecer a comunidade de avaliação e construir meta-análises de evidências para a construção da política europeia. Neste sentido, os Termos de Referência e os Relatórios das avaliações serão submetidos no SFC (Structural Funds Common database).

## **2.6. Capacitação em avaliação**

A capacitação em avaliação tem sido fortemente impulsionada para responder quer às exigências da CE na avaliação de programas cofinanciados, quer às necessidades de avaliação das políticas públicas em geral. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de se criar e consolidar uma cultura de avaliação. A construção de sólidas competências e capacidades em avaliação é uma tarefa complexa, que, como se explicita no Guia Evalsed, é tanto mais bem-sucedida e consistente quanto se dirige aos vários níveis possíveis de capacitação.

### **Níveis possíveis de capacitação e respetivos objetivos**

- Individual – investir na aquisição de competências através da experiência profissional, da formação profissional e/ou da disponibilizada por instituições de ensino superior;
- Organizacional – promover a integração da avaliação na gestão da organização, a criação de mecanismos de acompanhamento da implementação das recomendações, o recurso à avaliação e ao repositório de evidências como fonte de melhoria da gestão e da decisão política;
- Inter-organizacional – promover a criação de redes de coordenação entre organizações que assegurem a consistência e a qualidade das várias fases dos processos de avaliação e o desenvolvimento de um mercado de avaliação com regras claras e baseado em standards de qualidade da avaliação que incentive a capacitação dos avaliadores;
- Societal – fomentar hábitos de escrutínio dos resultados das políticas públicas na sociedade, através da divulgação e do debate sobre os resultados das avaliações, criando-se, assim, condições para uma maior responsabilização dos decisores perante os seus constituintes e para a utilização desses resultados na decisão política.

Embora circunscrito à avaliação dos programas cofinanciados pelos FEEI, as ações de capacitação a implementar no âmbito do PGA PT2020 têm por objetivo reforçar as competências dos níveis referidos. A estratégia global de capacitação no âmbito do PGA PT2020 tem os atributos que se seguem.

Objetivo geral
Desenvolver competências e capacitar para a avaliação as entidades com responsabilidades na governação dos FEEI e outras entidades da Administração Pública, central regional e local envolvidas na formulação, operacionalização e avaliação de programas e políticas públicas.
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• aprofundar o conhecimento sobre conceitos, métodos e técnicas de avaliação;</li> <li>• aprofundar o conhecimento sobre métodos de avaliação adequados aos objetivos dos estudos, às especificidades dos setores/objetos de estudo, o âmbito da problemática, ao grau de territorialização e ao estágio de desenvolvimento das políticas/programas/intervenções a avaliar;</li> <li>• qualificar os processos de avaliação capacitando para a produção de cadernos de encargos de qualidade, a elaboração de pareceres tecnicamente sustentados e a exigência de resultados credíveis.</li> </ul>
Princípios orientadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrangência – mobilizar um número alargado e diversificado de entidades e atores.</li> <li>• Utilidade – atender às necessidades dos participantes e criar competências que permitam a mobilização das aprendizagens na resolução de problemas concretos.</li> <li>• Qualidade – envolver instituições do ensino superior, centros de investigação e peritos no processo de capacitação.</li> <li>• Participação e reflexividade – estimular a autoinformação e autoaprendizagem contínua.</li> </ul>
Medidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar um diagnóstico de necessidades de formação no âmbito, nomeadamente, da Rede M&amp;A</li> <li>• Realizar ações de capacitação de conteúdo, abrangência, formato e público-alvo diversificado.</li> <li>• Estabelecer protocolos de colaboração com instituições do ensino superior.</li> <li>• Instituir práticas, nomeadamente no seio da Rede M&amp;A, que viabilizem a divulgação e o debate sobre a informação e o conhecimento adquiridos nas redes da UE ou noutros fóruns de avaliação.</li> <li>• Desenvolver mecanismos de cooperação e aprendizagem colaborativa, nomeadamente no quadro da Rede M&amp;A, motivando os participantes a partilhar e a construir conhecimento.</li> <li>• Acompanhar as boas práticas no domínio da M&amp;A a nível internacional, nomeadamente através da participação ativa em cursos, workshops e conferências internacionais onde se discutam experiências e inovações neste domínio.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsáveis e técnicos das entidades com responsabilidade na governação dos FEEI (AD&amp;C, organismos integrantes da CCN do FEADER, organismos integrantes da CCF do FEAMP e Autoridades de Gestão e respetivos organismos intermédios).</li> <li>• Outras entidades públicas centrais, regionais e locais com responsabilidades no planeamento, na execução e na avaliação de programas e políticas públicas.</li> </ul>
Exemplos de ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formações específicas de curta-média duração (p.e., lecionadas em instituições do ensino superior ou organizadas por um programa mobilizando formadores e avaliadores experientes).</li> <li>• Ações de formação no contexto de reuniões da Rede de M&amp;A (com eventual participação de peritos externos).</li> </ul>

- Construção de práticas e de ferramentas adequadas e atribuição de funções e responsabilidades que permitam a cooperação e a aprendizagem colaborativa entre os participantes na Rede de M&A (difusão de informação, benchmarking de boas práticas, reflexão e debate informal e construção de conhecimento sobre avaliação).
- Tradução, publicação e divulgação de guias metodológicos (p.e., da CE) e outros documentos e publicações sobre avaliação.
- Divulgação e mobilização para a participação em cursos, ações de formação, seminários e conferências internacionais sobre avaliação.
- Participação em redes/fóruns nacionais e europeus sobre avaliação (p.e., dinamizadas pela CE) e partilha do conhecimento aí adquirido, no âmbito da Rede M&A.
- Organização e participação em eventos de divulgação de resultados das avaliações.

## Quadro regulamentar

(...) Compete aos Estados-Membros garantir uma capacidade de avaliação adequada (REG (UE) n.º 1303/2013 artigo 56º 2).

(...) Rede de M&A, enquanto instância de coordenação do Sistema [de avaliação da aplicação dos FEEI] e de capacitação institucional (no Acordo de Parceria – capítulo sobre Coordenação operacional entre FEEI - Sistema de avaliação da aplicação dos FEEI).

(...) A coordenação do Portugal 2020 e a sua capacitação institucional são garantidas através da criação e dinamização de redes de articulação funcional, sem prejuízo das competências das autoridades de gestão [Rede de articulação funcional - Rede de M&A] (D.L. n.º 137/2014 artigo 61.º).

Promover a realização de ações de formação e disseminação de conhecimento, tendo em vista o desenvolvimento de competências e a capacitação da administração pública em matéria de avaliação de políticas e programas. - Competências da Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica. (Portaria n.º 351/2013 – Estatutos AD&C (artigo 6º f)).

### 3. Planeamento das avaliações

#### 3.1. Listagem e calendarização indicativa das avaliações a realizar

O cronograma de realização das avaliações do PGA PT2020 é planeado considerando, nomeadamente, os seguintes fatores: (i) o período necessário para a produção de impactos (no caso das avaliações de impacto); (ii) as necessidades de análises aprofundadas para a melhoria da programação/implementação dos programas atuais e/ou futuros, de forma a assegurar a oportunidade e a utilidade das avaliações; (iii) as necessidades de reporte; (iv) um período de três meses para a seleção da equipa de avaliação.

A lista de avaliações que se apresenta em seguida, consensualizada na Rede M&A, reflete a aplicação dos princípios orientadores apresentados no Capítulo 1, que se materializam nos pontos que em seguida se salientam.

Equilíbrio entre os diferentes fundos, sobretudo FEDER/FC e FSE, uma vez que as avaliações específicas do PO MAR e dos PDR 2020 não são aqui consideradas. Estes fundos apenas são considerados neste Plano quando associadas a avaliações Multi-PO. Verifica-se uma predominância das avaliações Multi-PO devido ao predomínio das avaliações transversais (globais, temáticas e territoriais). As avaliações que abrangem um único PO são, salvo raras exceções (p.e., IEJ), avaliações de programa.

**Quadro 8 - Síntese das avaliações por fundo, abrangência de PO e tipo de avaliação**

Incidência		Fundo		
		FEADER FEAMP	FEDER/FC	FSE
<b>Global</b>		Multi-PO (6)		
<b>Programa</b>			PO (2)	PO (2)
			PO (8)	
<b>Temáticas</b>	<b>Competitividade e Internacionalização</b>		Multi-PO (5)	
			Multi-PO (3)	Multi-PO (1)
	<b>Inclusão Social e Emprego</b>		Multi-PO (1)	
			PO (2); Multi-PO (2)	
	<b>Capital Humano</b>		Multi-PO (1)	
			Multi-PO (4)	
	<b>Sustentabilidade</b>	Multi-PO (1)	Multi-PO (3)	
	<b>Outras</b>		Multi-PO (1)	
<b>Territorial</b>			Multi-PO (3)	
			Multi-PO (1)	
			Multi-PO (2)	PO (1)

Nota: Os números correspondem à quantidade de avaliações

Coerência da calendarização das avaliações com os reportes inscritos na regulamentação comunitária. A opção pela elaboração de um conjunto significativo de avaliações até 2018 deve-se à necessidade de obter informação sobre a eficácia, a eficiência e o impacto dos programas em tempo oportuno para a introdução de alterações nos respetivos programas. Esta opção também não é alheia ao facto de haver necessidade de disponibilizar informação para a realização do Relatório Intercalar do Acordo de Parceria em 2019.

**Quadro 9 - Síntese da calendarização das avaliações**

Incidência		Calendarização							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Global					1	5			
Programa					12				
Temáticas	Competitividade e Internacionalização	1		4	3	1			
	Inclusão Social e Emprego	2			3				
	Capital Humano			2	3				
	Sustentabilidade	1		1	2				
	Outras			1					
Territorial		1		2	3	1			

Nota: As avaliações estão representadas no ano em que terminam;  
Os números correspondem à quantidade de avaliações

1 avaliação  
 >1 e <=5 avaliações  
 >5 avaliações

Equilíbrio entre os diferentes tipos de avaliação, tendo em consideração a respetiva calendarização:

- Em 2015 realizam-se as avaliações ex ante dos Instrumentos Financeiros.
- Em 2016 elaboram-se os cadernos de encargos das avaliações de impacto QREN que estavam previstas para 2016 e que são lançadas no início de 2017. Tratam-se de avaliações de impacto de intervenções cofinanciadas no período de programação 2007-2013, e que terão continuidade no PT2020. Esta opção permite antecipar algumas avaliações de impacto, nomeadamente em áreas cujos efeitos apenas se produzirão na segunda fase do PT2020. Acresce que, para além das avaliações deverem ser realizadas quando já se estão a produzir efeitos de uma dada intervenção, a disponibilidade da informação que permite a análise destes efeitos não é imediata, sendo necessário entre seis meses a um ano, no mínimo, para a sua disponibilização.
- Em 2017 realizam-se, sobretudo as avaliações de processo e as avaliações de impacto QREN anteriormente referidas.

- Em 2018 realizam-se as últimas avaliações de processo e as primeiras avaliações de impacto referentes ao PT2020, sobretudo, avaliações de impacto referentes ao PT2020 e meta-avaliações (meta-análises) com base nestas e nas avaliações de impacto do QREN. Estas meta-análises, globais e de programas, alimentar-se-ão das avaliações de impacto já realizadas e farão análises específicas para as intervenções não cobertas por estes exercícios. Esta opção garantirá que, além de todas as prioridades (ou eixos, no caso dos Fundos da Política da Coesão) serem alvo de avaliações de impacto, também a totalidade dos objetivos específicos será objeto de avaliações de impacto, alguns de forma mais aprofundada, nas avaliações temáticas, e outros através de avaliações mais genéricas (nas avaliações de programa ou globais).
- Em 2019 realizam-se, sobretudo, avaliações globais de impacto referentes ao PT2020 (meta-análises com base nas avaliações de impacto QREN e PT2020).
- A partir de 2020 pondera-se a realização de avaliações de impacto sobre temáticas anteriormente avaliadas (quer sob a forma de avaliações de processo, de impacto QREN ou de impacto PT2020).

**Quadro 10 - Síntese da calendarização das avaliações por tipo de avaliação**

Incidência		Calendarização							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Global					1	5			
Programa					12				
Temáticas	Competitividade e Internacionalização		1	2	2	1	2	1	
	Inclusão Social e Emprego	1	1		1	2			
	Capital Humano			1	1	1	2		
	Sustentabilidade		1		1	2			
	Outras				1				
Territorial			1	1	1	2	1	1	

Nota: As avaliações estão representadas no ano em que terminam;  
Os números correspondem à quantidade de avaliações

Ex ante IF  
 Processo  
 Impacto QREN  
 Impacto  
 Impacto / Meta-avaliação

A lista das avaliações a realizar é flexível na medida em que nas revisões do PGA PT2020 podem ser excluídas avaliações programadas e incluídos novos exercícios de avaliação que se considerem necessários à data. Poderão, igualmente, vir a ser incluídas no PGA PT2020 outras



avaliações a realizar por entidades da administração pública que incidam em políticas públicas cofinanciadas pelos fundos comunitários.

Para que um Plano de Avaliação deste âmbito possa ter as melhores condições para ser bem-sucedido é importante desenvolver outras ações que aumentem a eficiência e eficácia da gestão e elevar o conhecimento de técnicas de avaliação que permitam potenciar os seus resultados.

Deste modo, devem ser desenvolvidas ações que salientem a importância da avaliação das políticas públicas e, em particular, das financiadas pelos Fundos Estruturais. Essas ações visam o aparecimento de novos atores e avaliadores, permitindo-se, deste modo, alargar um mercado que tem, em Portugal e na Região do Norte, uma oferta extremamente exígua e que, por essa razão, é determinado por ela. Essas ações podem e devem ser dinamizadas em articulação com outros agentes envolvidos na gestão dos Fundos Estruturais à escala nacional, em especial a AD&C. Na prática, estas ações podem concretizar-se através do apoio à realização de trabalhos académicos e seminários sobre as questões de avaliação e à participação de agentes regionais e nacionais em redes europeias e mundiais associadas a este mesmo tema.

Dada a especificidade do PDR e do PO MAR, que incluem nos próprios programas as avaliações a realizar, a lista seguinte não inclui as suas avaliações. Assim, estes programas surgem nesta lista apenas nas avaliações transversais a outros programas do PT2020.

No quadro seguinte são apresentados apenas os exercícios de avaliação em que o PO Norte possa ser abrangido e não a totalidade das avaliações constantes dos quadros anteriores.

**Quadro 11 - Lista das avaliações previstas no PGA PT2020 que abrangem o NORTE 2020**

Lista de avaliações PT 2020		Tipo de Avaliação	Calendarização de realização														Programas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
			2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		PO CI	PO CH	PO ISE	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
																																	Semestres																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
																																	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Global	1. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a realização da estratégia UE 2020 / PNR	I (meta-análise) ABT																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								

**Quadro 12 - Lista das avaliações a realizar previstos no PGA PT2020 (continuação)**

Lista de avaliações PT 2020			Tipo de Avaliação		Calendarização de realização												Programas											
			Processo (P) Impacto (I) ABT (Avaliação Baseada na Teoria) ACF (Avaliação Contrafactual)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PO CI	PO CH	PO SE	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PDR	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PDR MAR 2020			
				Semestres																								
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º															1º	2º	
Temáticas	Sustentabilidade	37. Avaliação da implementação das intervenções no âmbito da eficiência energética (OT4)	P																									
		38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono	I ABT																									
		40. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)	Ex ante IF																									
	Outras	41. Avaliação da aplicação dos custos simplificados	P																									
Territorial		42. Avaliação dos processos de convergência e coesão territorial e efeito de medidas de discriminação territorial (p.e. Baixa densidade)	P																									
		43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial: operacionalização e primeiras realizações	P																									
		45. Avaliação do impacto das políticas públicas (cofinanciadas) de regeneração e revitalização urbanas	I (QREN) / P (PT2020) ABT																									
		47. Avaliação da implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras realizações	P																									
		48. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)	Ex ante IF																									

Data de realização da avaliação

Atualização da avaliação (a ponderar)

A realizar

A ponderar em função da oportunidade de realização e da abrangência da avaliação

■ Data de realização da avaliação

■ Atualização da avaliação (a ponderar)

● A realizar

● A ponderar em função da oportunidade de realização e da abrangência da avaliação

### **3.2. Articulação das avaliações previstas com os objetivos específicos dos programas operacionais**

O PGA PT2020 apresenta matrizes que relacionam as avaliações previstas com as prioridades de investimento ou com os objetivos específicos que estruturam cada um dos Programas Operacionais. Nessas matrizes estão representadas apenas as avaliações temáticas e territoriais inscritas no PGA PT2020 (no caso destas últimas somente nas situações em que é possível estabelecer uma relação direta com os objetivos específicos). Estas matrizes são apresentadas no Anexo 1, apenas se incluem aqui as matrizes que contemplam exercícios de avaliação que englobam o NORTE 2020.

Atendendo a que os objetivos específicos são diferenciados entre os vários programas e de modo a permitir uma leitura articulada do seu conteúdo, procedemos à organização das matrizes por tipologias de intervenção. Em regra, um objetivo específico corresponde a uma tipologia de intervenção, mas existem situações em que um objetivo específico inclui mais do que uma tipologia de intervenção.

Desta forma, a representação gráfica permite visualizar os objetivos específicos, apresentados sob a forma de tipologias de intervenção, que serão alvo de avaliações temáticas ou territoriais. Os objetivos específicos não abrangidos por estas avaliações serão analisados nas avaliações de Programa e/ou globais, que não são consideradas nestas matrizes. Apenas é representada a abrangência principal das avaliações (principais tipologias de intervenção/objetivos específicos), por uma questão de simplificação gráfica.

### **3.3. Especificação das avaliações a realizar**

Conforme referido anteriormente, os estudos de avaliação que constam do PGA PT2020 são classificados em avaliações globais, de programas, temáticas e territoriais. As avaliações que abrangem o NORTE 2020, distribuídas por todas estas classificações, são apresentadas neste ponto. No âmbito da preparação do PGA PT2020 foi elaborada uma ficha modelo (Anexo 2) para caracterizar os aspetos essenciais de cada um dos exercícios previstos.

Globais
1. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a realização da estratégia UE 2020 / PNR 2. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o emprego e a empregabilidade em Portugal 3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020 4. Avaliação do contributo do Portugal 2020 na concretização das medidas do compromisso para o crescimento verde 5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar 6. Meta-avaliação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020
Programa
11. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do PO por eixo prioritário (avaliação Intercalar) - PO NORTE
Temáticas
Competitividade e Internacionalização
18. Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas 19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos 20. Avaliação do impacto do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial na concorrência 21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento 22. Avaliação do contributo dos FEEI para a capacitação da administração pública 23. Avaliação do processo de constituição das estratégias RIS 3: rede e primeiros resultados 24. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a concretização das Estratégias RIS 3 25. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a internacionalização 26. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1)
Inclusão Social e Emprego
30. Avaliação das políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo 31. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior (Lote 2)
Capital Humano
32. Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada 33. Avaliação das medidas de promoção da qualidade do ensino/formação 34. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos 35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens 36. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior

Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
<p>37. Avaliação da implementação das intervenções no âmbito da eficiência energética (OT4)</p> <p>38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono</p> <p>40. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)</p>
Outras
<p>41. Avaliação da aplicação dos custos simplificados</p>
Territoriais
<p>42. Avaliação dos processos de convergência e coesão territorial e efeito de medidas de discriminação territorial</p> <p>43. Avaliação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial: operacionalização e primeiras realizações</p> <p>45. Avaliação do impacto das políticas públicas (cofinanciadas) de regeneração e revitalização urbanas</p> <p>47. Avaliação da implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC): operacionalização e primeiras realizações</p> <p>48. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)</p>

Inclui-se neste documento, para consulta, as fichas de caracterização de todos estes estudos. Assim, as fichas de caracterização dos exercícios de avaliação globais são apresentadas no Anexo 3, enquanto a ficha da “Avaliação Intercalar do PO Norte” constitui o Anexo 4; as avaliações temáticas são organizadas do seguinte modo: o domínio temático da “Competitividade e Internacionalização” no Anexo 5, o domínio temático “Inclusão Social e Emprego” no Anexo 6, o domínio temático “Capital Humano” no Anexo 7, o domínio temático “Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos” no Anexo 8 e o tema “Outras avaliações temáticas” no Anexo 9; finalmente, as fichas relativas às avaliações territoriais são apresentadas no Anexo 10.

De referir que, dos 49 exercícios avaliativos previstos no PGA PT2020, o NORTE 2020 será objeto de análise em 32. Os restantes 17 estudos de avaliação incluem as outras 11 avaliações intercalares, ou seja, uma por cada programa operacional do PT2020, com exceção dos Programas do PDR e do PO MAR 2020, bem como quatro estudos temáticos e dois territoriais. Indica-se a seguir os estudos de avaliação temáticos e territoriais que não abrangem o NORTE 2020 (para conhecer as fichas de caracterização deste conjunto de exercícios deve ser consultado o PGA PT2020).

Temáticas
Inclusão Social e Emprego
27. Avaliação da implementação, eficácia e eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) 28. Avaliação do impacto da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) 29. Avaliação das medidas de promoção de Inovação social
Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
39. Avaliação da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas
Territoriais
44. Avaliação da Plataforma de Concertação Estratégica da Região do Algarve: operacionalização e primeiras realizações 46. Avaliação do impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

## Bibliografia

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2015), **Guidance Document on Evaluation Plans**, February. Disponível na internet: <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/2014/working/evaluation\\_plan\\_guidance\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/evaluation_plan_guidance_en.pdf)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2014), **Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Cohesion Fund European Regional Development Fund – Concepts and Recommendations**, March. Disponível na internet: <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/2014/working/wd\\_2014\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/wd_2014_en.pdf)

Barca, Fabrizio; McCann, Philip (2011), **Outcome Indicators and targets – Towards a Performance oriented EU Cohesion Policy**, June. Disponível na internet: <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/doc/performance/outcome\\_indicators\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/doc/performance/outcome_indicators_en.pdf)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2013), **Guidance Document on Monitoring and Evaluation European Cohesion Fund European Regional Development Fund Policy – Guidance for the Terms of Reference for Impact evaluations**, October. Disponível na internet: <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/guidance\\_for\\_impact\\_evaluation\\_102013.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/guidance_for_impact_evaluation_102013.pdf)

Comissão Europeia (2013), **EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development – Evaluation guide**, September. Disponível na internet: <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/guide/guide\\_evalsed.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/guide/guide_evalsed.pdf)

Comissão Europeia (2013), **EVALSED Sourcebook: Method and Technics**, September. Disponível na internet: <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/guide/evaluation\\_sourcebook.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/guide/evaluation_sourcebook.pdf)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), **Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy European Social Fund – Guidance document**, September. Disponível na internet: <URL: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=701&langId=en&moreDocuments=yes>

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), **Guidance on Evaluation of the Youth Employment Initiative**, July. Disponível na internet: <URL:



<http://ec.europa.eu/social/keyDocuments.jsp?advSearchKey=YEl+Evaluation+Guidance+July+2014+%282015%29&mode=advancedSubmit&langId=en&policyArea=&type=0&country=0&year=0>

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), **Guidance Document on Indicators of Public Administration Capacity Building**, June.

Disponível na internet: <URL:

[http://www.esfhellas.gr/el/Documents/%CE%91%CE%BE%CE%B9%CE%BF%CE%BB%CF%8C%CE%B3%CE%B7%CF%83%CE%B7/%CE%A3%CE%95%CE%A3/Guidance%20Indicators%20on%20Public%20Administration%20capacity%20building\\_FINAL.pdf](http://www.esfhellas.gr/el/Documents/%CE%91%CE%BE%CE%B9%CE%BF%CE%BB%CF%8C%CE%B3%CE%B7%CF%83%CE%B7/%CE%A3%CE%95%CE%A3/Guidance%20Indicators%20on%20Public%20Administration%20capacity%20building_FINAL.pdf)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, **Guidance on theory-based evaluation**.

Disponível na internet: <URL:

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/theory\\_impact\\_guidance.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/theory_impact_guidance.pdf)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2012), **Design and Commissioning of Counterfactual Impact Evaluations - A Practical Guidance for ESF Managing Authorities**, October.

Disponível na internet: <URL:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7646&type=2&furtherPubs=yes>

Governo de Portugal (2014), **Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020**, julho.

Disponível na internet: <URL:

[https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP\\_Portugal%202020\\_28julho.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf)

Governo de Portugal (2014), **Programas Operacionais Portugal 2020**.

Disponível na internet: <URL: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>

**Regulamento (UE) N.º 1303/2013** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (disposições comuns relativas aos FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de dezembro de 2013.

Disponível na internet: <URL:

[https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/docs/Legislacao/Regulamento\\_1303-2013-Geral\\_FEEI.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/docs/Legislacao/Regulamento_1303-2013-Geral_FEEI.pdf)

**Regulamento (UE) N.º 1304/2013** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (relativo ao **Fundo Social Europeu**). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de dezembro de 2013.

Disponível na internet: <URL:

[https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Regulamento\\_1304-2013-FSE.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Regulamento_1304-2013-FSE.pdf)

**Regulamento (UE) N.º 1305/2013** do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (relativo ao apoio ao **desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)**). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de dezembro de 2013.

Disponível na internet: <URL:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:347:0487:0548:pt:PDF>

**Regulamento (UE) N.º 508/2014** do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio (relativo ao **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)**). *Jornal Oficial da União Europeia* de 20 de maio de 2014.

Disponível na internet: <URL:

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0508&from=PT>

**Decreto-Lei n.º 137/2014** de 12 de setembro (**Modelo de Governação** do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020). *Diário da República* n.º 176, 1.ª Série. Presidência do Conselho de Ministros.

Disponível na internet: <URL:

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/09/17600/0489804926.pdf>

**Portaria n.º 351/2013** de 4 de dezembro. *Diário da República* n.º 235 - 1ª Série (**estatutos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.**) Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. Disponível na internet: <URL:

[http://www.adcoesao.pt/adf/files/Portaria\\_351\\_2013.pdf](http://www.adcoesao.pt/adf/files/Portaria_351_2013.pdf)

## Anexo 1

### Matrizes de representação das avaliações a realizar

## DOMÍNIO COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

OT1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (2.328.812.052 € : 26,6% do DT; 11,3% do AP)						
PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação					
	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)					
1.1. Reforço da infraestrutura de I&I FEDER	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e tecnológica
1.2. Investimento das empresas em I&I FEDER	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico
						21. Clusters (ABT)
	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial	Atividades de I&D empresarial
						19. Implementação SI (P)
	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação	Clusters e redes de inovação
						21. Clusters (ABT)
	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME	Investimento empresarial em inovação de não PME
						18. Desempenho empresas (ACF)
						19. Implementação SI (P)
						20. Inovação Empresarial (ACF e ABT)
						23. e 24. RIS3 (P e ABT)

OT2 - Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade (294.924.687 € : 3,4% do DT; 1,5% do AP)						
PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT2 e OT3)	EP. Capacitação Institucional/Capacitar a Administração/Acesso às TIC Utilização e Qualidade				
	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)					
2.3. TIC na administração	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	Promoção das TIC na administração e serviços públicos		Promoção das TIC na administração e serviços públicos	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	Promoção das TIC na administração e serviços públicos
FEDER						22. Administração Pública (ABT)

## OT3 - Reforço da Competitividade das PME; nos PO Regionais - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP) (4.477.308.033 € : 51,1% do DT; 21,8% do AP)

PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT2 e OT3)	EP. Reforço da competitividade das PME				
	23. e 24. RIS3 (P e ABT)	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)				19. Implementação SI (P)
3.1. Promoção do espírito empresarial	18. Desempenho empresas (ACF)					26. IF (P)
FEDER	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	Empreendedorismo qualificado e criativo	21. Clusters (ABT)
						30. Empreendedorismo (ABT)
3.2. Novos modelos para as PME, internacionalização	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME	Internacionalização das PME
FEDER						25. Internacionalização (ABT)
3.3. Capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME	Qualificação e inovação das PME
FEDER						20. Inovação Empresarial (ACF e ABT)
3.4. Capacidade das PME de crescer em mercados regionais					Investimento empresarial (Açores)	
FEDER						

## OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (551.751.874 € : 6,3% do DT; 2,7% do AP)

PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego					
	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)					
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança		Emprego altamente qualificado nas empresas	Emprego altamente qualificado nas empresas	Emprego altamente qualificado nas empresas		
FSE				19. Implementação SI (P)		
	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de empresários e trabalhadores das empresas
					A dotação financeira do OT 8/PI 8.5 está alocada ao DT ISE.	A dotação financeira do OT 8/PI 8.5 está alocada ao DT ISE.
				34. Formação adultos (ACF e ABT)		

## OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração públicas (249.696.283 € : 2,8% do DT; 1,2% do AP)

PI Fundo	POCI	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
	EP. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública					
	Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)					
11.1. Capacidades institucionais e eficiência das administrações e dos serviços públicos	Sistema de Requalificação trabalhadores da AP					Sistema de Requalificação trabalhadores da AP
FSE	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos		Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos		Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos
	Formação dos trabalhadores da AP	Formação dos trabalhadores da AP		Formação dos trabalhadores da AP	Formação dos trabalhadores da AP	Formação dos trabalhadores da AP
						34. Formação adultos (ACF e ABT)
11.2. Capacidades dos agentes da educação, formação, emprego e políticas sociais, através de pactos setoriais e territoriais		Capacitação institucional nas parcerias territoriais		Capacitação institucional nas parcerias territoriais	Capacitação institucional nas parcerias territoriais	
FSE						22. Administração Pública (ABT)

## DOMÍNIO INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (1.453.046.802 € : 40,2% do DT; 7,1% do AP)						
PI Fundo	POISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
8.1. Acesso ao emprego de inativos e desempregados; apoio à mobilidade dos trabalhadores  FSE	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral	Integração dos adultos no mercado laboral  Integração dos jovens no mercado laboral  34. Formação adultos (ACF e ABT)
8.2. Integração jovens no mercado de trabalho, em especial dos NEET, inclusive através da Garantia Jovem  FSE	Integração dos jovens no mercado laboral				Integração dos jovens no mercado laboral	
8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial dos NEET  YEI	EP2 Iniciativa Emprego Jovem Iniciativa Emprego Jovem  27. e 28. IEI (P e ACF/ABT)					
8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro e PME inovadoras  FSE		Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas  30. Empreendedorismo (ABT)  31. IF (P)

OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (continuação)						
PI Fundo	POISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego (continuação)						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios  FSE	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada  Empreendedorismo feminino		Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada  Empreendedorismo feminino	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada  Empreendedorismo feminino	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada  Empreendedorismo feminino	
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT1 e 3)  FSE	Formação de ativos para a empregabilidade		Formação de ativos para a empregabilidade	Formação de ativos para a empregabilidade	Formação de ativos para a empregabilidade  Formação de empresários e trabalhadores das empresas	Formação de ativos para a empregabilidade  Formação de empresários e trabalhadores das empresas  34. Formação adultos (ACF e ABT)
8.7. Criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho; aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores  FSE	Modernização das instituições do mercado de trabalho  Capacitação das entidades do CPCs				Fomento da mobilidade laboral em espaço europeu	Modernização das instituições do mercado de trabalho
8.8. Viveiros de empresas; atividade por conta própria, microempresas, criação de empresas e microempresas  FEDER		Promoção de microempreendedorismo		Promoção de microempreendedorismo		
8.9. Crescimento através do desenvolvimento do potencial endógeno  FEDER		Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos		Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos		

OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (2.160.611.583 € : 59,8% do DT; 10,5% do AP)						
PI Fundo	PO ISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
9.1. Inclusão ativa; promoção da igualdade de oportunidades; participação ativa e a melhoria da empregabilidade  FSE	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de grupos vulneráveis Projetos Inov./experimentais na área social	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral Inclusão ativa de grupos vulneráveis Projetos Inov./experimentais na área social	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral Inclusão ativa de grupos vulneráveis Projetos Inov./experimentais na área social	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral Inclusão ativa de grupos vulneráveis	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral Inclusão ativa de grupos vulneráveis
	34. Formação adultos (ACF e ABT)					Inclusão ativa de grupos vulneráveis
	Intervenções integradas em territórios vulneráveis		Intervenções integradas em territórios vulneráveis	Intervenções integradas em territórios vulneráveis		
	Promoção do voluntariado		Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas	46. CLDS (ABT)		

OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
PI Fundo	PO ISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades FSE	Combate às discriminações e aos estereótipos		Combate à violência de género/doméstica	Combate à violência de género/doméstica	Combate à violência de género/doméstica	
9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral FSE	Serviços e redes de intervenção social e de saúde		Serviços e redes de intervenção social e de saúde	Serviços e redes de intervenção social e de saúde	Serviços e redes de intervenção social e de saúde	Serviços e redes de intervenção social e de saúde
9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego FSE	Inovação social				Inovação social	Inovação social
						29. Inovação Social (P)
9.6. Investimentos no contexto de estratégias de DLBC FSE		Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local		
		30. Empreendedorismo (ABT)		47. DLBC (P)		

OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
PI Fundo	PO ISE	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (continuação)						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais; Transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária  FEDER		Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (serviços hospitalares) Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (serviços de proximidade) Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (cuidados continuados)	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde
9.8. Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais  FEDER		Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas  EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9) Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas  EP. Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9) Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas		Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas  45. Regeneração Urbana (ABT)
						48. IF (P)
9.10 Investimentos no contexto de estratégias de DLBC  FEDER		Desenvolvimento socioeconómico de base local	Desenvolvimento socioeconómico de base local  30. Empreendedorismo (ABT)	Desenvolvimento socioeconómico de base local  47. DLBC (P)		



## DOMÍNIO CAPITAL HUMANO

OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (4.327.255.652 € : 21,0% do AP)						
PI Fundo	PO CH	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida /Desenvolver o Capital Humano/ Reforçar Competências						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso	EP1. Sucesso educativo; abandono escolar; qualificação dos jovens para a empregabilidade	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	35. Abandono escolar (ACF e ABT)
		Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar	Redução do abandono escolar
	EP4. Qualidade e inovação do sistema de educação e formação					33. Qualidade (P)
		Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior	Qualidade do sistema de ensino de nível não-superior
10.2. Qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo	EP2. Reforço do ensino superior e da formação avançada	36. Ensino Superior (ABT)				
		Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)			Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)	Ensino superior (ofertas, qualidade e igualdade)
	FSE	Formação avançada				
		32. Formação Avançada (ABT)			Formação avançada	Formação avançada

OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (cont.)						
PI Fundo	PO CH	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida /Desenvolver o Capital Humano/ Reforçar Competências						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais	EP3. Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade				Aumentar a empregabilidade de licenciados	
		Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagem ao longo da vida
10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho - sistemas de ensino dual	EP1. ....Reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade					
		Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens	Ensino profissional para jovens
10.5. Desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.	FSE					
		Infraestruturas de ensino pré-escolar	Infraestruturas de ensino pré-escolar	Infraestruturas de ensino pré-escolar	Infraestruturas de ensino pré-escolar	
FEDER		Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário	Infraestruturas de ensino básico e secundário
		Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior	Equipamentos de ensino superior
		Infraestruturas de formação	Infraestruturas de formação	Infraestruturas de formação	Infraestruturas de formação	Infraestruturas de formação

## DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS

OT4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (1.590.114.998 € : 41,0% do DT; 7,7% do AP)						
PI Fundo	PO SEUR	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
4.1. Produção e distribuição de energia de fontes renováveis FC – PO SEUR FEDER – POR	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis				Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	
4.2. Eficiência energética e energias renováveis nas empresas FEDER		Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas	Eficiência energética nas empresas
4.3. Energias renováveis nas infraestruturas públicas, edifícios públicos e setor habitação FC – PO SEUR FEDER – POR	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Eficiência energética nas infraestruturas públicas
	Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas habitações		Eficiência energética nas habitações	Eficiência energética nas habitações 37. Eficiência energética (P)
40. IF (P)						
4.4. Implantação de sistemas inteligentes de energia que operem a níveis de baixa e média tensão FC	Sistemas de distribuição de energia inteligentes					
4.5. Estratégias baixo teor carbono para todos os territórios, zonas urbanas; mobilidade urbana multimodal FC – PO SEUR FEDER – POR	Eficiência energética nos transportes públicos	Mobilidade urbana sustentável			45. Regeneração Urbana (ABT)	
	Mobilidade urbana sustentável	EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9)	EP8. Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9)	Mobilidade urbana sustentável	Mobilidade urbana sustentável	Mobilidade urbana sustentável
38. Baixas emissões de carbono (ABT)						

OT6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos (1.854.634.271 € : 47,8% do DT; 9,0% do AP)						
PI Fundo	PO SEUR	Norte/Centro/Alentejo	Lisboa	Algarve	Açores	Madeira
EP. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos						
Objetivos Específicos (tipologias de intervenção e dotação indicativa)						
6.1. Investimentos em resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União FC – PO SEUR FEDER – POR	Resíduos				Resíduos	
6.2. Investimentos no setor da água requisitos UE às necessidades de investimento identificadas pelos EM FC – PO SEUR FEDER – POR	Ciclo urbano da água				Ciclo urbano da água	
	Gestão dos recursos hídricos				Gestão dos recursos hídricos	40. IF (P)
6.3. Desenvolvimento do património natural e cultural FEDER		Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural	Património natural e cultural
6.4. Proteção da biodiversidade e dos solos e rede Natura 2000 e infraestruturas verdes FC – PO SEUR FEDER – POR	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas 40.000.000 €				Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	
6.5. Melhorar o ambiente urbano; revitalizar as cidades; recuperar zonas industriais abandonadas; reduzir a poluição do ar ruído FC – PO SEUR FEDER – POR	Regeneração de instalações industriais abandonadas	EP. Sistema Urbano (OT4;OT6;OT9)	EP8. Desenvolvimento urbano sustentável (OT4;OT6;OT9)			
		Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana	Reabilitação urbana
45. Regeneração urbana (ABT)						
48. IF (P)						

Anexo 2  
Modelo de ficha de caracterização das avaliações a realizar

AVALIAÇÃO..... (designação da avaliação)		
Objetivo(s)		Identificar os objetivos a alcançar com a avaliação
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Avaliação de Processo ou Avaliação de Impacto
	Incidência	Programa / Temática / Territorial / Global
Âmbito	Programático	Programas Operacionais / Programas
	Territorial	Territórios a considerar
	Temático	Quando aplicável, fazer referência a: Programa, Domínio Temático, Objetivo Temático, Prioridade de Investimento/Medidas, Eixo Prioritário, Objetivos Específicos, Ações
	Temporal	Período QREN, PORTUGAL 2020 ou ambos
Contextualização/Justificação		Explicação do Porquê da avaliação
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Ex. Relatórios de monitorização, decisões de gestão, programáticas e de política
Critérios e Questões de avaliação		Questões de avaliação a constar no Caderno de Encargos; Questões de avaliação genéricas
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Contrafactual e/ou Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		Informação SI PO (especificar principais variáveis) e/ou informação de outros SI (especificar SI e principais variáveis) e/ou de processos de inquirição específicos (especificar principais variáveis)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>		Descrição do processo de recolha de informação (proveniente de outros SI e/ou de processos de inquirição específicos) e indicação do calendário
Procedimento de contratação preferencial		Concurso Público; Concurso limitado por prévia qualificação; Ajuste direto
Responsabilidade pelo(a):		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>		AD&C ou PO  AD&C, PO e outros elementos do Grupo de Acompanhamento
Constituição do:		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>		Entidades representadas no Grupo de Acompanhamento; Principais entidades representadas no Grupo de Acompanhamento Entidades representadas no Júri (propor, em regra, 3 entidades da RM&A) (Quando aplicável) Entidades que constituem o Comité Científico
Calendário:		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>		Semestre/ano (publicação do procedimento em Diário da República, em regra, 1 semestre antes do início da avaliação) Semestre/ano (assinatura do contrato) N.º de semestres (desde a assinatura do contrato até à aprovação do Relatório Final)
Fonte de financiamento		PO AT ou PO
Custo (Valor máximo indicativo)		Intervalo de custo (em mil euros)
Observações		

Nota: Esta ficha corresponde à versão mais completa, exigida para os exercícios de avaliação que se realizem de 2015 a 2017. Para os exercícios que se prevê realizar de 2018 a 2022 as fichas respetivas poderão ter menos informação.

### Anexo 3

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações Globais

**1. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA UE 2020 / PLANO NACIONAL DE REFORMAS (PNR)**

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o contributo do PT 2020 para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e na sua ligação aos objetivos do Programa Nacional de Reformas (PNR).</li> <li>Identificar e explicitar eventuais desvios e potenciais constrangimentos no cumprimento das metas.</li> <li>Identificar domínios do PT2020 com relevantes contributos para a Estratégia Europa 2020 /PNR (instrumentos, medidas, políticas, etc.).</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto (inclui Meta-análise) Global
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	Todos os programas do PT2020 Portugal (Não aplicável, atendendo à dimensão global e transversal ao PT2020) PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Avaliar o contributo das intervenções do PT2020 em cada domínio temático para a prossecução da Estratégia Europa 2020/PNR no âmbito da Política de Coesão e a sua capacidade de resposta. Visa aferir o modo como a implementação do PT2020 está a dar resposta aos constrangimentos estruturais e orientações estratégicas, nacionais e comunitárias, para a Política de Coesão.</p> <p>Contributo a incorporar no Relatório Intercalar sobre a execução do Acordo de Parceria de 2019 (Regulamento de Execução da Comissão n.º 2015/207, de 20 de janeiro).</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório intercalar AP 2019; Contributo para os Relatórios Anuais dos Fundos; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Análises de acompanhamento dos Domínios Temáticos; Reflexões no âmbito do acompanhamento dos macro objetivos do PT2020 e eventuais propostas de ajustamento; contributo para o PNR; Contributo para a fundamentação da posição de Portugal sobre o futuro da política de coesão e a preparação do período de programação pós 2020.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é concretizado no PT2020 a integração dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e dos objetivos relevantes do PNR: <ul style="list-style-type: none"> <li>Matriz de contributos diretos e indiretos do PT2020 para a execução da Estratégia Europa 2020</li> <li>Integração das recomendações da avaliação <i>ex ante</i> do AP.</li> </ul> </li> <li>Qual o contributo da implementação do PT2020, na sua dimensão estratégica e quadro operacional (PO), para a execução dos 3 pilares da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo), tendo presente os objetivos estratégicos (reforço da I&amp;D e da inovação; melhor e mais educação; clima e energia; aumentar o emprego; combate à pobreza e desigualdades sociais)? <ul style="list-style-type: none"> <li>Descrição e avaliação dos progressos registados na realização dos objetivos nacionais (e dos PO) no âmbito da estratégia Europa 2020;</li> <li>Grau de cumprimento das metas nacionais da Estratégia Europa 2020;</li> <li>Coerência através do contributo dos FEEI para os objetivos temáticos selecionados, e nomeadamente quanto aos objetivos intermédios adotados no quadro de desempenho para cada Programa.</li> </ul> </li> <li>Existem domínios prioritários com menor desempenho e com risco de não cumprimento das metas? Quais, os principais elementos explicativos e recomendações.</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Texto do PT2020 e dos PO e respetivo quadro regulamentar;</li> <li>Avaliações ex-ante do Acordo de Parceria e dos PO;</li> <li>Avaliações intercalares PO e temáticas (nomeadamente por eixo prioritário);</li> <li>Informação de realização física e financeira dos PO (Sistema de Monitorização do PT2020).</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial		Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>		AD&C  AD&C e GPEARI

<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, GPEARI, outras agências públicas relevantes para cada área de política pública incluída na avaliação e AG dos Programas PT2020</p> <p>AD&amp;C, GPEARI/Ministério das Finanças, 1 AG do PO Temático e/ou 1 AG do PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2º semestre 2018</p> <p>1º semestre 2019</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	A avaliação deverá ser efetuada após a conclusão das avaliações intercalares por PO e eixo prioritário.

## 2. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O EMPREGO E A EMPREGABILIDADE EM PORTUGAL

Objetivo(s)		Avaliar o contributo do Portugal 2020, no seu conjunto, para a promoção do emprego e para a empregabilidade em Portugal, tendo em atenção as intervenções para este efeito nos domínios da inclusão social e emprego e do capital humano e o contributo essencial das intervenções nos restantes domínios (e apoiadas pelos diversos FEEI) para o alargamento das oportunidades de emprego e/ou melhoria da qualidade do mesmo.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto (inclui Meta-análise) Global
Âmbito	Programático	Todos os programas do PT2020
	Territorial	Portugal
	Temático	(Não aplicável, atendendo à dimensão global e transversal ao PT2020)
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>O foco no emprego e, nesse contexto, na melhoria da empregabilidade da população em idade ativa, constitui um dos desafios centrais do PT2020, atendendo aos ainda elevados níveis de desemprego que caracterizam o país na atual situação (13,7% no 1T 2015), apesar dos progressos globalmente registados nos últimos tempos, depois do nível particularmente elevado de desemprego atingido no 1T 2013 (17,7%). Esses progressos refletiram-se também na recuperação do emprego, medida pela taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos, mas ainda longe da meta do PNR dos 75% para 2020 - 67,6% em 2014, mais 2 p.p. do que em 2013.</p> <p>Neste contexto, destaca-se o nível alto do desemprego jovem (34,4%), bem como de jovens NEEF (Nem em Emprego, nem em Educação ou Formação, ou NEET (<i>Not in Employment, Education or Training</i>)).</p> <p>Para este objetivo deve contribuir a generalidade das intervenções do PT2020, na perspetiva sobretudo do seu contributo para a criação de mais e melhores oportunidades de emprego, sem deixar de se reconhecer o papel ou enfoque mais específico para este efeito das intervenções apoiadas nos domínios da inclusão social e emprego e do capital humano. No primeiro caso promovendo sobretudo a geração de oportunidades de emprego para pessoas em situação de desemprego ou, em casos mais extremos, em risco de exclusão social – na ótica de que uma adequada inserção profissional constitui uma condição necessária, embora não suficiente, para a inclusão social. Inclui-se neste contexto o apoio à (re)qualificação desses grupos, como meio de promover as suas condições de empregabilidade.</p> <p>No caso do capital humano, o seu papel passa pelo apoio a uma oferta de formação de jovens e adultos capazes de um mais efetivo reforço da capacidade de empregabilidade dos seus destinatários.</p> <p>O enfoque nestes dois domínios temáticos deve ser acompanhado pela avaliação do papel das intervenções no domínio da competitividade e internacionalização para a criação de oportunidades de emprego, em particular mais qualificado, ou daquelas no domínio da sustentabilidade e eficiência de recursos para a geração de empregos na chamada economia verde. Neste contexto, também as intervenções apoiadas pelo FEADER e FEAMP assumem relevo, no quadro dos respetivos setores onde incidem. Em boa medida o maior ou menor sucesso das intervenções apoiadas no domínio da inclusão social e do emprego, bem como do capital humano, na empregabilidade dos seus destinatários diretos, depende também da eficácia e eficiência dos recursos aplicados nesses outros domínios do PT2020.</p> <p>Esta avaliação deve ponderar, com particular atenção, o efeito dos fatores externos na evolução do emprego.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Relatórios finais de execução dos PO; Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo do PT2020 para a criação líquida de emprego, nomeadamente para a criação de emprego mais qualificado, bem como para a sua manutenção, tendo em conta o investimento realizado quer na modernização do tecido produtivo quer nos apoios diretos à criação de emprego (eficácia)?</li> <li>Qual o contributo do PT2020 através da formação apoiada para a melhoria da empregabilidade dos beneficiários apoiados, face nomeadamente a outros não apoiados e equiparáveis a estes, sempre que aplicável (eficácia, contrafactual)?</li> <li>Qual o contributo do PT2020 para promover a inclusão social, por via da melhoria da situação ou das perspetivas de integração sócio-laboral de grupos em risco de exclusão (eficácia)?</li> <li>Qual o grau de eficiência dos apoios concedidos na perspetiva da criação de emprego, avaliando a relação custo-benefício dos diferentes instrumentos, sem esquecer outros objetivos ou metas prosseguidas pelos mesmos, quando aplicável?</li> </ul>



## 2. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O EMPREGO E A EMPREGABILIDADE EM PORTUGAL

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a <b>eficiência</b> dos apoios concedidos na perspetiva das ofertas formativas apoiadas face ao contributo das mesmas para a melhoria da empregabilidade dos seus destinatários?</li> <li>Qual a adequação da oferta formativa apoiada pelos fundos face às necessidades do tecido produtivo/empregador (<b>eficiência operacional</b>)?</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria, mas beneficiando da leitura de outras avaliações que podem ter recorrido a métodos contrafactuais (Meta-análise)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistemas de informação dos PO/fundos, incidindo na informação recolhida em matéria de dados sobre o emprego e empregabilidade dos destinatários diretos das operações apoiadas;</li> <li>Informação sobre a execução global das políticas públicas ligadas ao mercado de trabalho, em particular das políticas ativas de emprego (IEFP) e sobre dados gerais da empregabilidade dos seus destinatários finais;</li> <li>Base de contribuições da segurança social e base de dados administrativa da DGEEC;</li> <li>Informação/principais indicadores do sistema estatístico nacional e internacional sobre o mercado de trabalho;</li> <li>Estudos de avaliação do PGA anteriormente desenvolvidos em que a avaliação do impacto dos apoios do PT2020 no emprego e/ou empregabilidade tenha sido um dos objetivos dos mesmos;</li> <li>Outros estudos relevantes sobre a evolução do mercado de trabalho em Portugal.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do <i>follow-up</i> das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C  AD&C e AG dos Programas do PT2020
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	AD&C, AG dos Programas do PT2020, IAPMEI, IEFP, ANQEP e DGEEC AD&C, AG do PO CH e do PO ISE (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	1º semestre de 2019 2º semestre 2019 2 semestres
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros

### 3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO MACROECONÓMICO DO PORTUGAL 2020

Objetivo(s)		Percecionar os impactos macroeconómicos sobre a economia e os territórios, no médio e longo prazo, da implementação do Portugal 2020; Identificar a desagregação regional dos impactos macroeconómicos do Portugal 2020.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Global
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	Todos os programas do PT2020 Portugal (Não aplicável, atendendo à dimensão global e transversal ao PT2020) PT2020
Contextualização/Justificação		Identificar os impactos macroeconómicos do PT2020 a nível nacional e regional. Contributo a incorporar no Relatório Intercalar sobre a execução do Acordo de Parceria de 2019 (Regulamento de Execução da Comissão n.º 2015/207, de 20 de janeiro)
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório intercalar AP 2019 e Relatórios Anuais dos Fundos; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexões no âmbito do acompanhamento dos macro objetivos do PT2020 e eventuais propostas de ajustamento; Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020; CIC.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o impacto do PT2020 no PIB?</li> <li>Qual o impacto do PT2020 no investimento, em particular no investimento público, e seu perfil?</li> <li>Qual o impacto do PT2020 nas exportações e seu perfil?</li> <li>Qual o impacto do PT2020 no emprego (e na sua qualificação)?</li> <li>Qual o impacto do PT2020 na redistribuição do rendimento?</li> <li>Qual o impacto macroeconómico do PT2020 nas regiões NUTS II (PIB, investimento, exportações, emprego, redistribuição do rendimento)?</li> <li>Qual o impacto do PT2020 na redução das assimetrias regionais?</li> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação (valor acrescentado europeu)</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação Baseada na Teoria: Modelos de previsão macroeconómicos
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação relativa ao PT2020 (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020 (Cf. idem)</li> <li>Legislação nacional e regional referente ao PT2020 (Cf. idem)</li> <li>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020 (Cf. idem)</li> <li>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020 (Cf. idem)</li> <li>Estudos sobre a temática a avaliar: <ul style="list-style-type: none"> <li>"Avaliação do Impacte Macroeconómico do QREN 2007-2013"</li> <li>"Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013"</li> </ul> </li> <li>Sistema estatístico nacional e internacional: <ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores gerais de impacto macroeconómico (PIB, VAB sectorial, Taxa de desemprego, Défice público, Dívida pública, etc.)</li> <li>Indicadores de impacto sobre o emprego</li> <li>Indicadores de impacto sobre a balança de bens e serviços</li> <li>Indicadores de impacto regionais (VAB, Produção, Procura e Exportações por regiões)</li> <li>Indicadores de impacto sobre setores</li> </ul> </li> <li>Informação recolhida no Sistema de Informação do Portugal 2020: <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação de realização física e financeira dos PO (Sistema de Monitorização do PT2020).</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial		Concurso público ou Protocolo entre entidades da Administração Pública
Responsabilidade pelo(a):		AD&C

## 3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO MACROECONÓMICO DO PORTUGAL 2020

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação do <i>follow-up</i> das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C e AG dos Programas do PT2020
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	AD&C, GPEARI/Ministério das Finanças, Gabinete de Planeamento do Ministério da Economia, Ministério do Emprego (entidade com responsabilidades em projeções, caso exista) e CCDR  AD&C (e eventualmente GPEARI)  (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	1º semestre 2018 2º semestre 2018 1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	

#### 4. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 NA CONCRETIZAÇÃO DAS MEDIDAS DO COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE

Objetivo(s)		<p>Avaliação do impacto do PT2020 na concretização dos objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) nomeadamente nos três pilares preconizados para o desenvolvimento sustentável:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamização da economia circular: concretização da política em matéria de resíduos, tendo em conta o princípio da hierarquia dos mesmos (prevenção e redução; preparação para a reutilização; reciclagem; outros tipos de valorização e eliminação) ao longo de toda a cadeia de valor;</li> <li>Desenvolvimento da produção e consumo sustentáveis: alteração no comportamento dos consumidores e da organização do sistema produtivo à luz do princípio da equidade intergeracional;</li> <li>Desenvolvimento da economia de baixo carbono: foco na redução da intensidade carbónica favorecendo as atividades económicas e os investimentos que contribuam para a diminuição das emissões de GEE.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto (inclui Meta-análise, dos exercícios de avaliação intercalar dos PO)
	Incidência	Global
Âmbito	Programático	POT, POR-C, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	(Não aplicável, atendendo à dimensão global e transversal ao PT2020)
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Sendo o financiamento dos FEEL uma das iniciativas que catalisam o CCV e estando previsto no modelo de governação dos FEEL uma rede de articulação funcional coordenada pelo PO SEUR, a Rede de Crescimento Verde, importará avaliar o impacto do PT2020 na concretização dos objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV), nomeadamente nos 14 objetivos quantificados com metas para 2020. A avaliação terá em consideração, nomeadamente, as iniciativas sectoriais/temáticas que integram o CCV.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020; Decisão de revisão das metas do CCV para 2030
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Relevância:</b> Os objetivos específicos/tipologias de operação previstas no PT2020 e a sua implementação dão resposta aos objetivos estratégicos preconizados no CCV?</p> <p><b>Eficácia:</b> De que forma o nível de implementação das medidas do CCV é tributário dos FEEL?</p> <p><b>Eficiência:</b> A mobilização dos FEEL disponíveis no PT2020 evidencia a melhor utilização dos recursos para os resultados a atingir com a implementação das medidas que corporizam as iniciativas do CCV?</p> <p><b>Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Considerando o nível de concretização dos objetivos do CCV, quais as mudanças que se verificaram no que respeita aos três pilares da estratégia: a dinamização da economia circular, o desenvolvimento da produção e consumo sustentáveis e o desenvolvimento da economia de baixo carbono?</li> <li>Existiram alterações de contexto que influenciaram o nível de concretização dos objetivos do CCV?</li> </ul> <p><b>Sustentabilidade:</b> Encontram-se reunidas as condições para serem atingidas as metas do CCV em 2030, após a conclusão do PT2020?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação residente nos SI dos PO: Avisos de abertura; formulários de candidatura, pareceres técnicos, check-lists e decisão de aprovação; relatórios de progresso e finais das operações apoiadas. Fonte: AG dos PO</li> <li>Relatórios de execução anual dos PO. Fonte: AG dos PO</li> <li>Relatórios anuais de monitorização do Compromisso para o Crescimento Verde. Fonte: secretariado executivo do CCV</li> <li>Relatórios anuais de monitorização das Estratégias/Planos/Programas de implementação de políticas públicas: PNAC; ENAAC; PNAEER; PNAEE; PENSAAR 2020; PNUEA; PERSU 2020; Estratégia Nacional das Florestas; Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+); Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRGRM 2020); Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM) e respetivo Plano Mar-Portugal (PMP); Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT 2013-2015) Fonte: entidades públicas responsáveis pela implementação das políticas.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial		Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> </ul> <p>AG do PO SEUR (enquanto coordenador da Rede para o Crescimento Verde)</p>

**4. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 NA CONCRETIZAÇÃO DAS MEDIDAS DO COMPROMISSO PARA O CRESCIMENTO VERDE**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C e AG do PO SEUR (enquanto coordenador da Rede para o Crescimento Verde) AG dos Programas do PT2020 e Secretariado executivo do CCV
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	AD&C, AG dos Programas do PT2020 e Representante do secretariado executivo do CCV AD&C e AG do PO SEUR (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	1º semestre de 2019 2º semestre de 2019 2 semestres
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT dos PO
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	Dado o número de entidades envolvidas e que atuam como pontos focais das várias iniciativas setoriais e transversais e sendo demasiado complexo envolver todas essas entidades no acompanhamento deste exercício, propõe-se que as AG de cada PO em função das suas áreas de intervenção e o secretariado executivo do CCV sejam os pontos focais no Grupo de Acompanhamento e recolham contributos das restantes entidades, nos casos em que tal se justifique.

**5. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR**

Objetivo(s)		<p>A avaliação integrada da utilização dos FEEI no mar deve procurar caracterizar o seu desempenho e identificar os principais motivos para o sucesso e constrangimentos da aplicação dos Fundos enquanto suporte à implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar o impacto dos FEEI nos objetivos da ENM 2013-2020</li> <li>• Avaliar o contributo do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020</li> <li>• Avaliar o contributo das operações Mar, financiadas pelos FEEI, para a concretização do Plano de Ação da UE para a Área do Atlântico</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	<p>Impacto (inclui Meta-análise, dos exercícios de avaliação intercalar dos PO)</p> <p>Temática (predominante) e Territorial (avaliação por NUTII e NUT III, se possível e em casos em que o investimento tenha elevada incidência territorial)</p>
Âmbito	Programático	POT, POR-C, POR-RA, PO MAR
	Territorial	Portugal
	Temático	PI com incidência no Mar, no caso dos Fundos da Política de Coesão, e prioridades/ objetivos específicos, no caso do FEAMP
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>As prioridades políticas da União Europeia estabelecidas no documento “Europa 2020” terão concretização na componente mar e oceanos através da Política Marítima Integrada (PMI) e na Bacia do Atlântico, através da Estratégia Marítima da União Europeia na Área do Atlântico e respetivo Plano de Ação. Em Portugal a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM) é o instrumento de política pública que apresenta a visão para aquele período, onde é expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar de forma sustentável o seu potencial de longo prazo.</p> <p>O instrumento “ITI MAR”, conforme expresso no Acordo de Parceria, será o instrumento de operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 no sentido de promover as realizações do mar no quadro do modelo de governação dos FEEI.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Cumprimento no estabelecido no Acordo de Parceria.</p> <p>Apoio à decisão no plano estratégico, nomeadamente CIC e CIAM (Comissão Interministerial dos Assuntos do Mar), e no plano da gestão.</p> <p>Apoio à comunicação estratégica no plano dos FEEI e da ENM 2013- 2020.</p> <p>Suporte à comunicação com a CE, nomeadamente com a DG MARE.</p> <p>Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022).</p> <p>Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020.</p>
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual o contributo dos FEEI para os objetivos da ENM 2013-2020, tendo em conta a matriz do respetivo Plano de Ação - Plano Mar Portugal (Domínios/Áreas Programáticas/Programas de Ação, respetivos objetivos e efeitos, e Projetos inscritos no Plano Mar Portugal)?</li> <li>• Qual o contributo dos apoios pelos vários domínios (ver domínios da Conta Satélite do Mar) da economia do mar e áreas programáticas/programas de ação da ENM 2013-2020?</li> <li>• Qual o contributo dos apoios para o desempenho das empresas apoiadas na esfera da economia do mar?</li> <li>• Qual o contributo dos investimentos nos portos para a competitividade da economia portuguesa e aumento dos respetivos interland?</li> <li>• Qual o contributo dos investimentos realizados na área energética, incluindo em projetos da bacia do Atlântico como seja no domínio do GNL (gás natural liquefeito), tendo presente as políticas energéticas nacionais?</li> <li>• Qual o contributo do investimento para apoiar a prioridade da economia do mar da ENEI/RIS3? E como se distribuem os apoios pelas várias áreas da economia do mar referidos na ENEI? E no que se refere às RIS3 regionais?</li> <li>• Como se avalia o desempenho das Estratégias de Eficiência Coletiva, Cluster do Mar, designadamente face ao anterior ciclo de programação? Quais os resultados positivos e negativos a destacar relativamente ao apoio às Estratégias de Eficiência Coletiva, Cluster do Mar, tendo presente as questões de avaliação listadas para a avaliação 12. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência de conhecimento e de cooperação e clusterização?</li> <li>• Qual o contributo dos FEEI ao desporto escolar dedicado à náutica, aos cursos tecnológicos, ensino recorrente, cursos profissionais, cursos vocacionais, cursos de educação e formação de jovens e adultos, cursos de especialização tecnológica, ou outros dedicados especificamente a áreas de mar, no âmbito do Quadro Nacional de Qualificações? Qual o resultado em matéria de empregabilidade dos formandos ou desempenho dos empregadores, no caso de formação de adultos?</li> <li>• Qual o contributo dos FEEI na área do mar para ações dedicadas à eficiência energética e reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono? Qual o papel neste contexto das ações na área dos portos, de pesca e comerciais, e transporte marítimo? E na área das energias renováveis marinhas, incluindo no contexto da ENEI e EREI?</li> </ul>

**5. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo da ITI (desenvolvidas pelas CIM) na área do mar?</li> <li>Qual o desempenho das DLBC costeiras e Gal Pesca em matéria do reforço do emprego e diversificação de atividades produtivas, com ênfase nas ligadas ao mar? Qual o incentivo aos jovens para a economia do mar, no âmbito das DLBC e GAL pesca, como seja através de ações de desporto escolar ligado à náutica? Qual a sua importância para a coesão territorial?</li> <li>Qual o contributo dos FEEI para as ações de conhecimento, monitorização, avaliação e ações de recuperação das águas marinhas nacionais? Qual a importância dos FEEI na concretização dos Programas de Monitorização e de Medidas definidos no contexto da aplicação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha em Portugal? Quais os constrangimentos encontrados ao desempenho dos FEEI neste domínio?</li> <li>Qual a importância dos FEEI para as ações no contexto da gestão de riscos, incluindo meios de combate à poluição marinha?</li> <li>Qual o contributo dos apoios na área do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020?</li> <li>Qual o contributo das operações Mar financiadas pelos FEEI para a concretização do Plano de Ação da UE para a Área do Atlântico?</li> <li>Quais os constrangimentos e fatores de sucesso na aplicação dos FEEI para promoção da ENM 2013-2020?</li> <li>Em que medida os formulários e os sistemas de informação estão adequados aos requisitos de M&amp;A previstos no ITI Mar?</li> <li>Em que medida o mecanismo de governação da "ITI Mar" promove a eficácia na promoção da ENM 2013-2020 e respetiva articulação multinível?</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>Texto dos POs</li> <li>Informação disponível nos Sistemas de Informação dos PO</li> <li>Informação que esteja disponível relativamente à M&amp;A da ENM 2013-2020 (website da DGPM)</li> <li>Texto da ENM 2013-2020, aprovada pela RCM n.º 12/2014, de 23 de janeiro, na qual são definidos os objetivos da política pública para o mar.</li> <li>As fichas de projeto do Plano de Ação da ENM 2013-2020 (Plano Mar-Portugal), devendo ser considerada a versão permanentemente disponível no sítio da internet da DGPM, atualizada após cada reunião da CIAM.</li> <li>Quadro de Referência a ser elaborado através da Rede de Comunicação e Avaliação ou pela Comissão de implementação e execução do ITI Mar, quando o diploma do ITI Mar estiver publicado (excluirá no âmbito desta avaliação os PO da cooperação territorial por não estarem no âmbito deste documento).</li> <li>Complementarmente, informação disponível em sites institucionais, nomeadamente em sites de entidades com responsabilidade em áreas do mar, bem como site do INE. Destaque para os documentos produzidos ao nível do projeto da Conta Satélite do Mar, projeto de parceria entre o INE e a DGPM.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C ou DGPM</p> <p>AD&amp;C, DGPM e AG dos Programas do PT2020</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, DGPM e AG dos Programas do PT2020</p> <p>AD&amp;C, DGPM e AG de um Programa</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2.º semestre 2018</p> <p>1.º semestre 2019</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	FEAMP ou PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	



## 6. META-AVALIAÇÃO DO PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO PORTUGAL 2020

Objetivo(s)		Avaliar a qualidade e o rigor dos processos, dos resultados e dos produtos das avaliações do PT2020 contribuindo para: Qualificar as avaliações subsequentes; Acrescentar valor às competências das entidades adjudicantes e dos avaliadores; Fortalecer uma cultura de avaliação tecnicamente exigente.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Meta-avaliação Global
Âmbito	Programático	Todos os programas PT2020
	Territorial	Portugal
	Temático	(Não aplicável)
	Temporal	Processos, resultados e produtos das avaliações do PT2020
Contextualização/Justificação		A avaliação de políticas e programas públicos é uma preocupação crescente em Portugal, sendo necessário prosseguir o investimento na qualificação e exigência de rigor dos exercícios de avaliação e na capacitação dos atores da avaliação impulsionado no QREN. A meta-avaliação (avaliação dos processos e dos resultados de avaliações realizadas) revelou-se no QREN um poderoso exercício de aprendizagem para todos os atores (entidades adjudicantes e equipas de avaliadores) e as recomendações têm sido importantes fontes de informação na construção do atual PGA. Num período de programação em que é imperativa a exigência na transparência dos processos, na qualidade metodológica das avaliações e na utilidade e rigor dos resultados, justifica-se a necessidade de avaliar o PGA, e a sua implementação enquanto documento programático, e as avaliações realizadas de forma a melhorar os exercícios futuros e construir conhecimento sobre avaliação baseado na avaliação rigorosa da prática.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Decisões de gestão - melhorias nos instrumentos e na prática da conceção e implementação e divulgação de novas avaliações; Relatório de síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Relativa à fase de realização, questões sobre a: adequação e rigor dos métodos para resposta às questões de avaliação; pertinência da informação utilizada, rigor das técnicas de recolha e tratamento da informação; fiabilidade da informação tratada; nível da diversidade da inquirição de atores e stakeholders com diferentes perspetivas sobre as avaliações; dinamização do grupo de acompanhamento e qualidade e utilidade dos respetivos pareceres; cumprimento dos tempos de realização.</li> <li>Sobre os resultados das avaliações, questões sobre a: qualidade dos produtos das avaliações e conformidade com os TdR; o grau relevância, rigor da fundamentação, e utilidade das conclusões e recomendações.</li> <li>Sobre a divulgação de resultados, questões sobre: o nível de difusão dos resultados; a diversidade e adequação de produtos e ações de divulgação a públicos específicos.</li> <li>Sobre os mecanismos de monitorização das recomendações (follow-up), questões sobre: os instrumentos criados para a monitorização das recomendações; as alterações (melhorias) introduzidas nos programas/políticas na sequência das avaliações.</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Abordagens específicas para as meta-avaliações (avaliação de avaliações)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação		<p>Informação a disponibilizar pela AD&amp;C e AG dos PO com avaliações objeto da meta-avaliação: Plano Global de Avaliação do Portugal 2020; Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do PT2020; Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do PT2020 (<i>follow up</i>); Cadernos de Encargos (Termos de Referência); Composição dos júris de análise das propostas; Processo de seleção - critérios de análise das propostas; Propostas contratadas; Composição dos grupos de acompanhamento; pareceres do grupo de acompanhamento; produtos dos exercícios de avaliação; Ações de disseminação de resultados; Grelhas de acompanhamento das avaliações (ex. <i>tableau de board</i> e outras) e de monitorização das recomendações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial		Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>
		AD&C
		AD&C e AG dos Programas do PT2020



**6. META-AVALIAÇÃO DO PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO PORTUGAL 2020**

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG dos Programas com avaliações objeto da meta-avaliação</p> <p>AD&amp;C e 2 AG dos Programas</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>1º semestre de 2019</p> <p>2º semestre 2019</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros

Anexo 4

Ficha de exercício de avaliação que abrange o PO NORTE:

Avaliação do Programa

**11. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PO POR EIXO PRIORITÁRIO (AVALIAÇÃO INTERCALAR) – PO NORTE**

Objetivo(s)		<p><b>Objetivos globais:</b></p> <p>Contribuir para melhorar a estratégia e os objetivos do NORTE 2020 através da avaliação da eficiência e da eficácia da implementação do programa, bem como da avaliação dos impactos potenciais da execução do NORTE 2020 no desenvolvimento socioeconómico da Região do Norte.</p> <p><b>Objetivos específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a relevância e a coerência da estratégia definida no NORTE 2020, tendo em consideração os problemas estruturais da Região do Norte, bem como a evolução conjuntural entretanto ocorrida;</li> <li>• Analisar em que medida as recomendações de exercícios de avaliação anteriores de implementação ou temáticas do PT2020 têm sido consideradas na gestão do NORTE 2020;</li> <li>• Verificar a pertinência das prioridades de investimento e dos objetivos específicos definidos na programação face à evolução da conjuntura económica, social e territorial da Região do Norte;</li> <li>• Avaliar a adequação, pertinência e grau de cumprimento das metas estabelecidas nos diversos objetivos específicos do programa analisando, ainda, a relação das metas com os custos de investimento associados por forma a aferir da sua eficiência.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto (inclui Meta-análise) Programa
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	PO Norte Área Geográfica do PO Norte Eixos I a X do PO Norte PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Numa fase de implementação adiantada do programa importa analisar a necessidade eventual de efetuar ajustamentos no programa.</p> <p>Pretende-se melhorar o acompanhamento com um enfoque particular na análise dos resultados e dos efeitos da execução do programa.</p> <p>A pertinência de avaliar as realizações, os resultados e os impactos, bem como a análise dos desvios e possibilidade de fundamentar eventuais necessidades de reprogramação do programa, decisões de gestão e de política.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para as decisões de gestão da AG, nomeadamente, decisões de ajustamento do programa; Contributo para o Relatório de Execução de 2019 do Norte 2020; Contributo para o Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria em 2019; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Informação de base para divulgação do programa, através de <i>newsletters</i> , <i>press releases</i> , relatórios de monitorização, etc.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Relevância:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em que medida a intervenção responde às necessidades e prioridades do território?</li> <li>• Houve mudanças de contexto que justifiquem alterações nos objetivos da intervenção?</li> </ul> <p><b>Coerência interna</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades e os resultados permitem alcançar os objetivos de uma forma lógica?</li> </ul> <p><b>Coerência externa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre a intervenção avaliada e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território?</li> </ul> <p><b>Eficácia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa está a alcançar os seus objetivos específicos (por Eixo Prioritário) ou irá alcançá-los no futuro através das realizações previstas nas operações aprovadas? Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos da intervenção?</li> <li>• Como é que as intervenções causaram essa mudança? (Avaliação Baseada na Teoria)?</li> <li>• Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos resultados? Ocorreram efeitos imprevistos (positivos ou negativos)? O que pode explicar os eventuais desvios ao cumprimento dos objetivos?</li> <li>• O que pode ser feito para que o PO possa ser mais eficaz?</li> </ul> <p><b>Eficiência:</b></p>

## 11. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PO POR EIXO PRIORITÁRIO (AVALIAÇÃO INTERCALAR) – PO NORTE

	<ul style="list-style-type: none"> <li>As realizações da intervenção foram alcançadas com o mínimo de recursos? Os resultados da intervenção foram alcançados com o mínimo de recursos? Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos?</li> <li>A intervenção foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis?</li> <li>Foram desenvolvidos os procedimentos mais adequados na gestão do programa para o cumprimento dos objetivos? (Eficiência operativa)?</li> </ul> <p><b>Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais são (e quais podem vir a ser) os efeitos globais da intervenção no contexto socioeconómico, nomeadamente no contributo para a estratégia da UE (planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos ou negativos)?</li> <li>Verificaram-se fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos efeitos globais? O que pode explicar os eventuais desvios ao que era expectável?</li> <li>Como é que a intervenção causou (ou poderá vir a causar) essa mudança no contexto socioeconómico? (Avaliação Baseada na Teoria)?</li> </ul> <p><b>Valor acrescentado europeu (apenas, e caso se considere pertinente, nas políticas que não foram objeto de análise noutras avaliações):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação?</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades e desenvolvimento sustentável.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria, com recurso a Meta-análise (utilização de avaliações já efetuadas, nomeadamente contrafactuais)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>Avaliação Ex Ante do Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>Texto integral do POR NORTE</li> <li>Relatórios das Avaliações Ex Ante dos Programas do Portugal 2020</li> <li>Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia</li> <li>Relatório Anual dos Fundos da União Europeia</li> <li>Relatórios Anuais do POR Norte</li> <li>Avisos de abertura do POR Norte</li> <li>Lista de Operações Aprovadas no POR Norte</li> </ul> </li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> (a especificar)</li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013”</li> <li>“Avaliação Intercalar POR Norte – Programa Operacional Regional do Norte”</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b> (a especificar)</li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do PT2020</b> (a especificar)</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AG do PO Norte</p> <p>AD&amp;C e AG do PO Norte</p>

**11. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA OS OBJETIVOS DO PO POR EIXO PRIORITÁRIO (AVALIAÇÃO INTERCALAR) – PO NORTE**

Constituição do:	
Grupo de Acompanhamento	AD&C, AG do PO Norte, CIM/AMP, DLBC e Serviços regionalmente desconcentrados
Júri do Concurso	AD&C e AG do PO Norte
Comité Científico	(Não aplicável)
Calendário:	
Lançamento do concurso	1º semestre 2018
Início da Avaliação	2º semestre 2018
Duração da Avaliação	1 semestre
Fonte de financiamento	AT do PO Norte
Custo (Valor máximo indicativo)	75 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação Intercalar do PO a realizar em 2022 será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

## Anexo 5

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:  
Avaliações temáticas no domínio da Competitividade e  
Internacionalização

**18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS**

Objetivo(s)		Verificar se o perfil das empresas beneficiárias dos FEEI corresponde ao expectável e se é aquele que permite a concretização mais eficaz dos objetivos da política, e aferir qual tem sido o impacto dos apoios na estratégia de crescimento das empresas e sua penetração nos mercados.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Continente ou Portugal
	Temático	Apoios a Empresas dos Sistemas de Incentivos do QREN (PO FC e Programas Operacionais Regionais) Instrumentos: SI Inovação; SI Qualificação de PME; SI I&DT
	Temporal	QREN
Contextualização/Justificação		Esta avaliação pretende isolar o “efeito de incentivo” nas empresas apoiadas, a partir dos resultados e impactos dos projetos. Considerando o contexto económico adverso que acompanhou o QREN, importa determinar se os apoios contribuíram para um melhor desempenho das empresas, em que áreas esses efeitos se fizeram sentir com maior intensidade (Maior orientação para mercados internacionais? Aumento da I&D? Atração de IDE?) e se se estão a verificar novas tendências de especialização no tecido produtivo e em que medida as mesmas se encontram alinhadas com os objetivos de política económica assumidos pelos Programas Operacionais.  Visa simultaneamente aprofundar metodologias mais eficazes no isolamento dos efeitos e resultados dos projetos aprovados nas empresas.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Relatórios Finais dos PO QREN, Relatório intercalar AP 2017 e Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos. A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Considerando, designadamente, as seguintes variáveis de caracterização empresarial: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Volume de negócios; VBP e VAB;</li> <li>- Atuação no mercado internacional;</li> <li>- Autonomia Financeira;</li> <li>- Perfil de Especialização;</li> <li>- Posicionamento na cadeia de Valor;</li> <li>- Intensidade de I&amp;D;</li> <li>- Dimensão;</li> <li>- Localização;</li> <li>- IDE.</li> </ul> </li> <li>De que forma as empresas beneficiárias se distinguem, no pré-projeto, das restantes empresas?</li> <li>De que forma é que a evolução das empresas beneficiárias, entre o pré e o pós-projeto, se distingue do respetivo grupo de controlo? (eficácia)</li> <li>Partindo do princípio que o apoio produz um efeito sobre o desempenho da empresa, qual é a sustentabilidade do mesmo e em que momento é que este regista maior intensidade (logo após a conclusão do projeto ou numa fase posterior)? (<b>sustentabilidade</b>)</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Contrafactual
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<p><b>Sistema de Informação dos PO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível e incentivo);</li> <li>Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VBP; VAB; Resultados Operacionais; Resultados Antes de Impostos; Resultados Líquidos; EBE; Ativo Tangível e Intangível; Amortizações; Ativo Total; Capitais Próprios, Passivo Total; PT Totais e PT Qualificados;</li> <li>Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização;</li> <li>Calendarização do projeto;</li> <li>Lista de despesas elegíveis de cada projeto.</li> </ul>

**18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NO DESEMPENHO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS**

	<p><b>Bases de dados administrativas/inquéritos sectoriais:</b></p> <p>Em 2013 foi desenvolvido o estudo “Análise contrafactual do impacto dos incentivos POE/PRIME na sobrevivência e no crescimento das empresas”, que permite avançar para a presente avaliação já com um conhecimento aprofundado da informação disponível, das suas potencialidades e fragilidades, e dos passos necessários para maximizar os dados existentes, nomeadamente ao nível do cruzamento de bases de dados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os <u>Quadros de Pessoal, do Ministério do Emprego e da Segurança Social</u>, são uma base de dados bastante relevante para fornecer informação de caracterização das empresas, nomeadamente: ano, dimensão da empresa, idade, âmbito geográfico de negócio, intensidade de conhecimento setor de atividade, etc. A partir dos Quadros de Pessoal também se podem criar variáveis de resultado, nomeadamente: sobrevivência das empresas; variação líquida de emprego; variação líquida de emprego qualificado; e variação da qualidade do emprego na empresa, nas dimensões do tipo de contractos de trabalho, salários, horário de trabalho, etc.. Os Quadros de Pessoal podem ainda ser cruzados com outras bases de dados com informação relevante ao estudo.</li> <li>O <u>Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)</u>, do INE, disponibiliza, entre outras, as seguintes variáveis: ao nível das empresas, Número de Pessoas ao Serviço (NPS), Volume de Negócios (VVN), Valor Acrescentado Bruto (VAB), e Formação Bruta de capital fixo (FBCF) (esta não inclui variação de existências); ao nível dos estabelecimentos, NPS, VVN e VAB.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a):	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C e AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)</p>
Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais e INE</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>1º semestre 2017</p> <p>1º semestre 2017 (a ponderar atualização no 1º semestre 2021)</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	



19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS		
Objetivo(s)	Avaliar a forma como os programas estão a ser implementados, designadamente ao nível do modelo de governação e dos instrumentos criados (afetir a eficácia dos instrumentos para os objetivos a que se propõem, incluindo análise de critérios de seleção); o desenho e a funcionalidade dos Sistemas de Informação e todos os formulários adjacentes (candidatura, análise, pedidos de pagamento,...) e a estratégia de comunicação dos Programas (análise das ferramentas de marketing e comunicação utilizadas, da perceção dos apoios por parte do público, do seu conhecimento dos Programas e dos valores a eles associados), considerando as características da procura e a evolução das tendências de especialização do território.	
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	PI 1.1, 1.2, 3,3 e 8.5
	Temporal	QREN e PT2020 (maior incidência)
Contextualização/Justificação	<p>Esta avaliação visa aferir se a forma como os apoios estão a ser atribuídos tende a maximizar os resultados previstos para o domínio “Competitividade e Internacionalização”, permitindo, dada a sua realização ainda numa fase inicial de execução dos PO, a incorporação atempada de ajustes e correções processuais.</p> <p>Dada a continuidade de muitos dos instrumentos atuais face ao anterior período de programação, este exercício deverá considerar a experiência do QREN e os primeiros resultados obtidos na avaliação de impacto anterior.</p> <p>A avaliação deverá ainda analisar, com base nos dados relativos aos primeiros avisos do PT2020, se as alterações introduzidas face ao QREN (novos instrumentos, critérios de seleção, condições de acesso, ...) estão a contribuir para a melhoria dos instrumentos e para a prossecução dos objetivos dos Programas.</p>	
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório anual de execução dos PO; Relatório Anual dos Fundos da União Europeia, Relatório intercalar da execução Acordo de Parceria 2019; Relatório de Síntese dos resultados das avaliações, a apresentar à CE (2022)</li> <li>- Decisões de revisão programática, nomeadamente reprogramações dos Programas; Decisões de gestão relativas a alterações regulamentares possíveis dentro do conteúdo programático existente, nomeadamente regulamentos específicos e critérios de seleção</li> </ul>	
Crítérios e Questões de avaliação	<p><b>Procura:</b></p> <p><b>Q1.</b> Considerando as características da procura aos Sistemas de Incentivos, em particular a partir de 2008, os instrumentos criados (e as respetivas condições de admissibilidade) estão desenhados de forma a atingir os resultados previstos em cada prioridade de investimento? <b>(eficácia)</b></p> <p><b>Q2.</b> Considerando os projetos apoiados, o alinhamento dos Sistemas de Incentivos com as RIS3, em especial no OT 1, é um fator que potencia a especialização da economia, nomeadamente direcionando os apoios para setores de maior valor acrescentado? <b>(eficácia)</b></p> <p><b>Q3.</b> Em que medida a valorização dos desafios societais na programação se pode refletir nos resultados da política pública em matéria de competitividade e internacionalização? <b>(eficácia)</b></p> <p><b>Q4.</b> Os instrumentos criados permitem contribuir para o princípio do desenvolvimento sustentável, ou seja para a preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente? <b>(eficácia)</b></p> <p><b>Q5.</b> Os instrumentos previstos no Sistema de Incentivos cobrem todas as fases do investimento empresarial? Como potenciar a utilização articulada pelas empresas dos diferentes instrumentos e assegurar a complementaridade destes apoios com os instrumentos financeiros a implementar no âmbito do Portugal 2020? <b>(coerência)</b></p> <p><b>Q6.</b> Os instrumentos em causa contribuem para um efetivo reforço da coesão territorial, designadamente no que respeita aos territórios de baixa densidade ou de menor desenvolvimento económico e social, contribuindo de forma eficaz para atenuar as assimetrias regionais? <b>(eficácia)</b></p> <p><b>Análise e Seleção dos Projetos:</b></p> <p><b>Q7.</b> Os AAC são adequados aos objetivos específicos dos Programas Operacionais? São suficientemente claros e potenciadores de procura qualificada? A regulamentação específica e outras regras e orientações aplicáveis são claras e facilmente apreendidas? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q8.</b> As grelhas de análise e critérios de seleção são coerentes e os mais adequados face aos objetivos e metas definidas para cada tipologia/prioridade de investimento? <b>(eficiência operativa)</b></p>	

## 19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS

	<p><b>Q9.</b> Que tipo de projetos está a ser valorizado pelo critério regional? Quais as vantagens, evidenciadas pelos projetos apoiados, da utilização da diferenciação regional? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q10.</b> As candidaturas apresentadas e aprovadas aos Projetos Simplificados correspondem ao perfil desejável tendo em conta os objetivos das respetivas prioridades de investimento? A forma de acreditação das entidades prestadoras de serviços garante, de algum modo, a qualidade dos serviços prestados? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Simplificação:</b></p> <p><b>Q11.</b> Os formulários e os respetivos guias têm-se mostrado simples e com grau de exigência em consonância com a dimensão do projeto? Os mecanismos de apoio e esclarecimento a potenciais candidatos e a beneficiários e respetivos tempos de resposta são adequados? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q12.</b> O Sistema de Informação e respetivos formulários e funcionalidades associadas permitem a gestão e operacionalização do ciclo do projeto de forma eficiente? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q13.</b> O Balcão 2020 está a contribuir para a simplificação e diminuição da carga administrativa sobre os beneficiários? Quais os principais pontos críticos e aspetos a melhorar? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q14.</b> A operacionalização dos projetos simplificados tem um nível de simplificação adequado a este tipo de projetos? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q15.</b> Qual a perceção dos potenciais promotores da adequação e qualidade das respostas às suas necessidades de investimento? <b>(relevância)</b></p> <p><b>Modelo de Governação:</b></p> <p><b>Q16.</b> O modelo de governação do Domínio Competitividade e Internacionalização, designadamente da Rede de Sistemas de Incentivos, é o mais adequado ou pode ser melhorado, com vista a obter ganhos de eficiência de recursos e de eficácia das intervenções? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q17.</b> O relacionamento dos beneficiários com os intervenientes nos Programas, designadamente com os Organismos Intermédios, para efeitos de pedidos de informação e durante o ciclo de vida do projeto é efetuado de forma eficiente? Quais os principais pontos críticos e aspetos a melhorar? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q18.</b> O modelo de delegação de competências das AG nos Organismos Intermédios traduz uma melhoria da eficiência de governação dos Sistemas de Incentivos? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q19.</b> O Sistema de Informação de suporte à Rede Sistemas de Incentivos é suficientemente robusto, funcional e eficiente como ferramenta de apoio às AG, OI e promotores? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Acompanhamento:</b></p> <p><b>Q20.</b> Quais os principais constrangimentos ao arranque e implementação dos projetos por parte dos beneficiários e de que forma a configuração dos instrumentos de apoio e respetivas regras de aplicação poderiam ser ajustadas para responder mais eficazmente às necessidades dos promotores, assegurando o cumprimento da regulamentação europeia? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q21.</b> A contratualização de indicadores de realização e de resultado tem efeitos sobre a concretização dos projetos? Os indicadores contratualizados são adequados? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Q22.</b> Os processos previstos para acompanhamento dos resultados dos projetos são os mais eficazes (assegurando que os objetivos dos projetos serão cumpridos e que as condições que permitiram a sua aprovação serão respeitadas)? <b>(eficiência operativa)</b></p> <p><b>Comunicação e Informação:</b></p> <p><b>Q23.</b> A divulgação dos apoios foi devidamente publicitada junto dos públicos-alvo? Como são percecionados os apoios pelos destinatários? A mensagem é clara? Estão a ser utilizados os meios adequados para captar procura qualificada?</p> <p>Quais as principais dificuldades dos beneficiários no cumprimento das regras de publicitação dos apoios? <b>(eficiência operativa)</b></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)

### 19. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS

<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li>• <b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b></li> <li>• <b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ENEI - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente</li> </ul> </li> <li>• <b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente no QREN</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade</li> <li>- Avaliação Estratégica do QREN - Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME (Lote 3) – Relatório, Anexos</li> </ul> </li> <li>• <b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação sobre candidaturas e projetos aprovados e respetivo compromisso (investimento, investimento elegível e incentivo);</li> <li>- Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VAB; PT Totais e PT Qualificados;</li> <li>- Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização do investimento;</li> <li>- Calendarização do projeto;</li> <li>- Pontuações obtidas nos critérios de seleção;</li> <li>- Lista de despesas elegíveis de cada projeto;</li> <li>- Dados relativos ao contributo para os indicadores de resultado dos PO e outros indicadores relevantes dos projetos.</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia
Responsabilidade pelo(a):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul> <p>AD&amp;C ou AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)</p> <p>AD&amp;C e AG do PO CI</p>
Constituição do:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul> <p>AD&amp;C; AG PO CI; AG PO Regionais Continente; IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.; AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e Turismo de Portugal, I.P.; Representantes do CES – Conselho Económico e Social</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CI e 1 AG do PO Norte</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul> <p>2º semestre 2016</p> <p>1º semestre 2017</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	130 mil euros
Observações	

**20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA**

Objetivo(s)		A avaliação tem como objetivos: i) apreciar os efeitos positivos e negativos relativos ao regime de incentivo, ou seja, o objetivo público dos auxílios em relação ao seu impacto sobre a concorrência e as trocas comerciais entre Estados-membro e ii) confirmar se ainda são válidos os pressupostos subjacentes à aprovação ex ante do regime de incentivo, podendo contribuir para melhorar a concessão de futuros regimes e suas regras, adaptando a intervenção de modo a aumentar a eficácia e a eficiência no sentido de garantir que os efeitos positivos são suficientes para justificar a aceitação da distorção do mercado causada pela intervenção.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos de investimento em atividades inovadoras (alinhados com as prioridades da RIS3), incluindo de natureza produtiva (corpórea ou incorpórea), por parte de Não PME, desde que a inovação seja de âmbito nacional/internacional.</li> <li>Apoio a investimento produtivo, de natureza inovadora (e.g. ao nível de produto, de processo ou organizacional), por parte das PME, no domínio da qualificação, diferenciação, diversificação e inovação, na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado.</li> </ul>
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no Artigo 1.º (2) (a) do Regulamento (UE) n.º 651/2014
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório anuais; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</li> <li>A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</li> <li>Apresentação à DG Concorrência no prazo estabelecido (seis meses antes do final do período de aplicação)</li> </ul>
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Impacto direto nos beneficiários:</b></p> <p>Desempenho dos Beneficiários / Efeito de Incentivo: O apoio contribuiu para a melhoria do desempenho das empresas apoiadas (e.g. VAB, Volume de Negócios, criação de postos de trabalho, produtividade)? A sua evolução é distinta das empresas não apoiadas? O apoio foi decisivo para a concretização do projeto (efeito de incentivo)? Em que medida (dimensão, âmbito ou prazo do investimento)?</p> <p><b>Impacto indireto dos apoios concedidos (externalidades positivas e negativas):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Efeito de Arrastamento:</b> Qual o impacto (efeito de arrastamento) dos projetos de investimento apoiados (em especial dos projetos de maior dimensão), designadamente sobre o emprego; o desenvolvimento socioeconómico do território e a coesão regional; a criação de valor nas atividades a montante e a jusante e pela utilização e valorização de inputs, sobretudo quando fornecidos por PME; a interação com entidades não empresariais do Sistema de I&amp;I, no desenvolvimento da inovação a nível de produtos e ou processos, através de I&amp;D ou de transferência de tecnologia; o desenvolvimento de Clusters?</li> <li><b>Impacto sobre a Concorrência:</b> Quais os impactos sobre os principais concorrentes (não apoiados) das empresas apoiadas? Registaram-se falências de concorrentes devido ao efeito de distorção na concorrência? Houve reforço de dinâmicas de clusterização com benefício geral para as empresas do setor? Houve efeito de <i>crowding out</i> sobre o investimento devido ao apoio concedido?</li> <li><b>Resposta aos objetivos da política pública:</b> Os apoios contribuíram para a prossecução dos objetivos de política pública inicialmente estabelecidos (indicados no ponto 1)? O regime de auxílios enquadrou-se na estratégia de desenvolvimento da região? O regime contribuiu para a alteração do perfil produtivo nacional, designadamente através da RIS3?</li> </ul> <p><b>Proporcionalidade e adequação do regime:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Proporcionalidade dos apoios:</b> Os apoios atribuídos foram os mais adequados aos objetivos atingidos? Seria possível alavancar o mesmo grau de investimento com um nível de apoio inferior? Seria possível, através de um maior nível de apoio, obter resultados muito superiores?</li> </ul> <p><b>Para além das questões anteriores, elencam-se, em seguida, algumas questões adicionais, para as quais o exercício de avaliação poderá procurar dar resposta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Qual o efeito líquido dos auxílios estatais atribuídos?</u></li> <li><u>Qual a sustentabilidade dos resultados alcançados pelas empresas apoiadas?</u></li> </ul>

**20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>As taxas de apoio (limitadas ao mapa de auxílios regional) contribuem efetivamente para a localização de investimento direto estrangeiro estruturante compensando a localização periférica de Portugal na Europa? ou com outro tipo de instrumento de política pública?</li> <li>Os resultados alcançados pelas empresas apoiadas correspondem aos previstos aquando da aprovação dos seus projetos? Quais as principais razões para os eventuais desvios (positivos ou negativos)? Existe diferenciação regional/setorial nos resultados alcançados, designadamente considerando as diferentes estratégias de especialização inteligente?</li> </ul>										
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	<table> <thead> <tr> <th>Questões de avaliação</th><th>Métodos previstos</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Impacto direto sobre os beneficiários</td><td> Avaliação contrafactual:  Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. </td></tr> <tr> <td>Efeito alavanca</td><td> Avaliação contrafactual:  Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. Avaliação Baseada na Teoria:  Estudos de caso ao nível da indústria/região (complementarmente) </td></tr> <tr> <td>Efeitos sobre a concorrência</td><td> Avaliação contrafactual:  Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. </td></tr> <tr> <td>Proporcionalidade do auxílio</td><td> Avaliação de Impacto Baseada na Teoria:  <i>Benchmarking</i> </td></tr> </tbody> </table>	Questões de avaliação	Métodos previstos	Impacto direto sobre os beneficiários	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.	Efeito alavanca	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. Avaliação Baseada na Teoria: Estudos de caso ao nível da indústria/região (complementarmente)	Efeitos sobre a concorrência	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.	Proporcionalidade do auxílio	Avaliação de Impacto Baseada na Teoria: <i>Benchmarking</i>
Questões de avaliação	Métodos previstos										
Impacto direto sobre os beneficiários	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.										
Efeito alavanca	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais. Avaliação Baseada na Teoria: Estudos de caso ao nível da indústria/região (complementarmente)										
Efeitos sobre a concorrência	Avaliação contrafactual: Diferença-nas-diferenças, Regressão descontínua e Variáveis instrumentais.										
Proporcionalidade do auxílio	Avaliação de Impacto Baseada na Teoria: <i>Benchmarking</i>										
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020") <ul style="list-style-type: none"> <li>Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>Avaliação Ex Ante do Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>Textos integrais dos Programas do Portugal 2020</li> <li>Relatório da Avaliação Ex Ante dos Programas do Portugal 2020</li> <li>Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia</li> <li>Relatório Anual dos Fundos da União Europeia</li> <li>Relatórios Anuais dos Programas</li> <li>Avisos de abertura do Portugal 2020</li> <li>Lista de Operações Aprovadas no Portugal 2020</li> </ul> </li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> (a especificar)</li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores</b> (a especificar)</li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b> (a especificar)</li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do PT2020:</b>  A seleção de um grupo de controlo credível é fundamental para garantir a comparabilidade e para a validação dos resultados da avaliação, devendo a sua qualidade ser devidamente assegurada. O grupo de controlo será selecionado entre as entidades não apoiadas (porque não se candidataram ou porque não cumpriram os requisitos de acesso ou de elegibilidade) constantes das bases de dados do Sistema Estatístico Nacional. </li> </ul>										

## 20. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO EMPRESARIAL NA CONCORRÊNCIA

	<p>Em termos de abordagem econométrica, a análise incidirá, principalmente, sobre a diferença de abordagem <i>difference-in-difference</i> e os efeitos fixos. Esta opção está em consonância com experiências anteriores e permite controlar ambas as fontes potenciais observáveis e não observáveis. No entanto, no processo de avaliação outros métodos podem ser utilizados de forma complementar ou para superar alguns problemas inesperados na aplicação dos pressupostos da presente contrafactual.</p> <p>O “Inovação Empresarial” está suportado num Sistema de Informação robusto que contém informação exaustiva das empresas apoiadas, com informação económica e financeira proveniente da IES (Informação Empresarial Simplificada), permitindo uma caracterização detalhada das mesmas. Esta informação poderá ser recolhida junto do promotor nas fases pré e pós projeto, bem como junto das autoridades nacionais competentes entre as fases pré e pós projeto.</p> <p>O sistema de informação contém ainda informação detalhada pré-projeto referente às empresas com candidaturas apresentadas que não foram apoiadas.</p> <p>Os dados para o grupo de controlo serão recolhidos a partir da informação estatística oficial disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no âmbito do Sistema de Contas Integradas das Empresas, obtida a partir da IES.</p> <p>Neste sentido, está garantida a comparabilidade dos dados, já que a fonte de informação é a mesma para todas as empresas (apoiadas e não apoiadas).</p> <p>A análise poderá ser complementada com inquéritos às empresas em estudo.</p>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>
Constituição do:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>
Calendário:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	

21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO		
Objetivo(s)	Percecionar o grau de eficácia e o impacto dos apoios concedidos no QREN, através dos diferentes instrumentos e em diferentes contextos territoriais, explicitando a forma como as intervenções apoiadas produziram esses resultados. Identificar, à luz dos resultados da avaliação do QREN, a adequação dos instrumentos de apoio previstos PT2020 e eventuais necessidades de ajustamento que favoreçam a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções a apoiar.	
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PDR Continente Portugal  <b>Instrumentos de Apoio QREN:</b> Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, Sistema de Apoio a Parques de C&T e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Promoção do Emprego Científico, Programas de Doutoramento em Ambiente Empresarial; <b>Medidas PRODER:</b> Cooperação para a Inovação, Redes Temáticas de Informação e Divulgação, Serviços de Apoio ao Desenvolvimento <b>PT2020:</b> PI 1.1, 1.2, 3.1, 3.2, 3.3 e 8.5
	Temático	<b>Medidas PRODER:</b> Cooperação para a Inovação, Redes Temáticas de Informação e Divulgação, Serviços de Apoio ao Desenvolvimento <b>PT2020:</b> PI 1.1, 1.2, 3.1, 3.2, 3.3 e 8.5
	Temporal	QREN e PT2020
Contextualização/Justificação	<p>Face à ainda reduzida valorização da eficiência coletiva no Sistema de I&amp;I, não obstante o investimento apoiado nos períodos de programação anteriores e, muito particularmente, no QREN, esta constituiu uma área à qual foi conferida especial incidência na programação do PT2020. A potenciação de uma rede consolidada entre as entidades do Sistema de I&amp;I, reforçando a relação entre empresas e entidades de investigação, assume-se como um fator crítico para a efetiva transferência de conhecimento e sua posterior incorporação em bens e serviços inovadores e de maior valor acrescentado, com vista à superação dos atuais desafios de competitividade que se colocam às empresas portuguesas. No atual período de programação é reforçada a focalização da estratégia de valorização económica do conhecimento, o aumento do investimento empresarial em I&amp;D e da articulação entre empresas e entidades do SCTN como elementos centrais de uma estratégia mais alargada de alteração do modelo de especialização da economia portuguesa.</p> <p>Considerando o volume muito expressivo dos apoios concedidos no QREN a estas prioridades estratégicas e não obstante alguma evidência produzida ao longo desse período quanto à implementação das intervenções e à eficácia dos instrumentos de apoio, a maturação mais longa dos seus resultados não permitiu apreender, imediatamente, os impactos daqueles apoios. Nesse sentido, importa identificar os impactos dos apoios registados no QREN e os mecanismos que conduzem à mudança, aferindo com base na experiência e resultados daquele período de programação o grau de adequação dos instrumentos propostos no PT2020 face aos objetivos a que se propõem e informar, se necessário, a concretização de propostas de ajustamento estratégico e/ou de política pública, ajustamentos programáticos dos Fundos e do seu quadro regulamentar e instrumental, desde logo na afinação dos instrumentos de apoio do PT2020 por forma a maximizar a eficácia na utilização dos Fundos.</p>	
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	Decisões de gestão, programáticas/regulamentares e de política, relatórios anuais de execução dos PO envolvidos (2017), Relatório Anual dos Fundos da União Europeia	
Critérios e Questões de avaliação	<p><b>Relevância (QREN/PT2020)</b> QA1. Em que medida os objetivos de política pública que enquadram os instrumentos de apoio à transferência de conhecimento e valorização económica de conhecimento financiados pelos Fundos dão resposta às necessidades dos grupos-alvo a que são dirigidos e às especificidades territoriais? Em que medida esses instrumentos de apoio respondem aos objetivos de política definidos? Qual o racional de mobilização desses instrumentos de apoio no âmbito dos Fundos Comunitários na prossecução desses objetivos?</p> <p><b>Coerência (QREN/PT2020)</b> QA2. Como é que os instrumentos de apoio no âmbito dos Fundos Comunitários se articulam/complementam entre si e com os demais instrumentos da política (policy mix) com vista à promoção da transferência e valorização de conhecimento?</p> <p><b>Eficácia (QREN)</b> QA3. Existe evidência do reforço das dinâmicas de transferência de conhecimento e de valorização económica de conhecimento? Qual o contributo dos diferentes instrumentos de apoio para essa mudança (se ocorreu)? QA4. Quais os fatores críticos que potenciaram a eficácia (de cada um) dos instrumentos de apoio neste domínio (e quais se revelaram prescindíveis)? Quais os elementos de contexto que condicionaram ou potenciaram os resultados da política?</p>	



## 21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

QA5. As especificidades dos territórios abrangidos e dos grupos-alvo revelaram-se igualmente atendidas pelos instrumentos ou explicam níveis de sucesso diferenciados?

### **Eficiência (QREN)**

QA6. A dimensão financeira bem como as diferentes formas de financiamento adotadas foram adequadas e suficientes para fazer a diferença ao nível dos objetivos da política pública?

QA7. A intervenção dos instrumentos de apoio foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis?

### **Impacto / Sustentabilidade (QREN)**

QA8. Em que medida o estímulo das dinâmicas de produção, transferência e valorização económica de conhecimento se traduziram numa efetiva alteração do padrão de especialização produtiva nacional? E do padrão de especialização produtiva das regiões? São identificados ganhos de produtividade, de competitividade internacional ou de emprego qualificado associados a essas dinâmicas, à escala regional e à escala nacional? Que outros impactos (positivos ou negativos) se observam em resultado dessa política?

QA9. Em que medida os diferentes os efeitos produzidos ou induzidos pelos diferentes instrumentos de apoio perduraram para além da duração do apoio?

### **Valor Acrescentado Europeu (QREN)**

QA10. Qual o valor acrescentado europeu das intervenções apoiadas no âmbito da transferência e valorização económica de conhecimento?

A resposta às questões de avaliação deverá incluir a análise das seguintes dimensões:

- i. Impacto dos diferentes apoios à produção, transferência e valorização do conhecimento, incluindo a criação e qualificação de infraestruturas de acolhimento empresarial, designadamente parques de C&T e incubadoras de empresas de base tecnológica, nas dinâmicas inerentes ao ecossistema do empreendedorismo e no surgimento de uma nova geração de empreendedores com potencial para acrescentar valor à economia por via da maior incorporação de ciência e tecnologia nos seus produtos, processos e serviços e mais aptos a enfrentar os desafios da globalização.
- ii. O contributo dos apoios no âmbito do SI I&DT, designadamente os Vale I&DT, para aproximar as PME, principalmente as de menor dimensão ou inseridas em setores menos intensivos em tecnologia e conhecimento, das entidades de investigação e produção de conhecimento (designadamente instituições de ensino superior, institutos e centros de investigação, centros tecnológicos, Laboratórios do Estado) e das entidades de interface do sistema nacional de I&I.
- iii. O contributo dos apoios dirigidos às atividades de I&DT empresarial para o fomento da procura mais alargada, pelas empresas, de respostas junto das instituições científicas e tecnológicas e de formas colaborativas de criação e valorização de conhecimento e partilha de risco entre os diversos atores do sistema nacional de I&I. O contributo da relação colaborativa entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas para a alavancagem de novos projetos/atividades de I&D por parte do tecido empresarial, fomentando a sua apetência pelo desenvolvimento de atividades de I&D e inovação de forma mais intensiva e regular
- iv. O contributo dos projetos empresariais de I&D apoiados, bem como os instrumentos de apoio ao emprego científico e ao doutoramento em contexto empresarial para o incremento das qualificações dos recursos humanos das empresas. A qualificação dos recursos humanos como forma de capacitação empresarial para a endogeneização e incorporação do conhecimento científico e tecnológico na sua atividade produtiva.
- v. Os efeitos de disseminação dos projetos de demonstração e difusão dos resultados dos projetos apoiados, em particular dos resultados obtidos por instituições científicas e tecnológicas. Esses resultados chegaram ou estão acessíveis às restantes empresas e setores que deles possam beneficiar?
- vi. A relação colaborativa entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas e a endogeneização de novos conhecimentos suscetíveis de ser aplicados na atividade produtiva das empresas envolvidas e na incorporação de valor nos produtos, serviços e processos visados nos projetos apoiados. Caracterização dessa incorporação de valor, motivações e constrangimentos à prossecução de práticas colaborativas.
- vii. O contributo dos diferentes instrumentos de apoio para o alinhamento das atividades de IC&DT promovidas por entidades não empresariais do sistema de I&I com as necessidades do tecido empresarial (incluindo novas agendas e programas de investigação e inovação conjuntos) e o contributo para a valorização económica de conhecimentos e competências residentes nas entidades de investigação e produção de conhecimento.
- viii. A adequação dos mecanismos e formas de apoio à proteção da propriedade industrial, quer no caso da defesa da propriedade inerente aos resultados decorrentes de atividades de I&D apoiadas, quer relativamente a atividades de I&D não cofinanciadas.
- ix. O papel dos processos de clusterização empresarial na dinamização e consolidação de redes, cadeias de valor e iniciativas de eficiência coletiva assentes na transferência de conhecimento e inovação tecnológica.
- x. O papel das estratégias nacional e regionais para a especialização inteligente enquanto quadros de referência às intervenções a apoiar no PT2020 com vista ao desenvolvimento e consolidação de ecossistemas regionais de inovação.



## 21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Informação relativa ao QREN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)</li> <li>- Textos integrais dos Programas do QREN</li> <li>- Relatórios de execução anuais dos PO do QREN</li> <li>- Relatórios Anuais do QREN</li> </ul> </li> <li>• <b>Informação relativa ao Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>- Avaliação Ex-Ante do Acordo de Parceria PT2020</li> <li>- Textos integrais dos Programas do Portugal 2020</li> <li>- Relatórios das Avaliações Ex-Ante dos Programas do Portugal 2020</li> <li>- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia</li> <li>- Relatórios de execução anuais dos PO do PT2020</li> <li>- Relatório Anual dos Fundos da União Europeia</li> <li>- Avisos de abertura do Portugal 2020</li> </ul> </li> <li>• <b>Lista de Operações Aprovadas no Portugal 2020</b></li> <li>• <b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação do QREN</b></li> <li>• <b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação do PT2020</b></li> <li>• <b>Legislação nacional e regional aplicável (QREN e PT2020)</b></li> <li>• <b>Regulamentos específicos do QREN e dos Domínios Temáticos do Portugal 2020</b></li> <li>• <b>Documentos de políticas públicas relacionadas com o objeto da avaliação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva</li> <li>- ENI - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente</li> <li>- Estratégias Regionais de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente</li> </ul> </li> <li>• <b>Avaliações realizadas no QREN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação do Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas</li> <li>- Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters</li> <li>- Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Fatores de Competitividade</li> <li>- Avaliações intercalares do PO Regionais</li> </ul> </li> <li>• <b>Outras avaliações e estudos sobre a temática a avaliar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2013), Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação – desafios, forças e fraquezas rumo a 2020</li> <li>- Comissão Europeia, Ex Post Evaluation of the ERDF and CF – Work package 2 – Small and medium sized enterprises, innovation, ICT</li> <li>- Comissão Europeia, Ex Post Evaluation of the ERDF and CF – Work package 3 – Financial Instruments for Enterprises</li> <li>- Comissão Europeia, Ex Post Evaluation of the ERDF and CF – Work package 4 – Large Enterprises</li> <li>- Comissão Europeia, European Innovation Scoreboard</li> </ul> </li> <li>• <b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b></li> <li>• <b>Informação dos Sistemas de Informação do QREN e do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível e incentivo);</li> <li>- Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VBP; VAB; Resultados Operacionais; Resultados Antes de Impostos; Resultados Líquidos; EBE; Ativo Tangível e Intangível; Amortizações; Ativo Total; Capitais Próprios, Passivo Total; PT Totais e PT Qualificados;</li> <li>- Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização;</li> <li>- Calendarização do projeto;</li> <li>- Pontuações obtidas nos critérios de seleção;</li> <li>- Lista de despesas elegíveis de cada projeto;</li> <li>- Dados relativos ao contributo para os indicadores de resultado dos PO e outros indicadores relevantes dos projetos.</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público

## 21. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA AS DINÂMICAS DE TRANSFERÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CI, do PO CH, dos PO Regionais do Continente e do PDR</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais do Continente, AG do PDR, FCT, IAPMEI, ANI, representantes do Conselho Económico e Social (CIP - Confederação Empresarial de Portugal e CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (efetivos); CCP- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e UGT - União Geral de Trabalhadores (suplentes)</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional do Centro</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>28 de outubro de 2016</p> <p>1.º trimestre 2017</p> <p>270 dias</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	80 mil euros
Observações	

## 22. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo(s)		Avaliar o impacto dos apoios à modernização da administração pública, ao nível da introdução de TIC, da capacitação e da formação profissional, designadamente tendo em conta o investimento já efetuado durante o QREN e as áreas críticas em matéria de redução de custos de contexto.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto QREN e Processo PT2020 Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Continente ou Portugal
	Temático	PI 2.3 e PI 11.1
	Temporal	QREN (maior incidência) e PT2020
Contextualização/Justificação		Aferir se os instrumentos criados permitem direcionar o incentivo para áreas estratégicas da Administração Pública, com efeitos na redução efetiva dos custos de contexto, em particular considerando os resultados dos projetos apoiados no anterior quadro comunitário.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações de política, programáticas/regulamentares</li> <li>Relatórios anuais de execução dos PO</li> <li>Relatório intercalar da execução do Acordo de Parceria 2017</li> <li>Relatório intercalar da execução Acordo de Parceria 2019</li> <li>Relatório de Síntese dos resultados das avaliações, a apresentar à CE (2022)</li> </ul>
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Relevância:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os instrumentos de apoio são adequados à mudança que se pretende para a administração pública?</li> </ul> <p><b>Coerência externa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida, as intervenções a apoiar diferem, em termos de áreas de investimento, dos projetos apoiados no QREN?</li> <li>Há complementaridade face aos apoios atribuídos no âmbito do QREN?</li> </ul> <p><b>Eficácia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Considerando a evolução até ao momento, quais as áreas com maior impacto ao nível da redução dos custos de contexto para as empresas? Como aumentar a incidência dos apoios sobre essas áreas?</li> <li>Como potenciar os resultados do Sistema de Requalificação e a reintegração com sucesso dos trabalhadores?</li> <li>De que forma essas eventuais diferenças contribuem/influenciam os resultados a alcançar na Administração Pública?</li> </ul> <p><b>Eficiência operativa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Para que domínios estão a ser direcionados os apoios à formação? Para áreas onde existem maiores défices de competências ou áreas com maiores potencialidades tendo em conta os objetivos de modernização da Administração? Quais as áreas sobre as quais incidir?</li> </ul> <p><b>Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o impacto deste Sistema de Requalificação para a modernização da Administração Pública, designadamente na vertente da competitividade e internacionalização?</li> </ul> <p><b>Valor acrescentado europeu:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação?</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao QREN</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>ENEI – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente no QREN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Meta-Avaliação do primeiro ciclo de Avaliações do QREN e dos Programas Operacionais (2007-2013)”</li> <li>“Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013”</li> <li>“Avaliação Intercalar do PO FC – Programa Operacional Fatores de Competitividade”</li> </ul> </li> </ul>

## 22. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos sobre a temática a avaliar <i>(a especificar)</i></li> <li>• Sistema estatístico nacional e internacional                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- INE; AMA; INA, CCDR,...</li> </ul> </li> <li>• Referenciais metodológicos sobre avaliação <i>(Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</i></li> <li>• Informação no Sistema de Informação do PT2020 <i>(a especificar)</i></li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C  AD&C e AG do PO CI e dos PO Regionais do Continente
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais e Organismos Intermédios AD&C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	1º semestre 2018 1º semestre 2018 2 semestres
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	

23. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3): REDE E PRIMEIROS RESULTADOS		
Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar se a integração das ENEI/EREI no processo de implementação do PT2020 está a alcançar os objetivos esperados (ou a criar condições para os alcançar);</li> <li>Avaliar o processo de implementação, a adequação e a eficácia do modelo de governação adotado (numa lógica multinível que integra a governação da ENEI e das EREI com a governação estabelecida no AP) para alcançar os objetivos pretendidos;</li> <li>Identificar dimensões de integração das ENEI/EREI no PT2020 que carecem de ajustamento e melhoria.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Temática
Âmbito	Programático Territorial Temático Temporal	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR do Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR Portugal OT1, OT3, OT 8 e OT10 PT2020
Contextualização/Justificação		<p>No âmbito do OT 1 foi obrigatório o cumprimento de condicionalidade <i>ex ante</i> que se traduzia na existência de uma estratégia nacional ou regional de especialização inteligente. Por opção do Governo português foram desenvolvidas 7 Estratégias Regionais de Especialização Inteligente e uma Estratégia Nacional. Os domínios prioritários identificados nas ENEI/EREI constituem condição de admissibilidade ao nível das operações do OT 1 e de prioridade ao nível dos OT 3, OT 8 e OT 10 (2/3 da dotação FSE para formação avançada doutoral e pós-doutoral tem de estar alinhada com as prioridades ENEI/EREI).</p> <p>Pela primeira vez foi desenvolvida de forma coerente uma Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente com prioridades e objetivos claramente territorializados, pelo que assumindo-se como um modelo inovador no panorama de implementação dos Fundos estruturais, exige-se a criação de mecanismos de M&amp;A adequados.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para os Relatórios Intercalares do AP; Contributo para os Relatórios Anuais dos Fundos; Monitorização e propostas de ajustamento ao modelo de integração das EREI/ENEI no PT2020; Análises comparativas da COM; A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Crítérios e Questões de avaliação		<p><b>Eficiência operativa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os modelos de seleção de operações (critérios de seleção, condições de admissibilidade, mecanismos de ajustamento dos domínios prioritários) garantiram que foram efetivamente selecionadas as melhores candidaturas, à luz da sua qualidade mas também do contributo para a efetivação dos objetivos da ENEI e EREI aplicável?</li> <li>Os mecanismos de informação, dinamização e divulgação das ENEI/EREI implementados asseguraram o efetivo conhecimento sobre a existência e o modo de funcionamento das estratégias em causa junto dos públicos relevantes e promovem a sua participação?</li> <li>Os mecanismos de capacitação dos analistas das agências públicas relevantes contribuíram para a devida compreensão e interiorização dos objetivos e prioridades temáticas das ENEI/EREI?</li> <li>Os sistemas de acompanhamento e monitorização das operações permitem o ajustamento das estratégias (conteúdos e/ou operacionalização) em tempo útil?</li> <li>Qual a adequação e influência dos modelos de governação das ENEI/EREI na implementação e monitorização das mesmas no PT2020?</li> </ul> <p><b>Eficácia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o papel dos FEEI na concretização dos objetivos das ENEI/EREI nesta primeira fase de implementação do PT2020 (primeiras realizações)?</li> <li>Qual o contributo esperado da ENEI/EREI no cumprimento dos objetivos e metas nacionais em matéria de Crescimento Inteligente da Europa 2020? Quais os principais estrangulamentos?</li> <li>Quais os efeitos previsíveis ENEI/EREI no desenvolvimento dos respetivos Sistemas Regionais de I&amp;I, por via da definição de prioridades temáticas?</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> </ul>

<b>23. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3): REDE E PRIMEIROS RESULTADOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (<i>Cf. idem</i>)</li> <li><b>Documentos de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Textos da ENEI e das 7 EREI</li> <li>Guias metodológicos e operacionais da plataforma RIS3</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (<i>a especificar</i>)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b> (<i>a especificar</i>)</li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (<i>Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020"</i>)</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação de candidaturas, processo de seleção e realização física e financeira do PT2020 (Sistema de Monitorização do PT2020 e SI dos PO).</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C  AD&C Conselho Coordenador da ENEI
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	Entidades do Conselho Coordenador da ENEI (AD&C, AG dos PO Temáticos, AG dos PO Regionais, ANI, IAPMEI, FCT e AICEP), AG dos PDR e AG do PO MAR AD&C; 1 AG de um PO Temático e 1 AG de um PO Regional (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	1º semestre de 2017 1º semestre 2017 1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	

**24. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)**

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o impacto da aplicação dos FEEI na concretização das EREI e na consolidação e desenvolvimento dos 7 Sistemas Regionais de Investigação e Inovação;</li> <li>Avaliar o impacto da aplicação dos FEEI na concretização da ENEI e na consolidação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Investigação e Inovação;</li> <li>Avaliar a pertinência e eficácia dos mecanismos de governação e M&amp;A dos FEEI e da sua articulação com as EREI/ ENEI.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Territorial/Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira, PO MAR
	Territorial	Portugal
	Temático	OT1, OT3, OT 8 e OT10
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Esta avaliação deve atualizar a avaliação anterior, mas agora numa lógica de impacto. A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório Anual dos Fundos de 2019; Contributo para o Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022); Reflexão para a preparação do período de programação pós 2020; Reflexão no âmbito do Conselho Coordenador da ENEI/ EREI; CIC; Divulgação de resultados do PT2020
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Sistemas Regionais de I&amp;I (SRI&amp;I):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de penetração dos instrumentos de apoio FEEI em cada uma das EREI? Como foi promovido a potenciação dos FEEI e a dinamização de outras fontes de financiamento das EREI? Os mecanismos de valorização da inserção em RIS3 foram os mais adequados?</li> <li>As candidaturas aprovadas e executadas com FEEI foram as mais adequadas face aos objetivos de cada uma das EREI (e prioridades temáticas identificadas)? Os instrumentos de apoio e o modo de implementação foram os mais adequados?</li> <li>O modelo de governação e de M&amp;A permitiu a concretização dos objetivos e metas definidas? Que aspetos a melhorar?</li> <li>Quais os resultados obtidos ao nível: i) superação das ameaças e dos constrangimentos identificados nos Sistemas Regionais; ii) potenciação dos pontos forte e das oportunidades; iii) potenciação das dinâmicas, das redes e sinergias/ cooperação entre Empresas e Instituições de I&amp;D e outros atores relevantes do SRI&amp;I?</li> <li>Quais os impactos gerados ao nível: i) I&amp;D; ii) inovação; iii) Estrutura económica regional e internacionalização; iv) empreendedorismo qualificado;</li> <li>Quais as melhorias verificadas em termos de posição competitiva (I&amp;I) da Região em Portugal e na Europa? Qual o grau de sustentabilidade das melhorias?</li> </ul> <p><b>Sistema Nacional de I&amp;I:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo global dos FEEI para a implementação da ENEI? Como foi promovido a potenciação dos FEEI e a dinamização de outras fontes de financiamento? Os mecanismos de valorização da inserção em RIS3 foram os mais adequados?</li> <li>Os mecanismos implementados no PT2020 ao nível da admissibilidade, despesas elegíveis, beneficiários, tipologias de projeto, seleção, financiamento e acompanhamento foram os mais adequados para promover a concretização dos objetivos da ENEI?</li> <li>O modelo de governação e de M&amp;A permitiu a concretização dos objetivos e metas definida? Permitiu a implementação de uma lógica multinível, integrando os modelos adotados em cada uma das 7 regiões? Que aspetos a melhorar?</li> <li>Quais os resultados obtidos em Portugal, ao nível do SNI&amp;I: i) superação das ameaças e dos constrangimentos identificados; ii) potenciação dos pontos forte e das oportunidades; iii) potenciação das dinâmicas, das redes e sinergias/ cooperação entre Empresas e Instituições de I&amp;D e outros atores relevantes do SNI&amp;I?</li> <li>Quais os impactos gerados em Portugal, ao nível de: i) I&amp;D; ii) inovação; iii) Estrutura económica regional e internacionalização; iv) empreendedorismo qualificado;</li> <li>Qual o grau de concretização dos 5 objetivos estruturantes (i) A promoção do potencial da base de conhecimentos científicos e tecnológicos; ii) O fomento da cooperação entre as instituições de I&amp;D públicas e privadas e entre empresas, com o reforço da política de clusterização e a promoção da transferência e circulação do conhecimento, para melhoria do nível de intensidade tecnológica e de conhecimento dos bens</li> </ul>

**24. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAL E REGIONAIS DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)**

	<p>e serviços produzidos; iii) A aposta em bens e serviços transacionáveis e com valor acrescentado, a internacionalização das empresas e a diversificação de mercados; iv) O fomento do empreendedorismo, promovendo a criação do emprego e a qualificação de recursos humanos; v) A transição para uma economia de baixo teor de carbono).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os impactes gerados permitiram que a ENEI potenciase e complementasse as prioridades das EREI e promovesse a coerência global da Estratégia em torno do desenvolvimento dos Sistemas Nacionais e Regionais de I&amp;I?</li> <li>Quais as melhorias verificadas em termos de posição competitiva (I&amp;I) de Portugal na Europa e no Mundo? Qual o grau de sustentabilidade das melhorias?</li> <li>Qual a avaliação global na implementação de foco temático (e diferenciação territorial) nos apoios à I&amp;D&amp;I, em alinhamento com as Estratégias Nacional e Regionais de I&amp;I? Que recomendações para o futuro?</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eventuais ajustamentos introduzidos na ENEI/ 7 EREI;</li> <li>Avaliações intercalares dos PO Regionais e Temáticos e outras avaliações temáticas relevantes;</li> <li>Estudos e outros trabalhos relevantes desenvolvidos no âmbito dos Sistemas de M&amp;A da ENEI e das 7 EREI;</li> <li>Informação de candidaturas, processo de seleção e realização física e financeira do PT2020 (Sistema de Monitorização do PT2020 e SI dos PO).</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C e/ou Conselho Coordenador da ENEI</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>Entidades do Conselho Coordenador da ENEI (AD&amp;C AG dos PO Temáticos, AG dos PO Regionais, ANI, IAPMEI, FCT e AICEP), AG dos PDR e do PO MAR</p> <p>AD&amp;C, 1 AG do PO Temático e 1 AG do PO Regional</p> <p>(A ponderar)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2º semestre de 2018</p> <p>1º semestre 2019</p> <p>2 semestres</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	



25. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO		
Objetivo(s)		Dada a relevância assumida pela internacionalização no PT2020, esta avaliação tem como objetivo aferir os resultados dos apoios à Internacionalização da economia, quer ao nível das empresas, quer das entidades não empresariais do Sistema de I&I, quer ao nível da redução dos custos de contexto, considerando as características da procura e a evolução das tendências de especialização.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira
	Territorial	Continente ou Portugal
	Temático	QREN PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 8.5
	Temporal	QREN e PT2020 (maior incidência)
Contextualização/Justificação		Esta avaliação permite aferir se a forma como os apoios estão a ser atribuídos tende a maximizar os resultados ao nível da internacionalização das empresas e da sua penetração em novos mercados, designadamente face à experiência do QREN (tendo em conta já os primeiros resultados da avaliação de impacto contrafactual).
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Decisões de gestão, programáticas e de política, Relatório anual de execução, Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria em 2019 e Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022).
Critérios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como se caracteriza a procura aos apoios públicos à Internacionalização, em particular a partir de 2008? Em que medida é que o seu perfil difere/afeta os objetivos definidos pelo PT2020? Os instrumentos criados são adequados e permitem atingir os resultados previstos? (eficiência operativa)</li> <li>• Os instrumentos criados (incluindo da Inovação produtiva e ações coletivas) contribuem para a penetração no mercado internacional, para a melhoria do perfil de especialização do país e para o acréscimo do valor acrescentado nos produtos produzidos e exportados? Esse contributo é reforçado face à experiência do QREN? (<b>eficácia</b>)</li> <li>• Qual a relevância dos projetos simplificados de internacionalização na estratégia de internacionalização da empresa? (relevância)</li> <li>• Qual o impacto e sustentabilidade dos apoios aos projetos conjuntos de internacionalização apoiados no QREN, ou seja, quais os resultados para as empresas participantes? Houve efetivamente entrada em novos mercados após a participação em projetos conjuntos? Como potenciar esses efeitos nos atuais projetos conjuntos de internacionalização? (impacto e sustentabilidade)</li> <li>• No que concerne à melhoria das capacidades organizativas e nas competências empresariais, quais as áreas que deveriam beneficiar de maior incidência de apoios a fim de potenciar as capacidades de internacionalização das empresas? (eficiência operativa)</li> <li>• Qual o impacto dos investimentos previstos nos Transportes na ligação das empresas aos mercados internacionais e na redução dos custos (incluindo tempo) de transporte e logística? (impacto)</li> <li>• No âmbito da Administração Pública, os apoios estão a ser direcionados para a prestação de serviços mais eficazes e de maior qualidade, com benefícios para as empresas e empreendedores que pretendam atuar ou atuem no mercado internacional? (eficiência operativa)</li> <li>• No que concerne à Ciência, os apoios disponíveis permitem potenciar a visibilidade da I&amp;D realizada em Portugal e a internacionalização do Sistema de I&amp;I, designadamente potenciando a atuação das entidades não empresariais em redes e plataformas internacionais de conhecimento e a sua participação em projetos de I&amp;D de âmbito internacional? (eficácia?)</li> <li>• Na área da internacionalização, as ações coletivas apoiadas têm contribuído, através da produção de bens públicos, para o sucesso da internacionalização das PME, para um melhor conhecimento dos mercados e para a valorização da oferta portuguesa no exterior? (eficácia)</li> <li>• Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? (<b>valor acrescentado europeu</b>)</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li>• <b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b></li> <li>• <b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> (a especificar)</li> <li>• <b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente no QREN:</b> (a especificar)</li> </ul>

**25. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudos sobre a temática a avaliar:</b> <i>(a especificar)</i></li> <li>• <b>Sistema estatístico nacional e internacional:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- INE; CCDR, Conselho Coordenador da ENEI,...</li> </ul> </li> <li>• <b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação sobre candidaturas e projetos aprovados, compromisso, execução e pagamentos (investimento, investimento elegível e incentivo);</li> <li>- Caracterização dos promotores, no ano pré e pós projeto, incluindo informação sobre Volume de negócios, volume de negócios internacional; VBP; VAB; Resultados Operacionais; Resultados Antes de Impostos; Resultados Líquidos; EBE; Ativo Tangível e Intangível; Amortizações; Ativo Total; Capitais Próprios, Passivo Total; PT Totais e PT Qualificados;</li> <li>- Informação sobre a CAE do projeto, dimensão da empresa e localização;</li> <li>- Calendarização do projeto;</li> <li>- Pontuações obtidas nos critérios de seleção;</li> <li>- Lista de despesas elegíveis de cada projeto;</li> <li>- Informação sobre os mercados de destino das empresas no pré e no pós-projeto, bem como os mercados de atuação dos projetos conjuntos e das ações coletivas.</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso limitado por prévia qualificação
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C ou AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos), conforme a avaliação abranja os PO das Regiões Autónomas ou se restrinja ao Continente.</p> <p>AD&amp;C e AG do PO CI (enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos)</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais e Organismos Intermédios</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CI e 1 AG do PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2º semestre 2017</p> <p>1º semestre 2018 (a ponderar atualização no 1º semestre 2022)</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	

**26. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)**

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEL alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEL e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Ex ante Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO Regionais, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira
	Territorial	Portugal  No âmbito do FEDER, os instrumentos financeiros previstos para o apoio direto às empresas são enquadrados nas Prioridades de Investimento: <ul style="list-style-type: none"> <li>PI 1.2 “Promoção do investimento das empresas na I&amp;D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral”, no PO da Madeira (instrumentos de dívida e capitalização);</li> <li>PI 3.1 “A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas”, nos PO Regionais de Lisboa, Algarve, Açores e Madeira (instrumentos de dívida e capitalização) e no PO CI (instrumentos de capitalização);</li> <li>PI 3.2 “O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização”, em todos os PO Regionais (instrumentos de dívida e capitalização);</li> <li>PI 3.3 “A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços”, em todos os PO Regionais (instrumentos de dívida e capitalização);</li> <li>PI 3.4 “A concessão de apoio à capacidade das PME para crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação” no PO Açores (instrumentos de dívida e capitalização).</li> </ul> No âmbito do FEADER, o enquadramento faz-se nas medidas 4 – Investimentos em ativos físicos, 6 – Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas e 8 – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e melhoria da viabilidade das florestas, com instrumentos de dívida mobilizados no PDR do Continente e das Regiões Autónomas.
	Temático	
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEL) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</b></p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p><b>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</b></p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção</p>

**26. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)**

	<p>limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p><b>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</b></p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p><b>D. Lições adquiridas:</b></p> <p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p><b>E. Estratégia de investimento:</b></p> <p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p><b>F. Resultados e sistema de monitorização:</b></p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&amp;A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p><b>G. Atualização da avaliação ex ante:</b></p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Sistema de Informação dos PO (QREN):</b> informação sobre a execução do QREN: dados sobre projetos apoiados no PO FC e no PRODER (identificação do promotor, NIF, dimensão, localização, eixo/medida, CAE, designação do projeto, valor do investimento elegível, contactos).</li> <li>• <b>Outra informação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Documentos de Programação PT2020: Dotações indicativas de FEEI por Fundo, PO, PI e tipologia de IF.</li> <li>- Documentação técnica produzida pela IFD: "Contributo da Comissão Instaladora da IFD para o texto do Acordo de Parceria PT2020 e Programas Operacionais"</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CI, dos PO Regionais e dos PDR</p>

**26. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA APOIOS DIRETOS ÀS EMPRESAS (LOTE 1)**

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	AD&C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO CI e dos PO Regionais; GPP (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – PDR do Continente e Perito), IAPMEI, IP, AICEP, EPE, Turismo de Portugal, IP, Banco de Portugal e Conselho Económico e Social (CIP, CAP, CCP, CTP).
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>15 julho 2014</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>192 dias (cento e noventa e dois dias)</p>
Fonte de financiamento	PO AT FEDER
Custo (Valor máximo indicativo)	<p>Preço base: 120.000€ (cento e vinte mil euros)</p> <p>Preço contratualizado: 101.000€ (cento e um mil euros)</p>
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF, a realizar em 2017, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

## Anexo 6

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:  
Avaliações temáticas no domínio da Inclusão Social e Emprego

30. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO		
Objetivo(s)	Avaliar o efeito das políticas públicas no estímulo ao empreendedorismo, nomeadamente ao nível do investimento produtivo e da criação de emprego	
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	PO CI, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores e PO Madeira Continente ou Portugal <u>Objetivo temático 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</u> PI 8.3 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras <i>Tipologias de ações: criação de emprego por conta própria</i> PI 8.8 - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas <i>Tipologias de ações: criação de micro e pequenas empresas</i> <u>Objetivo temático 3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)</u> PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas <i>Tipologias de ações: ações de apoio ao empreendedorismo; ações de apoio à incubação e aceleração de empresas</i> Serão ainda consideradas: PI 3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização <i>Tipologias de ações: ações de apoio à internacionalização; ações de apoio a redes e ações coletivas</i> PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços <i>Tipologias de ações: ações de apoio direto à qualificação e inovação nas empresas</i> <u>Objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</u> PI 9.6 e PI 9.10 – Investimentos no contexto de estratégias DLBC
	Temático	QREN e PT2020
	Temporal	
Contextualização/Justificação	Dada a relevância do investimento no PT2020 na promoção do empreendedorismo como motor da criação de empresas e da criação de emprego e dada ainda a complexidade derivada da existência de intervenções para as quais contribuem financiamentos FEDER e FSE (que têm as suas próprias lógicas e cujos objetivos se devem complementar), importa avaliar o efeito das políticas públicas no estímulo à criação de novas empresas e novos negócios (preferencialmente intensivos em conhecimento e tecnologia) bem como o apoio ao investimento de pequena dimensão para a expansão de pequenas e micro empresas. É igualmente importante avaliar o efeito ao nível da criação de emprego por conta própria, incluindo a referente aos negócios criados por parte de desempregados (especialmente os de longa duração) e de jovens à procura do primeiro emprego.	
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	Relatório intercalar AP 2019; Relatório execução 2019; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022) A avaliação deverá produzir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.	
Critérios e Questões de avaliação	<p><b>Relevância:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida os objetivos das intervenções de apoio ao empreendedorismo dão resposta às necessidades dos beneficiários e são prioritárias para os territórios?</li> </ul> <p><b>Coerência externa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções de apoio ao empreendedorismo e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território?</li> </ul> <p><b>Coerência interna:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As ações das intervenções de apoio ao empreendedorismo constituem um conjunto coerente entre si e adequado para atingir os objetivos a que se propõem?</li> </ul> <p><b>Eficácia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais os efeitos dos apoios ao empreendedorismo na: <ul style="list-style-type: none"> <li>criação de empresas?</li> <li>criação de emprego?</li> <li>diminuição do desemprego (especialmente o de longa duração e o jovem)?</li> <li>aumento de uma cultura empreendedora?</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Eficiência:</b></p>	

30. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os resultados das intervenções de apoio ao empreendedorismo foram alcançados com o mínimo de recursos?</li> </ul> <p><b>Impacto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Que mudanças podem ser observadas em relação aos objetivos das intervenções?</li> <li>Que impactos para as regiões com estas medidas de apoio?</li> <li>Como é que as intervenções causaram essa mudança?</li> <li>Em que medida as mudanças observadas podem ser atribuídas a determinadas intervenções?</li> </ul> <p><b>Valor acrescentado europeu:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação?</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos designios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria (pode incluir Contrafactual, caso se venha a conseguir obter a informação necessária)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao QREN</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente no QREN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>"Meta-Avaliação do primeiro ciclo de Avaliações do QREN e dos Programas Operacionais (2007-2013)"</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b> (a especificar)</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas apoiadas nas prioridades de investimento 8.3, 8.8 e 3.1</li> <li>Investimento elegível e fundo comunitário aprovado no âmbito das prioridades de investimento 8.3, 8.8, 3.1, 3.2, 3.3, 9.6 e 9.10</li> <li>Número de postos de trabalho criados no âmbito das prioridades de investimento 8.3, 8.8, 3.1, 3.2, 3.3, 9.6 e 9.10</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG do PO ISE, IEF, Portugal Inovação Social, CIM e 1 representante dos GAL</p> <p>AD&amp;C e AG do PO ISE</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2º semestre 2017</p> <p>1º semestre 2018</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	



**31. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, PARA O MICROEMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO E PARA OS EMPRÉSTIMOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (LOTE 2)**

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Ex ante Temática
Âmbito	Programático	PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	<u>No âmbito do FSE</u> , os instrumentos financeiros previstos são enquadrados nas Prioridades de Investimento: <ul style="list-style-type: none"> <li>– PI 9i. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade</li> <li>– PI 9.v. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego</li> <li>– PI 8.iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras</li> <li>– PI 8.a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas</li> <li>– PI 10ii. Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas</li> </ul>
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Relatório intercalar AP 2019; Relatório execução 2019; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022) A avaliação deverá produzir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</b></p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p><b>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</b></p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p><b>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</b></p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p><b>D. Lições adquiridas:</b></p>

**31. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, PARA O MICROEMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO E PARA OS EMPRÉSTIMOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR (LOTE 2)**

	<p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p><b>E. Estratégia de investimento:</b></p> <p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p><b>F. Resultados e sistema de monitorização:</b></p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&amp;A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p><b>G. Atualização da avaliação ex ante:</b></p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentos de Programação e execução do PT2020</li> <li>• Documentação técnica produzida pelo Grupo de Trabalho do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social no âmbito do Programa Portugal Inovação Social</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<p>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</p> <p>AD&amp;C</p> <p>• Coordenação do follow-up das recomendações</p> <p>AD&amp;C</p> <p>• Comunicação dos resultados</p>
Constituição do:	<p>• Grupo de Acompanhamento</p> <p>AD&amp;C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO ISE e dos PO Regionais, IAPMEI, IP, IEFP, IP e ISS, IP</p> <p>• Júri do Concurso</p> <p>AD&amp;C</p> <p>• Comité Científico</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	<p>• Lançamento do concurso</p> <p>15 julho 2014</p> <p>• Início da Avaliação</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>• Duração da Avaliação</p> <p>9 meses</p>
Fonte de financiamento	PO AT FSE
Custo (Valor máximo indicativo)	<p>Preço base: 60.000€ (sessenta mil euros)</p> <p>Preço contratualizado: 53.565€ (cinquenta e três mil e quinhentos e sessenta e cinco euros)</p>
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF, a realizar previsivelmente em 2017, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

## Anexo 7

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações temáticas no domínio do Capital Humano

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA		
Objetivo(s)	Avaliar o impacto dos apoios dos fundos à formação avançada de ativos, através das bolsas de doutoramento e pós doutoramento, bem como dos programas doutorais, para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional e para a melhoria da capacidade competitiva da economia portuguesa.	
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto / Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO PH (QREN) PO CH e PO Norte, PO Centro e PO Alentejo (PT2020)
	Territorial	Portugal
	Temático	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Operacional Potencial Humano (QREN): Eixo 4 – Tipologia 4.1: Bolsas de Formação Avançada</li> <li>Programa Operacional Capital Humano e Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo (PT2020): Eixo Prioritário 2 – PI 10.2. – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior, com vista aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas.</li> </ul> <p>No âmbito do PO CH, os programas de formação avançada, nomeadamente Bolsas Individuais de Doutoramento (BD), Doutoramento em Empresas (BDE) e de Pós-Doutoramento (BPD) e os Programas de Doutoramento desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior (IES), que incluem Bolsas de Doutoramento (BD), Bolsas de Investigação (BI) e Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE) (quando alinhados com as prioridades nacionais da Estratégia de I&amp;I para a Especialização Inteligente ou para operações multiregiões, quando situadas nas regiões menos desenvolvidas do Continente);</p> <p>No âmbito dos PO Regionais do Continente, os apoios a Programas de Doutoramento, quando alinhados com as prioridades regionais da Estratégia de I&amp;I para a Especialização Inteligente (RIS3), nas operações localizadas na respetiva região de validação.</p>
	Temporal	Período QREN, complementado pelo período PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Portugal tem vindo a investir de forma muito relevante e crescente (pelo menos até 2011, abrindo nos anos seguintes, mas ainda a níveis elevados) no apoio à formação avançada como instrumento nuclear de suporte ao desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional, sendo que os fundos estruturais, em particular o FSE, tem desempenhado um papel chave para este efeito. Esse esforço refletiu-se num crescimento muito relevante do n.º de bolsiros apoiados – segundo dados da FCT, o n.º de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento mais do que duplicou entre 2006 e 2013 (passou de cerca de 5.200 bolsas em execução para mais de 10.500 no último ano), levando também a uma duplicação grosso modo do investimento anual. Nesse mesmo período foram apoiadas 12.745 bolsas de formação avançada no âmbito do QREN, das quais 11.665 pelo POPH (dados do boletim informativo do QREN n.º 27), implicando um investimento do FSE próximo de 400 M€ nesse período.</p> <p>Neste contexto, o ritmo de formação de doutorados entre 2005 e 2011, medido pelo número de novos doutorados por mil habitantes no escalão etário de 25 a 34 anos, quase duplicou, passando de 0,6 para 1,1. Este corresponde a um dos ritmos mais acelerados de crescimento no conjunto da UE, cuja média passou de 1,4 para 1,7 no mesmo período.</p> <p>Note-se, no entanto, que Portugal apresenta uma das mais baixas proporções de doutorados na população em idade de trabalhar – 3,9 por mil habitantes, em 2009, de acordo com a OCDE –, cerca de metade do que se verifica em Espanha ou na Finlândia, e cerca de ¼ do registado na Alemanha. Para além do atraso de partida no stock de pessoas com este nível de qualificação, o ritmo de formação de novos doutorados permaneceu, também, ainda aquém da média europeia.</p> <p>Reconhecendo-se o papel chave deste investimento para a consolidação do sistema científico e tecnológico do país, também tem sido apontado sistematicamente como um fator crítico para um efeito reprodutivo menor do que o esperado no desenvolvimento do país a insuficiente articulação entre este esforço de qualificação avançada e o tecido produtivo. O principal indicador que é geralmente apontado para essa situação prende-se com a escassa percentagem de doutorados inseridos em empresas – segundo o estudo “A empregabilidade dos doutorados nas empresas portuguesas”, esse valor tem vindo a crescer mas não chega a 10% no último ano analisado (2012).</p> <p>Este contexto geral justificou a continuação de uma aposta relevante do PT2020 no apoio à formação avançada e visando reforçar a articulação com o tecido produtivo, razão pela qual se definiu como objetivo alocar pelo menos 2/3 do FSE previsto para o efeito a programas doutorais e só o restante a bolsas individuais, por se entender ser essa uma forma de estimular essa maior articulação. O PT2020 prevê ainda um reforço das medidas de estímulo à contratação de doutorados pelas empresas.</p> <p>A realização desta avaliação de impacto, num momento em que a implementação dos PO do PT2020, incluindo do PO CH, está ainda nos seus primeiros anos, prende-se com o facto dos apoios comunitários</p>

### 32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA

	<p>concedidos a esta política pública não terem sido objeto de qualquer avaliação temática específica recente, designadamente no âmbito do período de programação anterior, sendo uma área que continua a ter uma relevante expressão nos investimentos programados no Portugal 2020.</p> <p>Portugal tem vindo a investir de forma muito relevante e crescente (pelo menos até 2011, abrindo nos anos seguintes, mas ainda a níveis elevados) no apoio à formação avançada como instrumento nuclear de suporte ao desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional, sendo que os fundos estruturais, em particular o FSE, têm desempenhado um papel chave para este efeito. Esse esforço refletiu-se num crescimento muito relevante do número de bolseiros apoiados – segundo dados da FCT, as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento mais do que duplicaram entre 2006 e 2013 (cerca de 5.200 bolsas para mais de 10.500), levando também a uma duplicação grosso modo do investimento anual. Nesse mesmo período foram apoiadas 12.745 bolsas de formação avançada no âmbito do QREN, das quais 11.665 pelo POPH (dados do boletim informativo do QREN n.º 27), implicando um investimento do FSE próximo de 400 M€ nesse período.</p> <p>A 30 de Junho de 2016 a execução física e financeira relativa às bolsas de Formação avançada QREN – tipologia de intervenção 4.1 é de cerca de 10 000 de participantes para uma despesa de cerca de 348 milhões de euros.</p> <p>A 30 de Setembro de 2016, o fundo executado das Bolsas de Formação Avançada (Doutoramento e Pós Doutoramento em POCH Eixo 2 – Tipologia de Operação 2.4 era de 45 M€ tendo sido abrangidos 3531 bolseiros. Este número de bolseiros corresponde não a novos bolseiros apoiados mas a bolseiros de continuidade relativamente aos que tinham sido aprovados e apoiados no anterior período de programação (QREN/POPH).</p> <p>Considerando, assim, esta aposta continuada do PT2020 no financiamento desta área, mas com alterações substantivas que se pretendem imprimir nos apoios a conceder, bem como o fato de no anterior período de programação esta não ter sido alvo de uma avaliação temática específica, entende-se ser fundamental promover uma avaliação sobre a mesma, para verificar em que medida o caminho seguido é o mais adequado e introduzir ainda neste período de programação as alterações que forem consideradas necessárias ou indispensáveis.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<p>Relatório intercalar AP 2017</p> <p>Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>Relatórios anuais de execução dos PO abrangidos</p> <p>Relatório Final de Execução (atualização)</p>
Critérios e Questões de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério A – Relevância:</b></li> </ul> <p>Questão 1: Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (QREN e PT2020) foram/são adequados e coerentes com os problemas/necessidades diagnosticadas e recomendações no âmbito da formação avançada?</p> <p>Questão 2: Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (PT2020) são adequados para potenciar os resultados verificados/alcançados durante o ciclo de financiamento QREN?</p> <p>Questão 3: Em que medida os apoios definidos e concretizados no âmbito da formação avançada (QREN/PT2020) se ajustam às respetivas prioridades da política pública objeto desta avaliação e enquadradas por objetivos, referências e estratégias (globais e específicos)?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério B - Eficácia:</b></li> </ul> <p>Questão 4: As intervenções realizadas alcançaram os objetivos específicos no âmbito da programação QREN em matéria de formação avançada?</p> <p>Questão 5: Como foram atingidos esses resultados atendendo à natureza específica e global dos objetivos definidos no âmbito da política pública para a Formação Avançada?</p> <p>Questão 6: Que mudanças se observaram em relação aos objetivos da intervenção? A que se devem essas mudanças? E que papel teve a intervenção nessas mudanças?</p> <p>Questão 7: O que pode ser feito/recomendações para que a intervenção presente (PT2020) possa alcançar melhores resultados do ponto de vista da eficácia?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério C - Eficiência:</b></li> </ul> <p>Questão 8: A dimensão financeira bem como as formas de financiamento/atividades financiadas adotadas foram adequadas e suficientes para fazer face aos objetivos da política pública em causa?</p> <p>Questão 9: Face ao conjunto de realizações e resultados obtidos (QREN/PT2020) como se avalia a mobilização de recursos empregues durante as intervenções?</p> <p>Questão 10: Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério D - Impacto:</b></li> </ul> <p>Questão 11: Quais são as consequências e os contributos (globais e específicos) do apoio à formação avançada (QREN e PT2020), tendo em conta os efeitos (esperados e não esperados; diretos e indiretos; multiplicadores; de curto, médio e longo prazo)?</p>

32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA	
	<p>Questão 12: Que tipos de mudanças se verificaram no período compreendido da avaliação, resultantes das intervenções em avaliação?</p> <p>Questão 13: Que contextos socioeconómicos enquadraram e sustentaram essas mudanças?</p> <p>Questão 14: Essas mudanças implicaram algum tipo de efeitos no contexto socioeconómico?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Critério E – Valor Acrescentado Europeu:</b></li> </ul> <p>Questão 15: Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no contexto nacional das políticas públicas em Formação Avançada?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Informação relativa ao QREN</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li>• <b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- «ENEI - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente»</li> <li>- Documento e regulamentação nacional específica de enquadramento da formação avançada, disponível nomeadamente no site da FCT.</li> </ul> </li> <li>• <b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013”</li> <li>- “Avaliação do Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME”</li> </ul> </li> <li>• <b>Estudos sobre a temática a avaliar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “A empregabilidade dos doutorados nas empresas portuguesas”, Advanced Business Services, 2015.</li> </ul> </li> <li>• <b>Sistema estatístico nacional e internacional</b></li> <li>• <b>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação administrativa a disponibilização da seguinte informação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação FCT sobre os apoios globais concedidos à formação avançada para o mesmo período (n.º de bolseiros apoiados, segundo as áreas em que realizaram as mesmas, a data de conclusão da sua formação, o tipo de bolsa, etc.);</li> <li>- Inquérito aos doutorados – CDH – Careers on doctorate holders;</li> <li>- RENATES – Registo Nacional de Temas de Tese de Doutoramento em curso e de Doutoramentos concluídos;</li> <li>- IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional;</li> <li>- MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Quadros de pessoal – doutorados em empresas);</li> <li>- DGEEC - Doutorados no ensino secundário;</li> <li>- SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&amp;D Empresarial.</li> </ul> </li> <li>• <b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li>• <b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> Informação sobre os apoios concedidos à formação avançada entre 2006 e 2016, sendo as principais variáveis de análise os dados nominais dos bolseiros apoiados, e respetivas características pessoais, e de percurso formativo (áreas em que realizaram a formação, data de início e de data de conclusão, tipo de bolsa, etc.).</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AG PO CH</p> <p>AD&amp;C e AG PO CH</p>

**32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DOS FEEI PARA A FORMAÇÃO AVANÇADA**

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AG PO CH (coordenação), AD&amp;C, FCT, AG do PO ISE, AG dos PO Regionais do Norte, Centro e Alentejo e DGEEC</p> <p>AG do PO CH, AD&amp;C e FCT</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2º semestre 2016</p> <p>1º semestre 2017</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	A ponderar a atualização desta avaliação no decorrer do período do PT2020



33. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO / FORMAÇÃO		
Objetivo(s)		<p>Avaliar a implementação das intervenções destinadas à melhoria da qualidade do sistema de educação e de formação, em particular através do apoio à formação de docentes, gestores escolares e outros agentes de educação, ao desenvolvimento dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), à promoção da autonomia das escolas e às medidas de promoção de um maior e melhor ajustamento entre a oferta de qualificações e a procura pelo tecido produtivo.</p> <p>Avaliar o contributo dos apoios FEDER dos POR no domínio do capital humano para a melhoria da qualidade do sistema de educação/formação.</p>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	<p>Processo</p> <p>Temática</p>
Âmbito	Programático	PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	<p>Regiões menos desenvolvidas ou Portugal</p> <p>Domínio Temático Capital Humano:</p> <p>OT 10 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida:</p> <p>PI 10.1. – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação.</p> <p>2.4.1. Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficiência do sistema de educação e de formação.</p> <p>Ações PO CH: Programas de promoção da autonomia escolar; Desenvolvimento de serviços de psicologia e orientação; Formação de docentes e outros agentes de educação e formação; Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa.</p> <p>Ações PO Regionais (regiões menos desenvolvidas): Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar; Medidas de promoção de um maior e melhor ajustamento entre a oferta de qualificações e a procura pelo tecido produtivo; tipologias de operação apoiadas pelo FEDER no domínio do capital humano (artigo 38º da Portaria n.º 60-C/2015).</p> <p>Ações PO Lisboa e Algarve: Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar; tipologias de operação apoiadas pelo FEDER no domínio do capital humano (artigo 38º da Portaria n.º 60-C/2015).</p>
	Temático	
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>O grande enfoque de mudança no domínio do capital humano relativamente ao passado (POPH - QREN) é a aposta acrescida na melhoria da qualidade do ensino e formação como forma de promover mais e melhor sucesso educativo, reduzindo o abandono e elevando os níveis de qualificação dos jovens e adultos, promovendo por essa via a sua empregabilidade. Por este motivo importa avaliar até que ponto a aposta nesta área, incluindo as novas tipologias de intervenção (e/ou que no anterior período não foram objeto de cofinanciamento comunitário ou foram-no com outro enfoque), vocacionadas para promover a elevação da qualidade da formação ministrada, estimulando a inovação, a autonomia das escolas, os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), entre outras ações, estão a ser implementadas no terreno e com que resultados já atingidos.</p> <p>Esta avaliação de processo justifica-se pelo papel estratégico que as intervenções nesta área podem e devem desempenhar como alavancas para a produção de melhores resultados nas restantes ações do domínio do capital humano.</p> <p>Importa ainda verificar em que medida os investimentos FEDER entretanto já aprovados neste domínio vão ao encontro também desta necessidade de reforço da qualidade do sistema de educação e formação, respeitando o mapeamento dos investimentos previstos e contribuindo para melhorar as condições de eficácia e eficiência de outras tipologias de operação financiadas neste domínio, como os TeSP.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Relatórios Anuais de Execução</p> <p>Relatório(s) Final(ais) de Execução (caso seja objeto de atualização)</p> <p>Introdução de ajustamentos processuais e de programação que se evidenciem necessários</p>
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Transversal aos diferentes tipos de operação nesta área:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o grau da adequação das operações selecionadas face às necessidades de melhoria da qualidade do sistema de educação e formação em Portugal, designadamente para a melhoria do desempenho dos alunos, para a redução das taxas de desistência/abandono escolar, para o aumento da proporção de alunos em vias profissionalizantes, nos diferentes territórios? (<b>eficiência operativa</b>)</li> </ul>



### 33. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO / FORMAÇÃO

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida as regras e orientações dadas para efeitos de candidatura, seleção e implementação das operações aprovadas são coerentes com os objetivos, prioridades e metas definidas nesta área? (eficiência operativa)</li> <li>Em que medida os instrumentos de divulgação/comunicação junto dos potenciais beneficiários foram efetivos no seu envolvimento e alinhamento com os objetivos, prioridades e metas definidas nesta área? (eficiência operativa)</li> <li>Em que medida os instrumentos de articulação entre Autoridades de Gestão e destas com os organismos responsáveis pela execução ou regulação das ações apoiadas pelos fundos nesta área foram adequados para assegurar complementaridades e/ou sinergias, evitando sobreposições entre intervenções a atuar sobre o mesmo tipo de constrangimento ou território? (eficiência operativa)</li> <li>Qual o contributo potencial ou já verificado do apoio dos fundos nesta área para a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação em Portugal? (eficácia)</li> <li>Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI para o aumento da qualidade do ensino/formação (Valor Acrescentado Europeu)</li> <li>A intervenção foi economicamente compensadora, tendo em conta possíveis alternativas para a aplicação dos recursos disponíveis? (eficiência)</li> <li>Qual a <b>sustentabilidade</b> das operações apoiadas após o final do mesmo?</li> </ul> <p><b>Tipologia de intervenção: Formação de docentes, gestores escolares, formadores e outros agentes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida as áreas de formação financiadas, destinadas aos docentes, estão alinhadas com as necessidades institucionais, regionais e nacionais (eficiência operativa)?</li> <li>Em que medida a estratégia nacional de formação dos docentes e gestores escolares está alinhada com os objetivos da política de educação e formação, previstas no domínio do capital humano, ao nível da melhoria dos resultados escolares dos alunos/formandos, do combate ao abandono escolar, da elevação das qualificações dos adultos e da melhoria da qualificação do sistema de ensino? (relevância)</li> <li>Em que medida a formação nesta área está a contribuir para melhorar o desempenho dos alunos/formandos (eficácia)?</li> <li>Em que medida os procedimentos aplicados à análise das candidaturas a esta tipologia está permitir uma adequada seleção das mesmas, ponderando outras experiências nesta área (eficiência operativa)?</li> <li>Em que medida as áreas/conteúdos programáticos da formação dos gestores escolares permitem contribuir para a melhoria do seu desempenho profissional enquanto gestores e, consequentemente, para a melhoria da qualidade do sistema educativo (eficiência operativa)?</li> </ul> <p><b>Tipologia de intervenção: SPO – Serviços de Psicologia e Orientação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida o apoio aos SPO (formação e aquisição/produção de instrumentos) está a incidir nos agrupamentos escolares com menor cobertura desse serviço face ao número de alunos e/ou onde são mais elevados os níveis de abandono escolar (eficiência operativa)?</li> <li>Em que medida o apoio à contratação de psicólogos foi acompanhado pelo desenvolvimento de instrumentos técnicos capazes de maximizarem a sua ação, bem como melhorar a sua monitorização (eficiência operativa)?</li> <li>Em que medida o apoio aos SPO melhorou os mecanismos de orientação dos alunos, em articulação com os encarregados de educação/famílias, designadamente para as vias profissionalizantes e para direcionarem os alunos para as áreas de educação e formação com maior potencial de empregabilidade (eficácia)?</li> <li>Em que medida os SPO apoiados desenvolvem a sua atividade mobilizando os CQEP da mesma área territorial e outros atores relevantes para o serviço que devem prestar (eficiência operativa)?</li> </ul> <p><b>Tipologia de intervenção: Intervenções específicas na área da qualidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida o apoio a projetos inovadores dirigidos às escolas (agentes da comunidade educativa e alunos) está a incidir nos agrupamentos escolares e nos territórios com maiores fragilidades nas áreas chave destes mesmos projetos?</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação relativa ao PT2020 (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li>Regulamentos Europeus</li> <li>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</li> <li>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</li> <li>Sistema estatístico nacional e internacional</li> <li>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a <b>disponibilização da seguinte informação:</b> a execução global das</li> </ul>

33. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO / FORMAÇÃO	
	<p>políticas públicas ligadas às tipologias que se focam no âmbito desta avaliação, nomeadamente cuja da responsabilidade das entidades públicas responsáveis pela sua implementação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- DGEEC</li> <li>- IEFP</li> <li>- DGE e DGEstE</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Referenciais metodológicos sobre avaliação (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li>• Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020: dados sobre as ações/tipologias de operação abrangidas.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul> <p>AD&amp;C ou AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação)</p> <p>AD&amp;C e AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação)</p>
Constituição do:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul> <p>AD&amp;C, AG do PO CH, AG do PO Regionais, IEFP, ANQEP, Direções Gerais MEC ligadas à implementação do PO, ANMP e CNE</p> <p>AD&amp;C, AG do PO CH e dos PO Regionais</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul> <p>1º semestre 2018</p> <p>2º semestre 2018</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	75 mil euros
Observações	<p>Atendendo à diversidade de ações inseridas neste âmbito, o concurso poderá vir a ser organizado por lotes (e.g. SPO; Formação de professores e outros agentes de educação e formação; desenvolvimento de métodos e recursos didáticos; programa de autonomia das escolas, medidas de promoção de um maior e melhor ajustamento entre a oferta de qualificações e a procura pelo tecido produtivo). A atualização a ponderar (no 1º semestre 2019) poderá ser também por esta via e/ou focada em algumas tipologias ou áreas de intervenção mais relevantes para este efeito.</p> <p>A ponderar atualização desta avaliação no decorrer do período (no 1º semestre 2019).</p>

**34. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE DOS ADULTOS**

Objetivo(s)		<p>Avaliar qual o impacto das intervenções apoiadas nos resultados esperados no que se refere ao aumento das qualificações dos adultos, tendo em conta as expectativas e necessidades de qualificação da população adulta nos diferentes territórios.</p> <p>Avaliar qual o impacto da qualificação de adultos no reforço da empregabilidade da população apoiada.</p> <p>Aferir o impacto dos apoios à formação profissional (não só no âmbito de projetos integrados, mas também ao nível da formação ação) na criação de melhores condições de competitividade das empresas, por via da existência de um capital humano em plena idade ativa mais qualificado, o que implica avaliar em que medida a oferta apoiada foi sendo alinhada com as necessidades dos empregadores.</p>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	<p>PO CI, PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal</p> <p>PI 10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.</p>
	Temático	<p>Ações PO CH: CQEP, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), ensino recorrente</p> <p>Ações PO ISE: Formações Modulares Certificadas (FMC)</p> <p>Ações PO Lisboa: Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), CQEP; ensino recorrente.</p> <p>Ações Algarve: CQEP; ensino recorrente.</p> <p>PO CI: PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.</p>
	Temporal	<p>Ações de apoio à qualificação de adultos no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (1 semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO</p>
Contextualização/Justificação		<p>O acordo de parceria, bem como o texto do PO CH, definem como fundamental encaminhar os adultos para programas de aprendizagem ao longo da vida, que garantam o reforço das suas qualificações, quer através de ofertas educativas e formativas que confiram certificação escolar e ou profissional, quer através de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida.</p> <p>Atendendo à persistência de um elevado número de adultos com baixas qualificações – apesar dos progressos registados, Portugal continua a ter uma proporção muito elevada da população entre os 25 e os 64 anos que não tem sequer o ensino secundário (55% - <i>Eurostat 2015</i>) – importa perceber se, por um lado, as intervenções apoiadas se mostram adequadas para responder à necessidade de aumento dessas qualificações e, por outro, se estão alinhadas com as necessidades do tecido empresarial, tendo em vista o contributo do PO para a convergência do país com as regiões europeias, no âmbito da coesão económica e social.</p> <p>Por outro lado, a presente avaliação justifica-se ainda pelo facto da programação do PT2020 ter descentralizado o investimento nesta área de intervenção para diversos PO, sobretudo temáticos, ainda que o maior cabimento de investimento se localize no PO CH.</p> <p>Neste contexto, importa ainda avaliar em que medida os apoios a formações não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, designadamente no âmbito da formação-ação ou de outras formações para ativos empregados, contribuíram para reforçar a empregabilidade dos seus destinatários, por um lado, bem como para reforçar os níveis de produtividade e, consequentemente, de competitividade dos empregadores onde se integram esses destinatários.</p> <p>Este exercício permitirá, ainda, aferir se os apoios estão a ser direcionados para as áreas onde existem maiores défices de competências ou áreas com maiores potencialidades. Incide, em particular e pela sua maior complexidade, sobre o modelo formação-ação, com vista a aferir se o mesmo está a ser aplicado corretamente e por forma a maximizar os resultados sobre as empresas.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Relatório intercalar AP 2019 e Relatórios anuais de execução de 2019</p> <p>Relatórios finais de execução dos PO (designadamente em caso de atualização da avaliação)</p> <p>Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política</p>

### 34. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE DOS ADULTOS

<p>Crítérios e Questões de avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a <b>eficácia</b> da rede de CQEP e das metodologias que desenvolvem na orientação, encaminhamento e certificação dos adultos para promover a elevação das suas qualificações e níveis de empregabilidade, face às necessidades dos abrangidos e do tecido empregador?</li> <li>Qual a adequação da oferta de formação apoiada face às necessidades de formação diagnosticadas nos diferentes territórios? (<b>eficácia</b>)</li> <li>Qual a <b>eficácia</b> das ações apoiadas na elevação dos níveis de qualificação dos adultos e na melhoria da sua empregabilidade, comparando adultos apoiados com não apoiados? (Contrafactual)</li> <li>Qual o retorno e sustentabilidade das ações apoiadas e das aprendizagens adquiridas para as empresas e para os trabalhadores abrangidos, em termos de desempenho empresarial, capacidade produtiva, produtividade, competitividade, salários, mobilidade, adaptabilidade (...) tendo em conta a afetação e integração de capital humano mais qualificado, comparando empresas e contextos empresariais que não integraram trabalhadores em ações de formação/certificação (Contra factual)</li> <li>Os apoios estão a ser direcionados para as áreas onde existem maiores défices de competências ou áreas com maiores potencialidades tendo em conta os objetivos de competitividade e internacionalização da economia? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Qual o grau de articulação dos investimentos em formação com as restantes tipologias de investimento e com a estratégia das empresas? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Considerando o contexto económico, quais os fatores que condicionam ou potenciam a procura de formação? Quais as principais tendências? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Qual o perfil das empresas que procuram este tipo de apoios? Este perfil é consentâneo com os objetivos do domínio competitividade e internacionalização?</li> <li>O nível de mobilização da procura afeta a seletividade dos projetos? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Qual a eficiência das ações apoiadas, face à eficácia registada? (<b>eficiência</b>)</li> </ul> <p><b>Formação-ação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O conceito de formação-ação está a ser devidamente operacionalizado, tendo em conta as características específicas deste modelo (e.g. aprendizagem em tempo real)? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Quais as vantagens na prossecução deste modelo face ao modelo tradicional? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>O Instrumento está desenhado de forma a potenciar os resultados? Os seus diferentes intervenientes contribuem para acrescentar mais-valia ao projeto? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>O perfil dos agentes (consultores e formadores) participantes nestes projetos é adequado aos objetivos da sua função? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Qual o valor adicional resultante da intervenção dos FEEI no contexto nacional das políticas públicas em Formação de Adultos? (<b>Valor Acrescentado Europeu</b>)</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.</small></p>
<p>Método(s) a considerar nas avaliações de impacto</p>	<p>Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria</p>
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Regulamentos Europeus</b></li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b></li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b></li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Nacional de Reformas -Qualificar os Portugueses</li> <li>Programa Nacional de Reformas</li> <li>Grandes Opções do Plano 2016-2019</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente no QREN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>"Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013"</li> <li>"Avaliação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formação Modulares Certificadas: Empregabilidade e Remunerações"</li> <li>"Contributo do FSE para a qualificação no contexto da Iniciativa Novas Oportunidades"</li> <li>"Avaliação e Acompanhamento dos Ensinos Básico e Secundário"</li> <li>"Estudo de avaliação externa dos percursos pós-formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no Sistema Nacional de Qualificações"</li> <li>"Iniciativa Novas Oportunidades: resultados da Avaliação Externa 2009-2010"</li> <li>"1ºs Estudos da Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades"</li> <li>Os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e o desempenho no mercado de trabalho</li> </ul> </li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional:</b></li> </ul>

**34. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE DOS ADULTOS**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema de informação da Segurança Social (registo de contribuições): exemplos de variáveis disponíveis – sexo; concelho; ano e mês da remuneração ou equivalente; natureza da remuneração; tipo de remuneração ou equivalente; valor das remunerações declaradas e n.º de dias associados.</li> <li>- Sistema de informação da DGEEC, para efeitos de aplicação dos métodos contrafactuais mais adequadas para o efeito:</li> <li>- MISI – Dados administrativos de escolas públicas do MEC e escolas privadas com contrato de associação ou património (ensino recorrente); variáveis disponíveis entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego.</li> <li>- SIGO – Aplicação de recolha e validação de dados online (em particular adultos em cursos EFA, processos RVCC/CQEP, Formações Modulares Certificadas (FMC)); variáveis disponíveis, entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego</li> <li>- IEF (EFA) – variáveis disponíveis entre outras, para análise: sexo, idade, curso frequentado, situação perante o emprego.</li> </ul> </li> <li>• <b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li>• <b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema de Informação do FSE, nomeadamente para a caracterização dos abrangidos, das taxas de conclusão no tempo certo e dos números de certificações, independentemente do tempo de obtenção dos mesmos e/ou da forma (por formação e/ou através de processos RVCC).</li> <li>- Sistema de Informação do FSE: empresas abrangidas</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
Responsabilidade pelo(a):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>
Constituição do:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>
Calendário:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	A ponderar organização em lotes, um focado na formação de adultos desempregados ou mesmo em riscos de exclusão social e outro para empregados. A ponderar ainda a sua atualização no decorrer da 2.ª parte do ciclo de avaliação do PT2020 (previsivelmente no 2º semestre 2020).

**35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS**

Objetivo(s)		Identificar em que medida as intervenções do PT2020 têm contribuído para aumentar o sucesso escolar e, por essa via, reduzir o nível de abandono escolar, em direção à meta do PNR e potenciar a empregabilidade jovem, face às metas definidas nesta área.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático	PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa e PO Algarve, PO Açores e PO Madeira
	Territorial	Portugal Domínio Temático Capital Humano: 10.2 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação. 10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não-formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas 10.4 Melhoria da pertinência dos sistemas do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação da transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem. Ações: POCH: Cursos vocacionais e CEF), cursos profissionais, cursos de aprendizagem, Plano de Promoção do Sucesso Escolar PO Regionais: CET, Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar (TEIP, PIEF, etc.), Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar PO Lisboa: ensino artístico especializado, cursos vocacionais (e CEF até 2014/2015), aprendizagem, profissionais, CET; Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar (TEIP, PIEF, etc.). PO Algarve: cursos vocacionais (e CEF até 2014/2015), aprendizagem, profissionais, CET; Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar (TEIP, PIEF, etc.);
	Temático	Ações de apoio ao combate ao abandono escolar e promoção da empregabilidade jovem no PT2020, incidindo numa primeira fase no período entre 2014-2017 (2º semestre), com possibilidade de atualização da avaliação na 2.ª parte do ciclo avaliativo, nomeadamente para suporte aos relatórios finais de execução dos PO
Contextualização /Justificação		O alargamento da escolaridade obrigatória até à conclusão do ensino secundário ou até aos 18 anos de idade, coloca desafios ao sistema que vão além da diversificação e adequação das ofertas aos públicos-alvo, atualmente mais diversificados e com necessidades específicas mais pronunciadas. Um dos principais desafios é o da promoção do sucesso escolar no ensino básico e secundário dos alunos que se encontram no sistema de educação e formação, como vetor estratégico para garantir a prevenção do abandono, bem como a capacidade de atrair para a educação e formação jovens que tenham abandonado a escola sem terem concluído o ensino secundário. Atendendo a que constitui meta do PNR a redução para 10% até 2020 da taxa de abandono escolar precoce (18-24 anos), que se situou, em 2014 nos 17,4%, e atendendo a que de acordo com os dados conhecidos, para esta elevada taxa contribui em larga medida a taxa de retenção e desistência, que em 2013 era de 12,5%, 15,9%, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, respetivamente e de 19,0% no ensino secundário, importa refletir sobre em que medida as tipologias apoiadas estão a contribuir para a tendência positiva dos últimos anos. Não menos importante é a reflexão sobre a adaptação da estrutura do sistema de educação e de formação às atuais exigências educativas, nomeadamente pela diversificação e consolidação de vias alternativas à conclusão da escolaridade obrigatória. Ofertas mais consentâneas com os interesses vocacionais e profissionais dos alunos, assim como uma orientação escolar e profissional que permita um melhor aconselhamento dos jovens, constituem-se como elementos complementares e relevantes a essa estratégia de promoção do sucesso escolar.



## 35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

	<p>Numa perspetiva mais transversal e na ótica da sustentabilidade, será igualmente relevante apreciar em que medida os apoios que atuam diretamente no contributo para a promoção do sucesso escolar continuem para alimentar os fluxos de acesso ao ensino superior, na ótica do prosseguimento de estudo e na empregabilidade.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação	<p>Relatório intercalar AP 2019; Relatório de execução 2019; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>A avaliação deve incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
Crítérios e Questões de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a <b>eficácia</b> das intervenções apoiadas para o aumento do sucesso escolar, a redução da taxa de abandono escolar, o prosseguimento de estudos e o aumento dos níveis de empregabilidade?</li> <li>Qual a <b>eficácia</b> da oferta de formação apoiada face às necessidades de formação diagnosticadas nos diferentes territórios e face ao alinhamento com a procura no tecido empresarial?</li> <li>Qual a <b>eficácia</b> das ações apoiadas no aumento do sucesso escolar e na diminuição das taxas de desistência e retenção, comparando jovens apoiados com não apoiados? (Contrafactual)</li> <li>Qual a <b>eficiência</b> das ações apoiadas, face à eficácia registada?</li> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação (<b>valor acrescentado europeu</b>)</li> </ul> <p>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos designios comunitários em matéria de igualdade entre homens e mulheres, de não discriminação e de acessibilidade.</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	<p>Contrafactual e Avaliação Baseada na Teoria</p>
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Regulamentos Europeus</b></li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b></li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b></li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Nacional de Reformas - Qualificar os Portugueses</li> <li>Programa Nacional de Reformas</li> <li>Grandes Opções do Plano 2016-2019</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores, nomeadamente no QREN:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Contributo do QREN para a redução do abandono escolar precoce</li> <li>Avaliação e Acompanhamento dos Ensino Básico e Secundário</li> </ul> </li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema de Informação do FSE, nomeadamente para a caracterização dos abrangidos, das taxas de conclusão no tempo certo e dos números de certificações, independentemente do tempo de obtenção dos mesmos e/ou da forma.</li> </ul> </li> <li><b>Sistema Estatístico nacional e internacional</b></li> <li><b>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema de informação da Segurança Social (registo de contribuições): exemplos de variáveis disponíveis – sexo; concelho; ano e mês da remuneração ou equivalente; natureza da remuneração; tipo de remuneração ou equivalente; valor das remunerações declaradas e n.º de dias associados.</li> <li>Sistema de informação da DGEEC (situação socioeconómica, percurso escolar e prosseguimento de estudos), para efeitos de aplicação dos métodos contrafactuais mais adequadas para o efeito: <ul style="list-style-type: none"> <li>MISI – Dados administrativos de escolas públicas do MEC e escolas privadas com contrato de associação ou património (variáveis disponíveis, atualmente, para análise: sexo, idade, nacionalidade, nacionalidade do Encarregado de Educação, formação do Encarregado de Educação, situação perante o emprego, computador e internet em casa, escalão de Ação Social Escolar, Necessidades Educativas Especiais, concelho de residência, curso)</li> <li>SIGO – Aplicação de recolha e validação de dados online (está a cobrir progressivamente as modalidades de dupla certificação para jovens – profissionais, vocacionais, aprendizagem)</li> <li>Inquérito aos privados (escolas privadas)</li> <li>OTES – Observatório de trajetos de estudantes do Ensino Secundário: <ul style="list-style-type: none"> <li>Recolhe e divulga informação estatística sobre trajetos escolares e profissionais dos estudantes do ensino secundário ou equivalente;</li> <li>Aplica-se a cursos científico-humanísticos; cursos profissionais, cursos tecnológicos, CEF (até 2013/2014), cursos vocacionais (a partir de 2014/2015) e ensino artístico e especializado (EAE)</li> <li>Dimensões e temáticas de análise: Origens socio económicas, desempenho escolar, escolhas escolares, trajetos profissionais, escola e cidadania.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>

## 35. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA A PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO, A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E A EMPREGABILIDADE DOS JOVENS

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permite observar o desenvolvimento dos fenómenos, tendo em conta o seu passado e/ou o seu futuro (e.g. - trajeto dos alunos no que se refere ao prosseguimento de estudos pós-secundários ou à evolução do número de alunos que desejam mudar de curso ou de escola)</li> <li>- É aplicado pela DGEEC por email aos alunos 14 meses após a conclusão esperada do 12.º ano.</li> <li>- Resultados PISA (OCDE) e Exames Nacionais (IAVE), no âmbito da avaliação sobre o contributo do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens</li> <li>• <b>Processo de recolha de informação:</b> Foi desenvolvido um estudo “ESF Supporting Youth in Portugal CIE of Vocational Training and Traineeships”, cofinanciado pela CE, entre abril 2014 e maio 2015, com os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundar as potencialidades das avaliações contrafactuais no universo das intervenções do FSE, através da aplicação da referida abordagem aos cursos profissionais e aos estágios profissionais;</li> <li>- Criar uma parceria para o desenvolvimento do projeto envolvendo: o organismo gestor do FSE, as agências públicas responsáveis pela implementação das intervenções e/ou produtoras de dados administrativos relevantes para o estudo e duas Universidades com experiência em métodos contrafactuais;</li> <li>- Mobilizar e capacitar as agências públicas para o desenvolvimento de avaliações de impacto contrafactual.</li> </ul> </li> </ul> <p>Este projeto permitiu o aprofundamento das bases de dados existentes, a preparação destas para estudo, ensaiar o cruzamento de bases de dados (de percursos de educação e formação com percursos contributivos), de forma a permitir efetuar análises contrafactuais do impacto das intervenções de educação e formação no abandono escolar e na inserção no mercado de trabalho.</p> <p>O ensaio realizado permitiu verificar a exequibilidade destas operações de cruzamentos de bases de dados, úteis para a realização da avaliação da presente ficha. Este trabalho vai ter continuidade de forma a garantir (e melhorar) a informação a disponibilizar ao avaliador.</p> <p>Variáveis utilizadas neste estudo e (atualmente) disponíveis para análise:</p> <p>Variáveis de controlo: sexo, idade, nacionalidade, nacionalidade do Encarregado de Educação, formação do Encarregado de Educação, condição perante o trabalho, computador e internet em casa, escalão de Ação Social Escolar, Necessidades Educativas Especiais, concelho de residência e variáveis de caracterização escolar</p> <p>Variáveis de resultado: transição em t, transição em t e t+1, transição em t ou t+1, conclusão em t+2, conclusão em t+2 ou t+3, abandono em t, abandono em t+1, abandono em t+2, no ensino superior em t+3, t+4 ou t+5; emprego em t+3 e t+4, número de meses empregado em t+3, número médio de dias de trabalho por mês em t+3, remuneração média diária em t+3.</p>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>
Constituição do:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>
Calendário:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	A ponderar a sua atualização no decorrer da 2ª parte do ciclo de avaliação do PT2020 (previsivelmente no 2º semestre 2020).



36. AVALIAÇÃO O CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR		
Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Apurar o impacto dos apoios ao ensino superior, designadamente aos TeSP, às bolsas de ensino superior para alunos carenciados ou para atrair alunos para instituições de ensino superior no interior do país, ao retomar deste nível de ensino por alunos que o abandonaram por razões económicas ou outras, na melhoria da atratividade deste nível de ensino e do n.º de diplomados com um nível de escolaridade igual ou equivalente ao ensino superior.</li> <li>Aferir o impacto destas medidas na promoção da empregabilidade dos alunos.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Impacto Temática
Âmbito	Programático Territorial	PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo Continente Domínio Temático Capital Humano: OT – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida PI 10.2 – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas
	Temático	Ações PO CH: Apoios sociais atribuídos a estudantes do ensino superior (bolsas de estudo, de mérito, instrumento financeiro para este efeito, TeSP Ações PO Regionais: bolsas de mobilidade instituídas pelo Programa +Superior; TeSP quando alinhados com as prioridades regionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente.
	Temporal	PT2020
Contextualização /Justificação		<p>Esta avaliação justifica-se pelo facto do PT2020 prever um conjunto amplo ou diversificado de apoios nesta área, visando aumentar o peso da população com o ensino superior para o limiar definido no PNR - 40% da população entre os 30-40 anos com diploma do ensino superior em 2020 – quando ainda está a cerca de 9 p.p dessa meta, estando assim num nível inferior ao da média da UE.</p> <p>Para este efeito surgem, por um lado, os apoios aos TeSP enquanto nova modalidade de formação pós-secundária, orientada para o mercado de trabalho, pelo que importa aferir se estes cursos atraem efetivamente públicos que tendencialmente não frequentariam o ensino superior e, consequentemente, avaliar o contributo da tipologia de intervenção para a meta referida. Neste quadro, os cursos TeSP têm associados a perspectiva de potenciar a empregabilidade e a produtividade empresarial/industrial, devido à forte aposta na componente profissionalizante. Importa avaliar o grau de cumprimento destes objetivos, designadamente a articulação entre as instituições do ensino superior e o tecido económico/empregadores e se elas derivam dos próprios cursos ou se são de fatores externos.</p> <p>Por outro lado, o fato dos TeSP se repartirem entre o PO CH e os PO Regionais, consoante a Estratégia de Especialização Inteligente (EEI) seja de âmbito nacional e regional, exigirá uma forte articulação entre PO. Importa aferir se tal articulação é feita com eficácia de modo a apurar a eficiência desta estratégia para o cumprimento da meta.</p> <p>Serão ainda avaliadas as intervenções Retomar e as bolsas de atração para o interior do país.</p> <p>Ao nível das bolsas do ensino superior importa validar o seu contributo para a igualdade de acesso ao ensino superior e a promoção da coesão territorial, designadamente para o aumento dos níveis de participação e de habilitações de nível superior originárias de segmentos populacionais mais carenciados e para a atração de recursos humanos mais qualificados para territórios de baixa densidade.</p> <p>Por fim, esta avaliação permitirá aferir o contributo da formação para a administração pública na capacitação e eficiência das administrações e dos serviços públicos.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Relatório anuais de Execução dos PO</p> <p>Relatório Intercalar da execução do Acordo de Parceria em 2019</p> <p>Relatório Final de execução (atualização a ponderar na 2.ª parte do ciclo de avaliação PT2020)</p> <p>Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022)</p> <p>A avaliação deverá, neste contexto, incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
CrITÉrios e Questões de avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo das ações apoiadas no PT2020 no âmbito do ensino superior para o aumento para 40% da percentagem da população entre os 30 e os 40 anos com esse nível de escolaridade ou equivalente (eficácia)?</li> </ul>

## 36. AVALIAÇÃO O CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo das ações apoiadas no PT2020 no âmbito do ensino superior para a empregabilidade dos abrangidos ou para o prosseguimento de estudos, designadamente dos TeSP e por comparação com outras ofertas de nível pós-secundário (CET) ou mesmo de nível secundário (eficácia)?</li> <li>Qual o contributo das ações apoiadas no PT2020 no âmbito do ensino superior, em particular dos apoios aos TeSP e ao Programa Retomar, para a resposta a jovens NEET (eficácia)?</li> <li>Qual o contributo das ações apoiadas no PT2020 no âmbito do ensino superior para reforçar a articulação entre as instituições do ensino superior, o ensino profissionalizante e o tecido empresarial, em termos de continuidade das ofertas formativas e da evolução dos respetivos conhecimentos, bem como em termos de promoção da empregabilidade após a conclusão dessa formação superior (eficácia)?</li> <li>Qual o nível de eficácia da formação superior apoiada no âmbito do PT2020 e as prioridades ou necessidades do mercado de trabalho nos diferentes territórios, com destaque para a avaliação da adequação ou alinhamento das ofertas dos TeSP com as ENEI, no que respeita às ofertas apoiadas pelo PO CH e às RIS3, no que concerne às ofertas apoiadas pelos POR do Norte, Centro e Alentejo?</li> <li>Qual o nível de eficiência dos apoios concedidos no PT2020 no âmbito do ensino superior, face aos resultados obtidos?</li> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação? (valor acrescentado europeu)</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelos desígnios comunitários em matéria de igualdade de oportunidades.</small></p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Regulamentos Europeus</b></li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b></li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b></li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Nacional de Reformas</li> <li>Qualificar os Portugueses</li> <li>Programa Nacional de Reformas</li> <li>Grandes Opções do Plano 2016-2019</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013”</li> </ul> </li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Inquérito RAIDES – Registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior – que alimenta a plataforma PRIES – Plataforma de Recolha de Informação do Ensino Superior</li> </ul> </li> <li><b>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação da DGES sobre os apoios globais concedidos nesta área (n.º de bolseiros apoiados, segundo as áreas em que realizaram as mesmas, a data de conclusão da sua formação, o tipo de bolsa, etc., n.º de alunos envolvidos em TeSP e n.º dos que saíram diplomados).</li> </ul> </li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> informação sobre os apoios concedidos (e.g. n.º de bolseiros apoiados, segundo as áreas em que realizaram as mesmas, a data de conclusão da sua formação, o tipo de bolsa, etc., bem como o n.º de alunos abrangidos em TeSP, segundo as suas características/perfis, n.º de alunos que concluíram o curso com sucesso/diplomados, segundo essas mesmas características).</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a):	<p>AD&amp;C ou AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação)</p> <p>AD&amp;C e AG do PO CH (enquanto coordenador da Rede para a Educação e Qualificação)</p>

**36. AVALIAÇÃO O CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA O AUMENTO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR**

Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG do PO CH e do PO ISE, AG dos PO Norte, Centro e Alentejo, e DGES</p> <p>AD&amp;C e AG do PO CH e do PO ISE</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>1º semestre 2018</p> <p>2º semestre 2018 (a ponderar atualização no 2º semestre 2021)</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	A ponderar atualização no 2º semestre 2021.

## Anexo 8

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações temáticas no domínio da Sustentabilidade

### 37. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (OT4)

Objetivo(s)		Pretende-se verificar a adequação da cadeia de programação definida no Objetivo Temático 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, no que se refere à promoção da eficiência energética, nomeadamente a adequação dos Objetivos Específicos/tipologias de operações e modalidades de apoio definidas e recursos financeiros alocados face às metas assumidas na programação e aos compromissos nacionais em matéria de eficiência energética.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	Prioridades de Investimento: 4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas 4.3 Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação; 4.4 Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão 4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Existindo alguns aspetos inovadores, na perspetiva do financiamento comunitário (Fundo de Coesão) na abordagem a esta Prioridade de Investimento no domínio SEUR, principalmente no que respeita a algumas tipologias de intervenção, entidades beneficiárias e, essencialmente, formas de apoio (instrumentos financeiros, ajudas reembolsáveis, partilha de poupanças), considera-se importante uma avaliação de processo que permita concluir sobre a existência da necessidade de rever alguns conteúdos programáticos e/ou regulamentares; o envelope financeiro e as metas físicas previstas para as prioridades de investimento e ainda a identificação de algumas medidas que permitam melhorar a implementação das intervenções previstas nestas Prioridades de Investimento O momento em que se propõe realizar esta avaliação é o momento oportuno para introduzir alterações programáticas e/ou regulamentares no âmbito de uma eventual reprogramação do(s) PO(s).
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório anual de execução dos programas; Relatório Anual dos Fundos da União Europeia, Relatório intercalar da execução Acordo de Parceria 2019; Relatório de Síntese dos resultados das avaliações, a apresentar à CE (2022)</li> <li>- Decisões de revisão programática, nomeadamente reprogramações do Programa; Decisões de gestão relativas a alterações regulamentares possíveis dentro do conteúdo programático existente, nomeadamente regulamentos específicos e critérios de seleção</li> </ul>
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Relevância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Existiram alterações aos fatores de contexto que suportaram a programação do OT4, nomeadamente ao nível do documento enquadrador da política pública, o PNAEE ?</li> <li>Essas alterações condicionam o diagnóstico ex-ante que foi feito e que conduziu à cadeia programática existente, nomeadamente aos Objetivos Específicos/Tipologias de operações/tipologias de beneficiários definidos para cada prioridade de investimento?</li> <li>Este alinhamento programático ainda se encontra adequado considerando, caso existam, as alterações verificadas?</li> <li>As candidaturas apresentadas/aprovadas permitem concluir pela adequação dos Objetivos Específicos/tipologias de operação definidas às necessidades sentidas pelos beneficiários?</li> </ul> <p><b>Coerência externa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No caso das tipologias de operação relativas à eficiência energética nas empresas, Administração e habitação podem existir sobreposições com as tipologias de operações relativas à Reabilitação Urbana que apontem para a necessidade de maior clarificação de elegibilidades?</li> </ul> <p><b>Coerência interna</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No caso das operações candidatas que se integram em Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) e Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), as diferentes operações complementam-se de uma forma lógica para alcançar os objetivos estratégicos do Plano onde se inserem?</li> </ul> <p><b>Eficiência</b></p>

### 37. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (OT4)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os recursos alocados aos Avisos abertos consideram-se adequados à procura verificada?</li> <li>Os recursos que foram comprometidos com as operações aprovadas permitem concluir que as realizações e resultados atingidos o foram da forma o mais eficiente possível?</li> <li>As formas de apoio previstas são as adequadas – em tipo e volume de financiamento que lhes está associado – considerando as tipologias de operação previstas e as tipologias de beneficiários desses apoios?</li> </ul> <p><b>Sub-questões - Forma de apoio através de financiamento reembolsável</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O nível de partilha de poupanças prevista nos financiamentos reembolsáveis, nos termos e condições definidas, está ajustado às poupanças energéticas decorrentes dos investimentos realizados? O comportamento verificado é igual para todas as tipologias de operação/beneficiários ou existem assimetrias de comportamentos por grupos de tipologias de operações/de beneficiários?</li> <li>As tipologias de operação previstas nos vários Programas demonstram complementaridades/sobreposições entre si?</li> </ul> <p><b>Eficácia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As operações apoiadas permitem atingir os resultados esperados com os Objetivos Específicos definidos?</li> <li>Os indicadores de realização definidos para a Prioridade de Investimento confirmam a cadeia programática e conduzem aos resultados associados aos Objetivos Específicos?</li> <li>Quais os ajustamentos a introduzir nas tipologias de operação/formas de apoio para serem atingidos os resultados esperados?</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética</li> <li>PNAER 2020 - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis</li> <li>ECO.AP</li> <li>Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves 2013-2020 - Ciclando</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação Estratégica do QREN - Contributo das intervenções do QREN em contexto urbano para o aumento da eficiência energética (Lote 4)</li> <li>Avaliação <i>ex ante</i> dos Instrumentos Financeiros dos Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água (Lote 3)</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a elaboração de uma estratégia para o uso eficiente dos recursos em Portugal</li> <li>Relatórios de acompanhamento do Compromisso para o Crescimento Verde</li> </ul> </li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Nível Nacional: <ul style="list-style-type: none"> <li>INE: E.4 Contas Satélite do Ambiente</li> <li>DGEG (entidade que integra o SEN por protocolo de delegação de competências): Indicadores Energéticos</li> </ul> </li> <li>A Nível Europeu: <ul style="list-style-type: none"> <li>EUROSTAT - Air pollution statistics</li> <li>Greenhouse gas (GHG)</li> </ul> </li> </ul> </li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação residente nos Sistemas de Informação das AG dos PO e Balcão Único 2020: Avisos de abertura; formulários de candidatura, pareceres técnicos, <i>check-lists</i> e decisão de aprovação; relatórios de progresso e finais das operações apoiadas; Fonte: AG dos PO; Calendário: informação atualizada ao momento de início da avaliação</li> </ul> </li> </ul>

## 37. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (OT4)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bases de dados administrativas/inquéritos sectoriais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema de monitorização do PNAEE. Fonte: DGEG; Calendário - no momento de início da avaliação estará disponível a informação reportada ao ano de 2015</li> <li>- Outra informação relevante a disponibilizar pela DGEG</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C ou AG do PO SEUR</p> <p>AD&amp;C, AG do PO SEUR e dos PO Regionais</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, AG do PO SEUR, AG dos PO Regionais, DGEG, ADENE, Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, DRCIE - Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia (Madeira) e ERSE</p> <p>AD&amp;C, AG do PO SEUR e 1 AG do PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>1º semestre 2017</p> <p>2º semestre 2017</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	A realizar-se a avaliação intercalar em 2018, esta avaliação apenas mobilizará como meta-análise a avaliação da eficiência energética.

**38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO**

Objetivo(s)		Avaliação do impacto do PT2020, ao nível da implementação do OT4, na diminuição da intensidade carbónica da economia e no contributo para o cumprimento dos compromissos nacionais para a redução das emissões nacionais de Gases com Efeito de Estufa (GEE)
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	OT 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>A importância conferida à diminuição da intensidade carbónica da economia e os compromissos nacionais no âmbito das metas definidas no pacote Energia-Clima 2020 para a União Europeia, determinaram que no âmbito dos FEEI fossem alocados cerca de 2 mil milhões de euros a este Objetivo Temático no âmbito do PT2020 pelo que importa avaliar se os recursos disponíveis estão a ser aplicados em operações que prossigam aqueles objetivos, produzindo recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política e servirão igualmente para fundamentar a elaboração da estratégia para a preparação do período de programação no pós 2020</p> <p>A sua realização no calendário proposto, justifica-se em virtude de nesta data já se perspetivar que existam impactos das intervenções financiadas nestas áreas.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<p>Reprogramações dos PO; Relatório intercalar AP 2019; Relatório de execução dos PO e Relatório Anual dos Fundos da União Europeia; Relatório de Síntese das avaliações a apresentar à CE (2022), Revisões nos documentos estratégicos da política pública – PNAEE e PNAER</p> <p>A avaliação deverá incluir recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política.</p>
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Relevância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os objetivos específicos/tipologias de operação previstas no OT4 e a sua implementação dão resposta aos objetivos estratégicos preconizados no PNAEE e no PNAER?</li> <li>Verifica-se o alinhamento dos resultados esperados com as intervenções financiadas com as metas do PNAEE e PNAER?</li> </ul> <p><b>Eficácia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De que forma as intervenções financiadas contribuíram para o nível de implementação das medidas do PNAEE e do PNAER e para o grau de concretização das metas definidas nesses planos relativas às medidas que estão relacionadas com essas intervenções?</li> <li>Qual o contributo das intervenções financiadas para a trajetória setorial traçada no Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC) para a redução de emissões de gases com efeitos de estufa?</li> </ul> <p><b>Eficiência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Poder-se-iam ter alcançado os mesmos resultados (em termos de contributo para as metas e compromissos nacionais) com menos recursos? As intervenções, em particular em matéria de eficiência energética, respeitaram o princípio de custo-eficácia?</li> <li>A forma de apoio através de Instrumento Financeiro prevista é adequada – em tipo e volume de financiamento que lhe está associado – considerando as tipologias de operação previstas e as tipologias de beneficiários desses apoios?</li> <li><b>Sub-questões:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão e as diferentes formas de financiamento através de Financiamento Reembolsável ou Instrumentos Financeiros revelam-se igualmente adequadas para todas as tipologias de operações?</li> <li>As mesmas formas de apoio revelam-se igualmente adequadas para todas as tipologias de beneficiários ou existem assimetrias no recurso ao financiamento e na capacidade de execução das operações, decorrentes dos diferentes níveis de capacitação dos destinatários finais dos financiamentos?</li> <li>O financiamento através de Instrumento Financeiro possibilita a alavancagem de maior volume de investimento em eficiência energética?</li> <li>Nas formas de apoio mobilizadas através de instrumentos financeiros, os níveis de poupança energética obtidos pelas diferentes tipologias confirmam a capacidade de reembolso a 100% do financiamento recebido pelos destinatários finais, nos termos e condições definidas?</li> </ul> </li> </ul>



## 38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

	<p>- O nível de partilha de poupanças prevista nos financiamentos reembolsáveis, nos termos e condições definidas, está ajustado às poupanças energéticas decorrentes dos investimentos realizados?</p> <p><b>Impacto</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais as mudanças observadas decorrentes da implementação do PNAEE, PNAER e do PNAC, nomeadamente na redução do nível de emissões de CO<sub>2</sub>, no aumento da competitividade da economia (redução dos custos com a fatura energética) e na diminuição do nível de dependência energética?</li> <li>Qual o contributo das intervenções financiadas no âmbito do OT para as mudanças verificadas?</li> <li>Existiram alterações de contexto que influenciaram o nível de concretização dos objetivos para a economia com baixas emissões de carbono?</li> </ul> <p><b>Sustentabilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De que forma as intervenções financiadas contribuem para assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus (Objetivo do PNAC)?</li> </ul> <p><b>Valor Acrescentado Europeu</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação?</li> </ul> <p><small>Nota: A resposta às questões de avaliação deve ter em consideração o respeito das intervenções pelo princípio do desenvolvimento sustentável e pelo objetivo da União de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, tendo em conta o princípio do poluidor-pagador.</small></p>
<p>Método(s) a considerar nas avaliações de impacto</p>	<p>Avaliação Baseada na Teoria</p>
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. “Orientações para o Planeamento e Preparação das Avaliações do Portugal 2020”) <ul style="list-style-type: none"> <li>Acordo de Parceria PT2020</li> <li>Avaliação Ex Ante do Acordo de Parceria PT2020</li> <li>Textos integrais dos Programas do PT2020</li> <li>Relatórios das Avaliações Ex Ante dos Programas do PT2020</li> <li>Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia</li> <li>Relatório Anual dos Fundos da União Europeia</li> <li>Relatórios Anuais dos Programas</li> <li>Avisos de abertura do PT2020</li> <li>Lista de Operações Aprovadas no PT2020</li> </ul> </li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>Idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética</li> <li>PNAER 2020 - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis</li> <li>PNAC 2020 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030</li> <li>ECO. AP</li> <li>Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves 2013-2020 – Ciclando</li> <li>Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Autónoma dos Açores – Relatório Final – Planos Integrados de Regeneração Urbana Sustentável</li> <li>Estratégia Cidades Sustentáveis 2020</li> </ul> </li> <li><b>Avaliações realizadas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação Estratégica do QREN - Contributo das intervenções do QREN em contexto urbano para o aumento da eficiência energética (Lote 4)</li> <li>Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros dos Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água (Lote 3)</li> <li>Avaliação da implementação das intervenções no âmbito da Eficiência Energética (OT4)</li> <li>Avaliação Ambiental Estratégica do POSEUR</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>RESOURCE EFFICIENCY, United Nations Environment Programme (UNEP) - Paul Ekins e Nick Hughes, Resource Efficiency: Potential and Economic Implications, 2016;</li> <li>Contributos para a elaboração de uma estratégia para o uso eficiente dos recursos em Portugal</li> </ul> </li> </ul>

## 38. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de acompanhamento do Compromisso para o Crescimento Verde</li> <li>- Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA)</li> <li>• <b>Sistema estatístico nacional e internacional:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Nível Nacional: <ul style="list-style-type: none"> <li>- INE: E.4 Contas Satélite do Ambiente</li> <li>- DGEG (entidade que integra o SEN por protocolo de delegação de competências): Indicadores Energéticos</li> <li>- Indicadores Energéticos</li> </ul> </li> <li>- A Nível Europeu: <ul style="list-style-type: none"> <li>- EUROSTAT - Air pollution statistics</li> <li>- Greenhouse <i>gas</i> (GHG)</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>• <b>Referenciais metodológicos sobre avaliação (Cf. Idem)</b></li> <li>• <b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação residente nos SI dos PO: Avisos de abertura; formulários de candidatura, pareceres técnicos, <i>check-lists</i> e decisão de aprovação; relatórios de progresso e finais das operações apoiadas. Fonte: AG dos PO</li> </ul> </li> <li>• <b>Para o desenvolvimento do estudo de avaliação, a entidade adjudicante responsabiliza-se a mediar com entidades produtoras de informação a disponibilização da seguinte informação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bases de dados administrativas/inquéritos sectoriais: Sistemas de Reporte e monitorização da implementação da Política Climática: Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA) e o Sistema nacional de Políticas e Medidas (SPeM). Fonte: entidades públicas responsáveis pela implementação das políticas</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C ou AG do PO SEUR  AD&C, AG do PO SEUR e dos PO Regionais
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	AD&C, AG do PO SEUR e dos PO Regionais DGEG, ADENE, Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, DRCIE - Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia (Madeira) e ERSE AD&C, AG do PO SEUR e 1 AG do PO Regional (Não aplicável)
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> <li>• Início da Avaliação</li> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	1º semestre 2018 2º semestre 2018 2 semestres
Fonte de financiamento	PO AT ou Eixo AT do PO
Custo (Valor máximo indicativo)	150 mil euros
Observações	

**40. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA E DOS RESÍDUOS (LOTE 3)**

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Ex ante
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	<p><u>No âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão</u>, os instrumentos financeiros previstos para a eficiência energética e gestão eficiente da água são enquadrados nas Prioridades de Investimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>PI 4.2 “Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas” nos PO Regionais (instrumentos de dívida);</li> <li>PI 4.3 “Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação” nos PO SEUR e Regionais (instrumentos de dívida);</li> <li>PI 4.5 “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação” no PO Açores (instrumentos de dívida);</li> <li>PI 6.2 “Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros” no PO SEUR (instrumentos de dívida).</li> </ul>
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</b></p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p><b>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</b></p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p><b>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</b></p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p><b>D. Lições adquiridas:</b></p>

	<p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p><b>E. Estratégia de investimento:</b></p> <p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p><b>F. Resultados e sistema de monitorização:</b></p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&amp;A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p><b>G. Atualização da avaliação ex ante:</b></p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação: <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação sobre a execução do QREN.</li> <li>Documentos de Programação PT2020: Dotações indicativas de FEEL por Fundo, PO, PI e tipologia de IF.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
Responsabilidade pelo(a): <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C, AG do PO SEUR e dos PO Regionais</p>
Constituição do: <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG do PO SEUR e dos PO Regionais, DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), ADENE (Agência para a Energia), APA (Agência Portuguesa do Ambiente), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)</p> <p>AD&amp;C (Não aplicável)</p>
Calendário: <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>15 julho 2014</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>9 meses</p>
Fonte de financiamento	PO AT FEDER
Custo (Valor máximo indicativo)	<p>Preço base: 60.000€ (sessenta mil euros)</p> <p>Preço contratualizado: 51.000€ (cinquenta e um mil euros)</p>
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF, a realizar em 2018, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.

## Anexo 9

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Outras avaliações temáticas

41. ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DE CUSTOS SIMPLIFICADOS		
Objetivo(s)		Avaliar a aplicação de Opções de Custos Simplificados (OCS) no domínio do financiamento dos Fundos Estruturais
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira, PDR Continente, PDR Açores, PDR Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	(Não aplicável)
	Temporal	QREN/PT2020
Contextualização/ Justificação		Atendendo ao carácter estratégico da implementação de custos simplificados no período de programação 2014-2020, e tendo como ponto de partida a experiência de aplicação deste regime de financiamento no âmbito do FSE, no período de programação 2007-2013, pretende-se efetuar a análise da aplicação das diversas opções de custos simplificados no âmbito do QREN e analisar a implementação atual e potencial no PT2020. Pretende-se conhecer as intenções de mobilização de OCS. Pretende-se igualmente que o estudo produza recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão e programáticas.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Decisões de gestão e programáticas.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Eficiência operativa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o balanço do processo de implementação de OCS no âmbito do QREN (constrangimentos, margens de melhoria)</li> <li>Quais as possibilidades de mobilização de OCS no atual período de programação tendo em consideração o seu potencial no Portugal 2020?</li> </ul> <p><b>Eficácia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo das OCS para a simplificação da aplicação dos Fundos de Coesão e na focalização nos resultados (QREN e Portugal 2020)? Quais os pontos críticos?</li> <li>Que boas práticas existem a nível da UE que possam ser replicadas a nível nacional?</li> </ul> <p><b>Eficiência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais os recursos necessários (materiais, organizacionais, informacionais...) para alargar o âmbito de aplicação dos custos simplificados?</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto		(Não aplicável)
Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos e no início da avaliação:		<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Documentos de Orientações para a aplicação de OCS</b> (a especificar)</li> <li><b>Documentação técnica produzida pela Comissão</b> (a especificar)</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. idem)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. idem)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> (Cf. idem)</li> <li><b>Avaliações realizadas em períodos de programação anteriores:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>"Avaliação Global de Implementação do QREN 2007-2013"</li> <li>"Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão 2007-2013"</li> <li>"Estudo de avaliação da adequação e eficácia do quadro regulamentar aos projetos apoiados pelo FSE"</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Referenciais metodológicos sobre avaliação</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial		Concurso Público

## 41. ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DE CUSTOS SIMPLIFICADOS

Responsabilidade pelo(a):	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> </ul>	AD&C
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	AD&C
Constituição do:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> </ul>	AD&C, AG do PO CI, do PO CH, do PO ISE, dos PO Regionais e dos PDR
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Júri do Concurso</li> </ul>	AD&C
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comité Científico</li> </ul>	(Não aplicável)
Calendário:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento do concurso</li> </ul>	3º trimestre 2017
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da Avaliação</li> </ul>	4º trimestre 2017
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duração da Avaliação</li> </ul>	1 semestre
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	O estudo terá uma forte componente de recolha de informação junto de atores relevantes, sendo expectável que todas as AG sejam ouvidas.

Anexo 10

Fichas de exercícios de avaliação que abrangem o PO NORTE:

Avaliações territoriais



**42. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL E EFEITO DAS MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO TERRITORIAL (E.G. BAIXA DENSIDADE)**

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a adequação do modelo de implementação do Portugal 2020/PO do ponto de vista dos instrumentos/políticas de apoio à convergência e coesão territorial, tendo presente que a territorialização das intervenções se assume como um domínio transversal.</li> <li>Avaliar se as medidas de discriminação positiva tendentes a um tratamento diferenciado para os territórios de baixa densidade (i. abertura de concurso específicos; ii. critérios de bonificação na apreciação de candidaturas; iii. majoração das taxas de apoio) estão a cumprir os objetivos com que foram regulamentadas.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Processo
	Incidência	Territorial
Âmbito	Programático	PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR. PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira
	Territorial	Portugal
	Temático	(Não aplicável)
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Atendendo ao objetivo de diminuir as assimetrias regionais, importa compreender a forma como o domínio transversal de territorialização das intervenções está a ser implementado no PT2020, nomeadamente no âmbito de cada um dos 4 domínios temáticos.</li> <li>Necessidade da AD&amp;C submeter à CIC uma avaliação da aplicação das medidas de discriminação positiva com base na metodologia utilizada para a definição dos territórios de baixa densidade, incluindo, se pertinente, uma proposta de revisão da metodologia utilizada (de acordo com a Deliberação da CIC PT2020, de 26 de março de 2015, alterada pela Deliberação 55/2015, de 1 de julho de 2015 – Classificação de municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade);</li> </ul>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para os Relatórios Anuais dos Fundos; Divulgação e acompanhamento das dinâmicas regionais;</li> <li>Contributo para a conceção de políticas territoriais; Eventual submissão à CIC de proposta de revisão da metodologia utilizada para classificação dos territórios de baixa densidade.</li> </ul>
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Territorialização das intervenções para a convergência e a coesão territorial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atendendo à forte presença de políticas públicas territorializadas no PT2020, quais os mecanismos de complementaridade e de coordenação adotados e quais os efeitos práticos desses mesmos mecanismos? <b>(coerência)</b></li> <li>A procura/adesão por parte dos beneficiários finais e as taxas de implementação no território dos instrumentos correspondem às necessidades diagnosticadas nas estratégias/planos destes? <b>(relevância)</b></li> <li>Estes mecanismos de territorialização das intervenções são os adequados para se enfrentarem os desafios e se atingir o objetivo do processo de convergência e coesão territorial (nesta primeira fase de implementação do PT2020)? Quais os fatores críticos de (in)sucesso dos mecanismos implementados <b>(eficácia)</b></li> </ul> <p>[A resposta à presente questão de avaliação pressupõe a análise do seguinte universo de instrumentos: PDCT, PEDU, DLBC, <i>Clusters</i>, CLDS, PROVERE, etc.]</p> <p><b>Medidas de discriminação positiva dos territórios de baixa densidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A abordagem multicritério utilizada (e os fatores considerados) para a identificação dos territórios de baixa densidade é a mais adequada para uma seleção rigorosa e robusta desses territórios? <b>(eficácia)</b></li> <li>O processo de implementação pelos PO (instrumentos e modalidades) das medidas de discriminação positiva das operações localizadas em territórios de baixa densidade corresponde à sua necessidade de convergência económica e social? <b>(relevância)</b></li> <li>As realizações e execução já verificadas estão a permitir criar as condições para um processo sustentável de convergência territorial (incluindo o contributo dos PO Temáticos)? Se não, quais os fatores explicativos? <b>(eficácia)</b></li> <li>Como se relacionam as medidas de discriminação positiva dos territórios de baixa densidade com outros mecanismos de territorialização das intervenções implementados no PT2020, nomeadamente os descritos no bloco de questões anterior? <b>(coerência)</b></li> </ul>

**42. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL E EFEITO DAS MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO TERRITORIAL (E.G. BAIXA DENSIDADE)**

Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li>• <b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li>• <b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> (a especificar) <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acelerador do Investimento Municipal (Deliberação CIC n.º 21/2106, de 2 de novembro)</li> <li>- Medidas de simplificação do investimento municipal (Deliberação CIC n.º 20/2016, de 2 de novembro)</li> <li>- PDIP – Plano de Dinamização dos Investimentos de Proximidade</li> </ul> </li> <li>• <b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li>• <b>Sistema estatístico nacional e internacional</b></li> <li>• <b>Informação do Sistema de Informação do PT2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação de realização física e financeira dos PO (Sistema de Monitorização do PT2020).</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C / Rede das Dinâmicas Regionais (AG dos PO Temáticos e dos PO Regionais)</p> <p>AD&amp;C e 2 AG dos PO Regionais</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <p>Lançamento do concurso</p> <p>Início da Avaliação</p> <p>Duração da Avaliação</p>	<p>1º semestre 2017</p> <p>1º semestre 2017 (a ponderar atualização no 1º semestre 2022)</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	125 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Avaliação de Impacto das medidas de discriminação territorial, a realizar em 2022, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações, essencialmente nas questões de avaliação.

**43. AVALIAÇÃO DOS PACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL: OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS REALIZAÇÕES**

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o processo de operacionalização das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial, especificamente os ITI (concretizados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial);</li> <li>Avaliar, tendo presente a experiência do QREN, a relevância e eficácia dos mecanismos de governação multinível aplicados na operacionalização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial;</li> <li>Identificar dimensões operacionais que carecem de ajustamento e melhoria visando a eficácia do instrumento territorial;</li> <li>Proporcionar o suporte técnico à futura avaliação intercalar dos PDCT prevista na contratualização com as CIM/ AM.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Territorial
Âmbito	Programático	PO SEUR, PO ISE, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PDR do Continente
	Territorial	Continente, exceto Algarve
	Temático	PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e OT3/Medida 4-Ação 3.4 do PDR Continente
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		<p>Tratando-se de uma das abordagens integradas de desenvolvimento do PT2020, e que reflete o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, torna-se necessário promover a sua avaliação numa fase inicial de operacionalização (desenvolvimento das EIDT; envolvimento dos atores territoriais relevantes; processo de reconhecimento; contratualização/ delegação de competências nas CIM/ AM) e posteriormente em termos de impacto, visando a melhoria da eficácia deste instrumento territorial.</p> <p>Esta avaliação constitui igualmente informação relevante para a futura avaliação intercalar dos PDCT, conforme prevista no n.º 9.2 do Convite n.º 03/ 2015, de 17-03-2015, modificado em 21-04-2015.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributos para os Relatórios Anuais dos Fundos; Contributo para o Relatório Intercalar AP 2019; Acompanhamento dos instrumentos territoriais (Pactos/ITI), nomeadamente no âmbito da Rede de Dinâmicas Regionais; Introdução de ajustamentos aos mecanismos de governação multinível; Recomendações para as avaliações intercalares dos PDCT.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Conceção das EIDT:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As EIDT configuram uma abordagem estratégica robusta, coerente e adequada aos constrangimentos e oportunidades identificados nos respetivos territórios NUTS III? Qual o nível de alinhamento das EIDT com as estratégias regionais NUTS II? (relevância)</li> <li>O processo de elaboração das EIDT foi suficientemente abrangente de modo a garantir o envolvimento de todos os atores relevantes para este tipo de processo? Este envolvimento foi efetivo, traduzindo a diversidade de perspetivas e sensibilidades existentes no território? (eficiência operativa)</li> <li>As agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais forneceram, o apoio técnico que a conceção das estratégias existias? Como se efetivou este apoio? (<b>eficiência operativa</b>)</li> </ul> <p><b>Implementação dos PDCT:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a relevância de uma boa estruturação das estratégias iniciais (EIDT) para o sucesso da implementação dos PDCT?</li> <li>O modelo adotado no PT2020 assente num processo concorrencial, seguido de uma contratualização, é o mais adequado para a territorialização das políticas públicas em Portugal? (<b>relevância</b>)</li> <li>O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? (<b>coerência interna/externa</b>)</li> <li>Os modelos de acompanhamento e monitorização dos PDCT adotados pelas AG dos PO financiadores é o mais adequado tendo em vista a identificação de desvios face ao planeado? Existirão eventuais oportunidades de melhoria nestes modelos? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>O envolvimento dos atores foi um fenómeno pontual ou continuado tanto na fase de conceção como na de implementação dos PDCT? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Qual a fiabilidade e qualidade da implementação da delegação de competências das AG nas CIM/ AM? O que deve ser melhorado? (<b>eficiência operativa</b>)</li> </ul>

**43. AVALIAÇÃO DOS PACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL: OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS REALIZAÇÕES**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os modelos de governação e as metodologias implementadas pelas CIM/AM para a M&amp;A da implementação dos PDCT são os mais adequados e envolvem os atores relevantes? O que deve ser melhorado? (<b>coerência interna</b>)</li> <li>Qual o grau de cumprimento das metas contratualizadas de realização e resultado para 2018? Caso o nível de cumprimento fique aquém do expectável, quais as razões que o justificam? (<b>eficácia</b>)</li> </ul> <p><b>Recomendações e propostas</b> de melhoria operacional do instrumento territorial ITI/ Pactos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais as boas práticas que foram observadas e cuja disseminação seja relevante? (<b>eficiência operativa</b>)</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. "Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020")</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> (a especificar) <ul style="list-style-type: none"> <li>Acelerador do Investimento Municipal (Deliberação CIC n.º 21/2106, de 2 de novembro)</li> <li>Medidas de simplificação do investimento municipal (Deliberação CIC n.º 20/2016, de 2 de novembro)</li> <li>PDIP – Plano de Dinamização dos Investimentos de Proximidade</li> </ul> </li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b></li> <li><b>Informação do Sistema de Informação do Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação de realização física e financeira dos Programas (Sistema de Monitorização do PT2020).</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, Rede das Dinâmicas Regionais (AG dos PO Temáticos e dos PO Regionais) e AG do PDR do Continente</p> <p>AD&amp;C, 1 AG de um PO Temático e 1 AG de um PO Regional</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>2º semestre 2017</p> <p>1º semestre 2018 (a ponderar atualização no 1º semestre 2022)</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Avaliação de Impacto dos PDCT, a realizar em 2022, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações, essencialmente nas questões de avaliação.

**45. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (COFINANCIADAS) DE REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANAS**

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar os impactos dos instrumentos de apoio à regeneração e revitalização urbana incluídos no QREN e as primeiras realizações do Portugal 2020, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana (QREN);</li> <li>AIDUS/PEDU – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado/ Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (Eixo de Desenvolvimento Urbano dos POR (Portugal 2020);</li> <li>PARU – Planos de Ação de Regeneração Urbana (outros eixos dos POR);</li> <li>Outros.</li> </ul> </li> <li>Identificar dimensões que carecem de ajustamento e melhoria no Portugal 2020, visando a eficácia das políticas públicas de regeneração e revitalização urbana.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Impacto – QREN / Processo – PT2020
	Incidência	Territorial
Âmbito	Programático	PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve
	Territorial	Continente
	Temático	<p>Eixos dos POR do QREN que integravam as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU): Eixo 10 – PO Norte; Eixo 9 – PO Centro; Eixo 2 e 3 – PO Lisboa; Eixo 9 – PO Alentejo; Eixo 3 – PO Algarve</p> <p>Eixos dos POR do PT2020 que integram as ações de desenvolvimento urbano (eixos de desenvolvimento urbano para os centros urbanos de nível superior – AIDUS/PEDU: Eixo 5 – PO Norte; Eixo 9 – PO Centro; Eixo 8 – PO Lisboa; Eixo 4 – PO Alentejo; e PI 4.5, 6.5 e 9.8, nos eixos dos respetivos OT para as ações a desenvolver nos restantes centros urbanos)</p>
	Temporal	QREN e PT2020
Contextualização/Justificação		Atendendo à forte presença de iniciativas de política pública para a regeneração e revitalização urbana no QREN e a linha de continuidade prosseguida no PT2020, importa proceder à avaliação de impacto das medidas concluídas de modo a retirar as lições que sustentem processo de operacionalização mais bem sucedidos, evitando erros passados e otimizando as melhores práticas do anterior período de programação.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para o Relatório Intercalar AP 2019; Contributo para os Relatórios Anuais dos Fundos; Monitorização e propostas de ajustamentos aos instrumentos territoriais de natureza urbana do PT2020.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Impacto das PRU:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As Parcerias para a Regeneração Urbana apoiadas no âmbito do QREN contribuíram para: <ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificação do ambiente urbano e dos fatores determinantes da qualidade de vida da população?</li> <li>Revitalização de áreas urbanas através da recuperação de imóveis classificados ou em vias de classificação e de património arquitetónico municipal?</li> <li>Reforço da sustentabilidade ambiental através da promoção da eficiência energética dos edifícios e do espaço público?</li> <li>Promoção da coesão e da inclusão sociais, da integração e da igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade?</li> <li>Promoção dos fatores de igualdade entre homens e mulheres?</li> <li>Estímulo da revitalização socioeconómica dos espaços de excelência e do espaço urbano através da introdução de novas atividades económicas inovadoras e/ou possam contribuir para a sua promoção turística?</li> <li>Fixação de população?</li> <li>Reforço da participação dos cidadãos e da inovação nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos atores urbanos</li> </ul> </li> <li>Os resultados obtidos são estruturais e sustentáveis no longo prazo?</li> <li>Que boas práticas e que recomendações a integrar na operacionalização do PT2020?</li> </ul> <p><b>Implementação das AIDUS/PEDU:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano configuram uma abordagem estratégica adequada aos constrangimentos e oportunidades identificadas nos respetivos territórios urbanos? O processo de elaboração foi o mais adequado? (<b>relevância</b>)</li> <li>Qual o grau de envolvimento dos parceiros públicos e privados nos processos de desenvolvimento urbano? (<b>eficiência operativa</b>)</li> </ul>

**45. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (COFINANCIADAS) DE REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO URBANAS**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o nível de complementaridade e de sinergias entre os projetos que integram os programas estratégicos? (<b>coerência interna</b>)</li> <li>Em que medida se registou uma alteração de filosofia/ natureza dos investimentos em áreas urbanas? (<b>impacto</b>)</li> <li>Qual a fiabilidade e qualidade da implementação da delegação de competências? O que deve ser melhorado? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>O modelo adotado pelas AG dos PO financiadores em matéria de acompanhamento e monitorização dos PEDU mostra-se o mais adequado? (qual a avaliação e propostas de melhoria referidas pelas autoridades urbanas?) (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Os modelos de governação e as metodologias implementadas pelas autoridades urbanas para a M&amp;A da implementação dos PEDU são os mais adequados e envolvem os <i>stakeholders</i> indicados? O que deve ser melhorado? (<b>eficiência operativa</b>)</li> <li>Quais as primeiras realizações e resultados dos PEDU? Qual o grau de cumprimento das metas contratualizadas de realização e resultado para 2018? Quais os principais estrangulamentos? (<b>eficácia</b>)</li> <li>Qual o grau de sustentabilidade dos projetos sem apoio público? (<b>sustentabilidade</b>)</li> <li>Em que medida as intervenções integradas produziram resultados distintos dos que se obteriam com operações isoladas? (<b>eficiência</b>)</li> <li>Qual a vantagem de utilizar os FEEI no apoio às intervenções objeto desta avaliação (<b>valor acrescentado europeu</b>)</li> <li>Quais as boas práticas que foram observadas e cuja disseminação seja relevante?</li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	Avaliação Baseada na Teoria
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao QREN</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Informação relativa ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> (a especificar)</li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b></li> <li><b>Outra informação recolhida no Sistema de Informação do PT2020.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação de realização física e financeira dos PO Regionais (Sistema de Monitorização do PT2020).</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C/ Rede das Dinâmicas Regionais (AG dos PO Temáticos e dos PO Regionais), DGT, IHRU e ISS</p> <p>AD&amp;C, 1 AG de um PO Regional do Continente e DGT ou IHRU</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>1º semestre de 2018</p> <p>2º semestre 2018</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	100 mil euros
Observações	O estudo só se deve iniciar no 2º semestre de 2018, por forma a existir tempo para que seja possível avaliar os primeiros resultados

**47. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC): OPERACIONALIZAÇÃO E PRIMEIRAS**

**REALIZAÇÕES**

Objetivo(s)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o processo de implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) enquanto instrumento de abordagem integrada para o desenvolvimento territorial;</li> <li>Avaliar para cada um dos enfoques temáticos considerados (rural, costeiro e urbano), e respetivos Grupos de Ação Local (GAL) a pertinência e a relevância das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL);</li> <li>Avaliar o modelo de governação definido especificamente para a implementação, acompanhamento e execução das EDL;</li> <li>Identificar possíveis ajustamentos na dimensão operacional que permitam aumentar a eficácia deste instrumento de desenvolvimento territorial.</li> </ul>
Tipo de avaliação, por:	Objetivo Incidência	Processo Territorial
Âmbito	Programático	PO Norte, PO Centro, PO Alentejo; PO Lisboa, PO Algarve, PDR do Continente, PDR Açores, PO MAR
	Territorial	Continente e Região Autónoma dos Açores
	Temático	No âmbito do FSE e FEDER as PI 9.6 e 9.10 (com elegibilidades de projetos enquadrados nas PI 6.3, 8.3, 9.1 e 10.1), medidas/tipologias que sejam adotadas no âmbito do OT3, OT8 e OT9, no âmbito do FEADER e medidas/tipologias que sejam adotadas no âmbito do OT3 e OT6, no âmbito do FEAMP
	Temporal	Portugal 2020
Contextualização/Justificação		<p>No Acordo de Parceria são identificadas abordagens integradas para o desenvolvimento territorial a mobilizar no quadro da programação dos diversos programas operacionais, de acordo com o previsto no Regulamento Geral dos FEEL. Uma dessas abordagens integradas consiste no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (previsto no artigo 32º do Regulamento referido) que é apresentada com o objetivo de promover territórios específicos, assentando numa forte concertação estratégica e operacional entre parceiros e focalizada, essencialmente, no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho. A constituição destas parcerias visa, essencialmente, a redução dos níveis de desemprego e dos índices de pobreza em determinados territórios, através da dinamização e diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e da busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos no contexto urbano, ou em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.</p> <p>A implementação deste instrumento de política pública apresenta uma grande complexidade, assim como fortes exigências ao nível da gestão, face a anteriores períodos de programação, uma vez que pressupõe a articulação e coordenação entre vários fundos e vários programas operacionais num mesmo território. Assim, após a estabilização das estratégias de desenvolvimento local e, principalmente, após o início da sua concretização nos diversos territórios importa efetuar um exercício de avaliação que disponibilize informação que apoie a melhoria contínua do sistema de gestão e acompanhamento deste tipo de abordagem integrada.</p>
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Contributo para as decisões das Autoridades de Gestão dos PO financiadores, nomeadamente decisões de ajustamento na programação e implementação do DLBC; Contributo para os Relatórios de Execução dos PO; Informação de base para divulgação ao público em geral, através de <i>newsletters</i> , <i>press releases</i> , relatórios de monitorização, etc.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>Modelo de Governação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O modelo de governação previsto para a implementação das EDL permitirá atingir os objetivos definidos para esta abordagem territorial? E a definição da regulamentação e do conteúdo dos avisos? (<b>eficácia</b>)</li> <li>Está garantida a articulação com processos complementares executados por parcerias constituídas em sede de outras estratégias territoriais, como os PROVERE no caso dos territórios de baixa densidade ou dos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas no caso dos territórios urbanos? Quais as vantagens e inconvenientes dos modelos de funcionamento do DLBC face a outros modelos com incidência territorial, implementados no atual período de programação bem como no anterior? (<b>coerência externa e eficiência</b>)</li> </ul> <p><b>Implementação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os objetivos inscritos nas EDL selecionadas encontram-se alinhados com os objetivos específicos e indicadores de realização e resultado dos diversos PO financiadores? A seletividade das operações dentro de cada EDL é idêntica à que se processa nos outros "Avisos" das mesmas tipologias geridos por outras entidades? A implementação das EDL permitiu uma integração em termos temáticos, temporais e espaciais com os restantes instrumentos de política conforme estava previsto? (<b>coerência interna e externa</b>)</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os “Avisos” incluíram as tipologias de projetos que permitem concretizar os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado? O processo de seleção das EDL permitiu selecionar aquelas que mais contribuíam para esses objetivos e respetivos indicadores? <b>(eficácia)</b></li> <li>As EDL aprovadas impõem maior ou menor rigidez na gestão dos PO financiadores, face à necessidade de se assegurarem os níveis de execução física e financeira programados? Estas EDL têm-se revelado adequadas, tendo em consideração as exigências de eficácia e eficiência de gestão dos PO financiadores? Estão previstos os mecanismos necessários para a revisão e ajustamento das EDL? Devem ser promovidas alterações ao nível dos PO financiadores ou das EDL e respetivas parcerias? <b>(eficiência)</b></li> <li>A programação atual dos diversos PO financiadores (objetivos específicos e respetivos indicadores e metas) ainda é adequada, face à dinâmica de implementação das EDL? Que ajustamentos devem ser feitos? Que medidas de gestão devem, por outro lado, ser tomadas para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Que alterações devem ser efetuadas, nomeadamente, nos objetivos e indicadores ou no modelo de governação? <b>(eficiência operativa)</b></li> </ul>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação</li> <li>Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Informação relativa ao Portugal 2020:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>- Avaliação Ex Ante do Acordo de Parceria Portugal 2020</li> <li>- Programas do Portugal 2020</li> <li>- Relatórios da Avaliação Ex Ante dos Programas do Portugal 2020</li> <li>- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia</li> <li>- Relatórios Anuais dos Fundos da União Europeia</li> <li>- Relatórios Anuais dos PO</li> <li>- Avisos de abertura de concursos do Portugal 2020</li> <li>- EDL e contratos assinados com os GAL</li> <li>- Lista de operações aprovadas no Portugal 2020</li> </ul> </li> <li><b>Regulamentos europeus referentes ao período de programação 2014-2020</b> (Cf. “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020”)</li> <li><b>Legislação nacional e regional referente ao PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Regulamentos específicos dos Domínios Temáticos do PT2020</b> (Cf. <i>idem</i>)</li> <li><b>Documento de políticas públicas relacionadas com o PT2020</b> (a especificar)</li> <li><b>Estudos sobre a temática a avaliar</b> (a especificar)</li> <li><b>Sistema estatístico nacional e internacional</b></li> <li><b>Outra informação recolhida no Sistema de Informação do PT2020</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação de realização física e financeira dos PO (Sistema de Monitorização do PT2020).</li> </ul> </li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Acompanhamento</li> <li>Júri do Concurso</li> <li>Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C / Rede das Dinâmicas Regionais (AG dos PO Regionais), AG do PDR do Continente, AG do PDR Açores, AG do PO MAR e um representante dos GAL.</p> <p>AD&amp;C</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Lançamento do concurso</li> <li>Início da Avaliação</li> <li>Duração da Avaliação</li> </ul>	<p>1º semestre 2018</p> <p>1º semestre 2018</p> <p>1 semestre</p>
Fonte de financiamento	PO AT
Custo (Valor máximo indicativo)	90 mil euros
Observações	A ficha de caracterização da eventual Avaliação de Impacto dos DLBC a realizar em 2022 será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações, essencialmente, nas questões de avaliação.



**48. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO FÍSICA, ECONÓMICA E SOCIAL EM ZONAS URBANAS (LOTE 4)**

Objetivo(s)		A avaliação ex ante tem como objetivo fundamental garantir que os recursos dos FEEI alocados aos IF estão totalmente alinhados com os objetivos dos FEEI e dos PO nos quais sejam utilizados esses instrumentos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os resultados da avaliação ex ante deverão permitir, igualmente, às AG dos PO financiadores de IF, que a sua aplicação tenha em vista a mitigação das falhas de mercado e a validação da estratégia definida para a alocação de recursos públicos a estes instrumentos.
Tipo de avaliação, por:	Objetivo	Ex ante
	Incidência	Temática
Âmbito	Programático Territorial	PO Norte, PO Centro, PO Alentejo, PO Lisboa, PO Algarve, PO Açores, PO Madeira Portugal No âmbito do FEDER, os instrumentos financeiros previstos são enquadrados nas Prioridades de Investimento:
	Temático	<ul style="list-style-type: none"> <li>PI 6.5 “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído” nos PO Regionais (instrumentos de dívida);</li> <li>PI 9.8 “Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” nos PO Regionais do Continente e dos Açores (instrumentos de dívida).</li> </ul>
	Temporal	PT2020
Contextualização/Justificação		Conforme consagrado no n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o apoio dos IF deve basear-se numa avaliação ex ante que tenha comprovado deficiências de mercado ou situações de insuficiência de investimento, bem como o nível estimado e âmbito das necessidades de investimento público, incluindo tipos de IF a apoiar.
Utilizações específicas dos resultados da avaliação		Suporte à mobilização, por parte das AG, de Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) em Instrumentos Financeiros.
Critérios e Questões de avaliação		<p><b>A. Análise das falhas do mercado e da necessidade de investimento:</b></p> <p>1) Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o gap entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada?</p> <p>2) Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?</p> <p><b>B. Análise do valor acrescentado e compatibilidade com os Auxílios Estatais:</b></p> <p>3) Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas?</p> <p>4) Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive de subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)?</p> <p>5) Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de Estado? Em caso afirmativo: i) Está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? ii) Está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? iii) Está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?</p> <p><b>C. Recursos adicionais e efeito de alavanca:</b></p> <p>6) Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF?</p> <p>7) Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas.</p> <p>8) Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?</p> <p><b>D. Lições adquiridas:</b></p> <p>9) Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF.</p> <p>10) Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.</p> <p><b>E. Estratégia de investimento:</b></p>

**48. AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020: IF PARA A REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO FÍSICA, ECONÓMICA E SOCIAL EM ZONAS URBANAS (LOTE 4)**

	<p>11) Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>12) Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p>13) Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.</p> <p><b>F. Resultados e sistema de monitorização:</b></p> <p>14) Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada M&amp;A dos IF?</p> <p>15) Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO/PDR para o qual foi criado?</p> <p>16) Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?</p> <p><b>G. Atualização da avaliação ex ante:</b></p> <p>17) Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p> <p>18) Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação ex ante?</p>
Método(s) a considerar nas avaliações de impacto	(Não aplicável)
<p>Informação a disponibilizar no Caderno de Encargos ou no início da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação sobre a execução do QREN.</li> <li>• Documentos de Programação PT2020: Dotações indicativas de FEEI por Fundo, PO, PI e tipologia de IF.</li> </ul>
Procedimento de contratação preferencial	Concurso Público
<p>Responsabilidade pelo(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento e coordenação do acompanhamento da avaliação</li> <li>• Coordenação do follow-up das recomendações</li> <li>• Comunicação dos resultados</li> </ul>	<p>AD&amp;C</p> <p>AD&amp;C e AG dos PO Regionais</p>
<p>Constituição do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de Acompanhamento</li> <li>• Júri do Concurso</li> <li>• Comité Científico</li> </ul>	<p>AD&amp;C, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, AG dos PO Regionais, IAPMEI, I.P. (Agência para a Competitividade e Inovação), Turismo de Portugal, I.P., CES (Conselho Económico e Social) e IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP)</p> <p>AD&amp;C</p> <p>(Não aplicável)</p>
<p>Calendário:</p> <p>Lançamento do concurso</p> <p>Início da Avaliação</p> <p>Duração da Avaliação</p>	<p>15 julho 2014</p> <p>24 outubro 2014</p> <p>9 meses</p>
Fonte de financiamento	PO AT FEDER
Custo (Valor máximo indicativo)	<p>Preço base: 60.000€ (sessenta mil euros)</p> <p>Preço contratualizado: 52.000€ (cinquenta e dois mil euros)</p>
Observações	A ficha de caracterização da eventual Atualização da Avaliação ex ante destes IF, a realizar em 2018, será semelhante a esta ficha com as devidas adaptações.